



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

SIMONE RAMOS MARINHO

**A IMPRENSA E A NORMA PARA O *BELLO SEXO*:
O PERIODISMO FEMININO NA BAHIA (1860-1917)**

Salvador - BA
2010

SIMONE RAMOS MARINHO

**A IMPRENSA E A NORMA PARA O *BELLO SEXO*:
O PERIODISMO FEMININO NA BAHIA (1860-1917)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras

Salvador - BA

2010

-
- M338 Marinho, Simone Ramos
A imprensa e a norma para o Bello Sexo: o periodismo feminino na Bahia (1860-1917). / Simone Ramos Marinho. – Salvador, 2010.
138 f.: il.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lina Maria Brandão de Aras
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.
1. Mulheres. 2. Imprensa. 3. Religião. 4. Relação homem-mulher. I. Aras, Lina Maria Brandão de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 305.4

TERMO DE APROVAÇÃO

SIMONE RAMOS MARINHO

A IMPRENSA E A NORMA PARA O *BELLO SEXO*: O PERIODISMO FEMININO NA
BAHIA (1860-1917)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, do Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Lina Maria Brandão de Aras _____

Doutora em História e professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Kátia de Carvalho _____

Doutora em Comunicação/Ciência da Informação e professora do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Lindinalva Rubim _____

Doutora em Comunicação e professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, 29 de março de 2010.

*Ao meu pai Antonio Marinho que me
educou para ser mulher emancipada;
À minha mãe Maria das Neves por ser o
exemplo desta mulher.*

AGRADECIMENTOS

Aqui é o espaço onde podemos nos libertar das formalidades e, prontamente, dedicar algumas palavras àquelas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta dissertação se concretizasse.

Muito especialmente, agradeço à Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras pela generosidade com que me acolheu e pela confiança em mim depositada. Neste percurso, mais do que uma orientadora ela se tornou uma amiga.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Ligia Bellini por suas indicações de leitura e por ter orientado a definição do projeto, além das valiosas discussões em sua disciplina ministrada na Pós-Graduação, que foram de grande auxílio no momento da redação desta dissertação.

Agradeço aos professores e colegas do mestrado pelas discussões que me ajudaram a enxergar as falhas e limitações do meu projeto, a partir do que busquei novos caminhos.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) pela presteza com que fui atendida.

Agradeço à minha família pelo apoio e compreensão, em particular, à minha irmã Letícia, que de administradora se transformou em auxiliar de pesquisa e, mesmo sem conhecer o ofício, ouviu minhas indagações e divagações a respeito da já enfadonha, para ela, imprensa feminina. Por ter estado sempre ao meu lado e pelas palavras de incentivo, meu muito obrigada.

E, finalmente, a Moisés, um apaixonado por história, que acreditou mais em mim do que eu mesma e me apoiou ao longo deste percurso, procurando se fazer presente, lendo os primeiros esboços, comentando e sugerindo. Agradeço pelo carinho e dedicação e, principalmente, pela paciência nos momentos em que algo dava errado e eu me sentia perdida. Obrigada, por ter estado comigo nos momentos de descoberta desta trajetória.

Agradeço à Capes pelo apoio financeiro, que me deu tranquilidade para desenvolver esta pesquisa.

Segundo sexo. Segunda imprensa. Secundário, secundária. Sempre um segundo lugar: subalterno, dependente, complementar. Ou supérfluo. Admitamos que assim seja. No entanto, das folhas artesanais ao produto industrial, a imprensa feminina tem potencialidade para atingir metade do gênero humano. E para influir em toda vida social.

Dulcília Buitoni (1981)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a imprensa para mulheres na Bahia no período que compreende os anos de 1860-1917. **A Imprensa e a Norma para o *Bello Sexo*. O periodismo feminino na Bahia (1860-1917)** discute a maneira pela qual as questões consideradas como “femininas” foram tratadas por essa imprensa e, do mesmo modo, como o próprio feminino foi por ela impresso. Abordamos a imprensa para mulheres segundo uma perspectiva que a considera não só como fonte, mas, sobretudo, como agente que intervém no processo histórico. A partir dos periódicos destinados às mulheres – redigidos por homens e mulheres – buscou-se compreender os modelos femininos divulgados por essa imprensa a serem seguidos naquela época. Primeiro, analisou-se os periódicos editados por homens e, posteriormente, pelas mulheres, o que permitiu entender a inserção delas no mundo da imprensa. Para isso foi preciso apreender as mudanças ocorridas na sociedade baiana desse período que possibilitaram maior participação das mulheres na vida pública. As ambigüidades apresentadas por essa imprensa, no que diz respeito ao seu posicionamento sobre a figura feminina, revelam as tensões existentes nas relações entre os gêneros nesta sociedade, o que pode ser observado nas reivindicações das mulheres nestes periódicos.

Palavras-chave: imprensa; mulheres; religião; relações de gênero.

ABSTRACT

This dissertation has the objective to analyze the women's press in Bahia in the period that comprise the years of 1860-1917. **A Imprensa e a Norma para o *Bello Sexo*. O periodismo feminino na Bahia (1860-1917)** discusses the way how the questions considered like "female" were discussed for this press and, the same way, how the own female was printed by it. We deal with the women's press according to a perspective that consider it not only like source, but, especially, like agent that influence in the historic process. From the periodicals addressed to women – published for men and women – we tried to understand the female models publicized for this press that would be followed in that time. First, we analysed the periodicals wrote for men and, later, for women, what allowed to understand their inclusion in the press'world. For this we had to realize the changes occurred in the baiana society in this period that became possible a bigger participation of the women in the public life. Ambiguities showed for this press, in the respect to it position about the female figure, reveal the tensions there were around the relation between the genders in that society, what can be noticed in the reivindications from women in this periodicals.

Key-words: press; women; religion; relations of gender.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Capa da *Paladina*

FIGURA 2 – Contracapa d'A *Paladina*

FIGURA 3 – Anúncio – Livrarias Católicas

LISTA DE ABREVIATURAS

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
A CIDADE DA BAHIA: UM POUCO DE HISTÓRIA	26
1.1 A CIDADE DE SÃO SALVADOR DA BAHIA	27
1.2 A CIDADE DA BAHIA E SEU RECÔNCAVO: UM COMPLEXO INTEGRADO	33
1.3 E ONDE ELAS ESTAVAM?	38
CAPÍTULO II	
IMPrensa PARA MULHERES NA BAHIA OITOCENTISTA	49
2.1 OS JORNAIS FEMININOS BAIANOS	54
2.2 MODA E LITERATURA: ESTRATÉGIAS PARA SEDUZIR LEITORAS	63
2.3 IMPRESSÃO DE UM PERFIL FEMININO	69
CAPÍTULO III	
<i>SURGE, QUI DORMIS: O DESPERTAR DA MULHER BAIANA NO MUNDO</i>	
DA IMPRENSA	82
3.1 A REVISTA	86
3.2 IMPRENSA E RELIGIÃO	100
CAPÍTULO IV	
EM DEFESA DO FEMININO CRISTÃO	107
4.1 RELIGIÃO, CIÊNCIA E FAMÍLIA	107
4.2 A DINÂMICA DA LEITURA	115
4.3 FEMINISMO “NO BOM SENTIDO, NO SENTIDO CRISTÃO”	120
5.4 MODA	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
LISTA DE FONTES	131
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

A imprensa chegou ao Brasil junto com a Corte em 1808. Em menos de vinte anos já era possível encontrar uma folha feminina em circulação. Tratava-se do *Espelho Diamantino* que circulou no Rio de Janeiro, em 1827, o qual, segundo Dulcília Buitoni, foi o primeiro periódico destinado às mulheres no Brasil.¹ A autora elenca outros tantos nomes de jornais femininos que foram publicados em todo o Brasil, ultrapassando, portanto, o circuito Rio de Janeiro-São Paulo-Recife.

Os periódicos para mulheres foram primeiramente dirigido por homens, com o passar do tempo (e não demorou muito) as próprias mulheres começaram a fazer parte deste empreendimento. Em 1852, também no Rio de Janeiro, teve início a publicação do *Jornal das Senhoras* dirigido inicialmente pela argentina Joana Paula Manso de Noronha e, posteriormente, pela baiana Violante A. Ximenes de Bivar e Velasco. Iniciativa esta que foi repetida, daí por diante, por outras brasileiras variando somente o tom dos seus jornais, sendo uns mais conservadores e outros podem ser enquadrados dentro daquele modelo que classificaríamos como feministas.²

As mulheres baianas foram contempladas com folhas deste tipo ainda no século XIX, apesar de passarem a fazer parte deste ambiente, enquanto editoras e redatoras, somente na primeira década do século XX com *A Paladina*, em 1910. Do mesmo modo, estes periódicos seguiram o formato comum à imprensa feminina: meios de entretenimento para suas leitoras, cujos principais temas versavam sobre moda, literatura e belas-artes. Cabe ressaltar que antes da existência destes jornais havia lugar, em jornais e em alguns dos outros veículos, para as mulheres, seja com textos para elas ou escritos por elas, embora fosse este espaço bem

¹ Ver: BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986 e BUITONI, Dulcília. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

² Podemos citar alguns títulos de jornais que se enquadram, respectivamente, nesta classificação: *Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, 1852-1855, das redatoras Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco e Joanna Paula Manso de Noronha; *Bello Sexo*, Rio de Janeiro, 1862, cuja redatora-chefe foi Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar; *A Estação*, Rio de Janeiro, 1879; *A Borboleta*, Piauí, 1904-1907, redigido por Helena e Alaíde Burlamarque e Maria Amélia Rubini, exemplos que figuram entre os mais conservadores; *A Família*, Rio de Janeiro, 1889-1897, fundado por Josefina Alvares de Azevedo, irmã do poeta; *A Mensageira*, São Paulo, 1897, publicado por Prescília Duarte de Almeida; *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 1887-1889 e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 1890-1896, ambos de propriedade de Francisca Senhorinha da Mota Diniz; *Voz Feminina*, Diamantina, 1900 e *Revista Feminina*, São Paulo, 1914-1935, fundada por Virgínia de Souza Salles, entre os mais progressistas. Além desses, outros tantos títulos circularam em diferentes regiões brasileiras. BUITONI, op. cit.

delimitado, pois os “assuntos” femininos eram considerados como amenidades ficando, muitas vezes, relegado a uma publicação em separado chamada de suplemento.

Buitoni aponta duas representações presentes na imprensa feminina do século XIX: uma tradicional, que restringia a mulher ao lar; e, outra, progressista, que defendia os direitos femininos, em especial, a educação.³ A imprensa por nós estudada, pode-se afirmar, inscreve-se naquilo que esta autora classifica como imprensa tradicional, pois a imagética veiculada por ela corrobora com o modelo de mulher imposto pela ordem social vigente, cuja sociedade era pautada por valores conservadores de moldes paternalistas.

Nos jornais femininos⁴ baianos publicados da segunda metade do século XIX até a primeira década do XX, que constituem a base deste trabalho, a defesa por seus direitos aparece de maneira ainda muito tímida; e, quando isso acontecia, se fazia de maneira paradoxal, uma vez que, na maior parte das vezes, talvez como forma de se preservarem ou mesmo para serem ouvidas, as mulheres utilizavam do discurso masculino para atingir seus objetivos; o que só comprova as inúmeras contradições que marcaram o discurso presente na imprensa feminina.

Contradições também perpassaram as representações dos papéis sexuais na sociedade, a qual foi (e ainda é) marcada por uma dualidade constante. De maneira geral, a sociedade ocidental é permeada por um leque de oposições que a divide em duas esferas: bem/mal; masculino/feminino; homem/mulher. Desta forma, pretendeu-se utilizar a História como uma aliada para a superação do binômio homem/mulher que tende a cristalizar a cultura. Portanto, analisar o discurso desta imprensa feminina mostrou-nos uma das faces das representações do feminino e as relações entre os gêneros naquela sociedade.

Reconstruir as vivências femininas requer que se leve em consideração os diferentes espaços de atuação que as mulheres ocuparam no passado. É preciso ir além da idéia, tão cansativamente divulgada de sua submissão e encerramento no espaço doméstico para que se possa observar em lugar disso suas práticas plurais. Esta afirmação supõe valorizar as múltiplas experiências das mulheres, as quais, embora num ambiente distinto daquele ocupado pelos homens, não são, por isso, inferiores a eles, pois, mesmo que elas tenham ficado restritas à casa, ainda assim, exerceram posições de comando, atingindo, dessa forma, níveis consideráveis de autonomia e exercício de poder.

³ BUITONI, *Mulher de Papel...*, p. 28-29.

⁴ Estamos caracterizando como Imprensa feminina, aqui, aquela destinada a um público feminino mesmo que seus redatores tenham sido homens. Este conceito será discutido mais amplamente a diante. Ver: BUITONI, *Imprensa Feminina...*

Os grandes feitos da humanidade, até meados do século XX, foram os fatos privilegiados da narrativa histórica. A ação dos homens “notáveis” ofuscava os menos conhecidos e sequer considerados dignos de registro documental, como por exemplo, as mulheres. Os principais personagens, os homens de política, roubaram a cena no palco desta história, ficando os demais coadjuvantes como meros espectadores do fausto espetáculo. Esta foi a perspectiva adotada pela historiografia tradicional e da positivista que a partir de uma visão androcêntrica acabou por negligenciar a participação dos demais sujeitos da história.

Um longo percurso foi trilhado pela historiografia desde aquela época, o que se faz sentir pelas inúmeras contribuições incorporadas ao terreno historiográfico. As transformações trazidas pelo “movimento” dos Annales, nos anos 1920, tiveram ressonância pelas décadas ulteriores, alargando a concepção de história. Os fundadores da Escola dos Annales propuseram justamente o combate à história historicizante e cientificista que vigorou plena – salvo algumas exceções – durante o século XIX.

Entre as demais inovações a “história nova”, por oposição à narrativa positivista, voltou-se para a história dos seres vivos, concretos, abrindo a perspectiva da interdisciplinaridade e do estudo das mentalidades, fazendo destas um objeto legítimo de investigação.⁵ Particularmente, para o campo da História das Mulheres, os Annales, embora não as incorporassem imediatamente, ao recusar se ater a uma racionalidade universal contribuíram para que isso logo acontecesse. A partir de então, as mudanças ocorridas na historiografia, a saber: o desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural, contribuíram para o avanço dos estudos centrados na abordagem do feminino.⁶

A escrita da história, a partir da década de 1960, passou por uma série de alterações ao incorporar novos temas, agentes sociais, além de novas perspectivas de abordagem e referências metodológicas. Neste contexto, as mulheres foram, então, alçadas à condição de sujeito da história, para o que contribuiu o interesse da história social pelas identidades coletivas de amplos grupos sociais e, também, a explosão do movimento feminista⁷ em fins

⁵ VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁶ SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.276.

⁷ Após um longo período de refluxo do movimento feminista, que começou em 1932, o feminismo ressurgiu em fins dos anos 1960. Segundo Céli Regina Jardim Pinto, o feminismo que eclodiu “nas décadas de 1960 e 1970 nos EUA e na Europa está estreitamente relacionado a toda a efervescência política e cultural que essas regiões do mundo experimentaram na época, quando se formou um caldo de cultura propício para o surgimento de movimentos sociais”. Data também desta época, o interesse da academia em denunciar a desigualdade sofrida pelas mulheres. No Brasil, embora se vivesse outro contexto, de ditadura militar, o movimento aqui surgiu e se

desta década, tornando o campo da história das mulheres relativamente reconhecido ao nível institucional.⁸

O trabalho desenvolvido pela historiadora francesa Michelle Perrot é um primoroso exemplo neste campo. Formada na tradição dos *Annales*, com influências do marxismo e das formulações de Michel Foucault, esta autora, com método e rigor conceitual, deu aos “excluídos da história” – mulheres, prisioneiros e operários – a dimensão de sujeitos sociais.⁹ Esta autora buscou superar a visão que se tem da mulher ora como vítima, ora como oprimida, para, em seu lugar, destacar suas ações, seu controle, seus poderes. As experiências femininas, segundo ela, devem ser reconstituídas a partir do estudo de sua cultura.

A mesma orientação foi seguida pela historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis que se dedicou ao estudo da “gente modesta”, entre ela, as mulheres. Davis aproximou história e antropologia na busca da experiência das pessoas comuns, o que fez com o tratamento antropológico de suas fontes. De tal modo, esta autora concebeu o papel da cultura além de um instrumento de manutenção do controle ou mecanismos de resistência, mas, também, como agente de transformação e inovação da prática em si, o que garante a reprodução e dinamização sócio-culturais.¹⁰

Atualmente as pesquisas sobre as experiências femininas têm tentado identificar os espaços de atuação das mulheres a partir de uma perspectiva de historicizar os conceitos que serão trabalhados a fim de, segundo Maria Odila da Silva Dias, “transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina”.¹¹ Adotando um ponto de vista que leve em consideração os aspectos sociais do que as reduções ao biológico.

Contra a naturalização dos papéis sociais atribuídos a cada um dos sexos, propõe-se a utilização do termo gênero, o qual permite não só uma rejeição às oposições binárias fixas e

desenvolveu, segundo condições específicas. Apesar de o feminismo ter criado uma identidade coletiva para as mulheres, que acabou por encobrir a diferença entre elas próprias, seus questionamentos sobre o lugar que ocupavam naquela sociedade contribuíram para que a mulher se tornasse sujeito da história. Ver: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003 e SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

⁸ SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero” In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, nº. 54, 2007, p. 5.

⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹¹ DIAS, Maria Odila da Silva. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 41.

naturalizadas, como também trabalhar com relações e “perceber por meio de que procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas”.¹²

Desta maneira, quando os representantes da Escola dos Annales propuseram uma história concreta, dos seres vivos, abriu espaço para a historiografia incorporar diferentes noções de tempo, novas perspectivas de análise e metodologias permitindo, por sua vez, integrar a experiência feminina em seus horizontes mais amplos.

Em artigo, amplamente conhecido, a historiadora norte-americana Joan Scott sugere o emprego da categoria gênero de maneira a discutir a diferença sexual e analisar o modo como as hierarquias do gênero são construídas e legitimadas. Segundo Scott, ao rejeitar o determinismo biológico, o termo mostrou-se útil para introduzir o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. A partir disso, “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo literalmente separado”.¹³

Dito de outra forma, “não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres”.¹⁴ Scott associa, ainda, o gênero à análise foucaultiana do poder e dos discursos, com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre a diferença sexual que é, a seu ver, eminentemente cultural. Dessa forma, o gênero é pensado como “uma das mais críticas configurações de diferenciação na cultura e na sociedade”, categoria que completa qualquer relato de diferença e unidade.¹⁵

Segundo Patricia O’Brien, embora Michel Foucault não tenha trabalhado com o gênero enquanto categoria analítica “seu método de estudar o poder através do discurso constitui uma grande promessa para a atuação nessa área”.¹⁶ O método – ou, como queira, antimétodo – de Foucault de analisar o poder através do discurso, vendo sua manifestação em todas as relações sociais, leva, conseqüentemente, as teóricas feministas a identificarem nas relações de gênero, como qualquer outra relação social, uma relação de poder.

¹² RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995, p. 88.

¹³ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul./dez., 1992.

¹⁴ SCOTT, Joan. “História das Mulheres”..., p. 87.

¹⁵ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 23-24.

¹⁶ O’BRIEN, Patricia. “A História da Cultura de Michel Foucault”. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 60.

A crítica dos estudos feministas vai de encontro às generalizações e totalidades universais. A própria entrada das mulheres na historiografia veio questionar o sujeito universal da história – o homem. Dessa forma, de acordo com Dias

parecem insensatas [...] obras de história geral ou universal das mulheres pois, ao adotar a moldura da história evolutiva, linear, do progresso, incorporam categorias de dominação que a crítica feminista pretende neutralizar e a historiografia contemporânea já descartou.¹⁷

Ao negar uma essência feminina única, a-histórica, os estudos sobre as mulheres pretendem justamente reconhecê-las enquanto sujeitos em sua diversidade e historicidade. O alinhamento à história cultural favorece esta perspectiva na medida em que se preocupa em desvendar as práticas culturais para explicar as representações sociais. Portanto, é certo que este ajustamento tem se mostrado profícuo para as análises das relações entre os gêneros e, particularmente, para a inclusão na história das diversas experiências sociais das mulheres.

As mulheres foram excluídas da historiografia do século XIX e isso em grande parte ocorreu em virtude da documentação utilizada pelos positivistas, que consideravam apenas as fontes diplomáticas, administrativas e militares. Desta forma, os historiadores tiveram que lançar mão, como informa Rachel Soihet, “da criatividade, na busca de pistas que lhes permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo neste terreno”.¹⁸

Assim, a inovação quanto a questão documental e o tratamento das fontes proposta pela renovação da historiografia, em especial, a da cultura, permitiu que se (re)encontrasse a mulher em seu passado mais recluso. Portanto, recuperar as práticas culturais femininas em suas mais diversas nuances implica superar uma dualidade cultural de oposição masculino/feminino “como uma carga de definições culturais herdadas do passado, como se fossem necessárias e fixas ou inatas”.¹⁹

Para isso Dias sugere historicizar os conceitos, nuançá-los no tempo e relativizá-los no seu devir temporal, ou seja, “lidar com problemas teóricos de mudança, ruptura e descontinuidades históricas”.²⁰ Neste sentido, estudar mulheres da classe dominante nos leva a relativizar e redimensionar seu papel em vista de uma idéia preconceituosa a elas associada – submissa, dócil, rebelde – tão amplamente divulgada.

Libertar a mulher do limite do espaço doméstico tem sido a tônica dos estudos feministas. Portanto, se faz necessário ultrapassar as explicações redutoras ao binômio

¹⁷ DIAS, op. cit., p. 43.

¹⁸ SOIHET, “História das mulheres...”, p. 296.

¹⁹ DIAS, op. cit., p. 42.

²⁰ Idem, p. 43.

dominador/dominado e entender a diferença à luz de uma perspectiva que considere as práticas culturais, informando as representações sociais, uma vez que é a partir da cultura que cada sujeito (re)interpreta e consolida a realidade e constrói a identidade do grupo e a sua própria.

Entre as correntes que contribuíram para a conceituação do campo da história da cultura estão o marxismo, a escola dos Annales e, embora não inteiramente bem sucedido na abertura de um terceiro domínio, as formulações de Foucault, como disse Lynn Hunt. Segundo esta autora, a ascensão da história cultural coincidiu com o declínio dos debates sociológicos no âmbito da história, por isso, em lugar da sociologia, as disciplinas com maior influência passaram a ser a antropologia e as teorias literárias.²¹ Desta forma, a diversidade teórica tem levado os historiadores a desenvolverem novas técnicas e métodos de análise. Ainda, Hunt nos informa que uma tendência que fascina os historiadores atualmente, seja dentro dos modelos antropológicos ou literários, é o uso da linguagem como metáfora, estabelecendo o problema da representação do qual os historiadores não mais podem evitar no cotidiano de seu ofício.²²

Ao usar o conceito de representação, mais uma vez, a investigação sobre as vivências femininas entrelaça-se com a história cultural. Esta, como dá a entender Roger Chartier, “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.²³ Ao representar cada agente histórico, concebe aquilo que é recebido à sua própria maneira e constrói sua identidade. Estas percepções são determinadas pelos interesses do grupo que as forjam e não são de nenhuma forma discursos neutros. Por conseguinte, a categoria representação é aqui trabalhada de acordo com a acepção deste autor como “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.²⁴

O modelo de história da cultura proposto por Chartier é bastante inspirador para este trabalho. O autor defende uma posição de distanciamento da comunidade e volta-se para a diferença, ou seja, sugere uma sensibilidade para perceber as mais diversas maneiras de apropriação dos materiais ou práticas comuns pela população. Por isso sua crítica ao modo

²¹ HUNT, op. cit., p. 11-12 e p. 14.

²² Idem, p. 21-22.

²³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988, p. 16-17.

²⁴ Idem, p. 17.

interpretativo geertziano, o qual tende a obscurecer a diferença e o conflito ao anular as diferenças na apropriação ou no uso das formas culturais.

Além disso, Chartier propõe uma crítica documental baseada em um novo tipo de história da leitura.²⁵ Para ele, os documentos devem ser lidos pelos historiadores levando-se em consideração sua historicidade, quer dizer, como textos que foram escritos numa época diferente da dele, com intuitos diferentes entre autor e editor, que serviram a intenções diversas e, inclusive, foram apropriados diferentemente por seus leitores.

A nova história da leitura proposta por Chartier distancia-se daquela abordagem que se limitava a ter como objeto a presença desigual do livro entre os diferentes grupos sociais. O autor tenta ultrapassar esta definição e sugere que sejam analisadas as diferentes maneiras de apropriação por seus leitores, os quais lhe dão significação e a materialidade de seus suportes, pois a partir “da circulação dos objetos e da identidade das práticas, e não das classes ou dos grupos, leva a reconhecer a multiplicidade dos princípios de diferenciação que podem explicar as distâncias culturais”.²⁶

O historiador deve atentar, também, para as intervenções pelas quais passa o texto a partir do momento em que o autor o torna público. Segundo Chartier, é preciso reconhecer o que ele chama de “protocolos de leitura”: elementos introduzidos no texto para induzir o leitor à interpretação intencionada por seu autor ou, por outro lado, pelo editor, de modo a atingir o “leitor ideal” que pode não ser o mesmo nos dois casos. Afinal “a leitura não está inscrita no texto, sem uma distância pensável entre o sentido atribuído a este último (por seu autor, seu editor, pela crítica, pela tradição, etc.) e o uso ou a interpretação que dele pode ser feita por seus leitores”.²⁷

Outra importante observação de Chartier diz respeito aos diferentes processos de aquisição da leitura. O autor chama a atenção para o fato de que nas sociedades do Antigo Regime, na Inglaterra e, também, na França, o número de leitores seria bem maior do que as estatísticas daqueles que sabiam assinar. Isto porque as crianças aprendiam a ler antes dos sete anos, geralmente fora da escola, e no oitavo ano quando teriam acesso à escrita muitas deixavam de ir à escola porque tinham que trabalhar. Tal generalização, segundo ele, pode ser estendida dos homens para as mulheres. Chartier afirma que ainda no século XIX a alfabetização feminina era reduzida apenas à leitura. A educação das moças resumia-se em

²⁵ Idem, p. 17-18.

²⁶ CAVALLO, Guglielmo, CHARTIER, Roger (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002. Vol.1, p. 8.

²⁷ Idem, p. 5.

saber ler, costurar ou fiar; a escrita era vista como perigosa para as mulheres, pois estas poderiam utilizá-la para escrever aos seus amantes. Por isso não se deve descartar as mulheres – assim como os homens – como leitoras potenciais, sendo esta prática entre elas, apesar de não ser possível mensurá-la, mais comum do que se costuma afirmar.²⁸

Ao superar uma visão androcêntrica da história, pretendemos empreender outro tipo de escrita oposta àquela que acreditava num determinismo biológico como justificativa para a hierarquia entre os sexos. De acordo com o que observamos, adotamos uma perspectiva relacional que questiona a naturalização dos papéis sociais, tal como sugere a categoria do gênero proposta por Scott. É de suma importância, então, que os conceitos sejam historicizados, no tempo e no espaço, para que seja possível compreender as mulheres enquanto sujeitos em suas experiências diversas.

Para caracterizar a Imprensa Feminina utilizaremos o conceito de Buitoni que a define como aquela imprensa destinada à mulher independente do sexo de seus dirigentes.²⁹ Partilhando desta definição desejamos apenas enfatizar que o que define os periódicos como para mulheres, no âmbito específico deste trabalho, é, além das temáticas e dos títulos, a aparente intenção dos editores de se dirigirem abertamente ao público feminino. Portanto, esta imprensa, a qual terá por qualificação doravante o termo “feminina”, constitui o nosso foco de estudo.

Assim, nosso objetivo ao analisar os periódicos destinados às mulheres da Bahia no período compreendido entre os anos de 1860 a 1917 foi empreender uma discussão sobre o modo como essa imprensa via as questões consideradas como “femininas” e a maneira como o próprio feminino foi por ela impresso, o que, como consequência, nos leva a examinar as relações entre os gêneros nesta sociedade.

A escolha deste recorte temporal (1860-1917) diz respeito ao fato de acreditarmos ser possível, neste período de transição, perceber as mudanças de comportamentos e valores que desembocou em alterações não só dos costumes, mas, também, das mentalidades da sociedade

²⁸ CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In: _____ (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 80-81.

²⁹ BUITONI, op. cit.

baiana. Transformações que permitiram, inclusive, a maior participação das mulheres na esfera pública, num momento em que a sociedade conservadora, na qual os preconceitos internalizados por elas próprias, começava a ceder espaço a uma nova ordem marcada pelo ideal do progresso e da civilização.³⁰

Em 1911, nas comemorações do centenário da imprensa, os sócios do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, João Nepomuceno Torres e Alfredo de Carvalho, organizaram um catálogo, no qual registraram os jornais conhecidos que circularam na Bahia no seu primeiro século.³¹ A partir destes Anais identificamos aqueles dirigidos às mulheres publicados na capital e algumas cidades do interior durante o século XIX e primeira década do XX. Os autores listaram cerca de 1758/60 publicações sendo 22 delas dirigidas ao *bello sexo*. Destas 22, 15 se definiram explicitamente como “dedicado ao bello sexo” ou “às senhoras brasileiras”; 3 foram de direção ou propriedade feminina e 4 não se definiram desta forma, mas por seu título e conteúdo indicam terem sido destinadas à mulher.³²

Neste catálogo encontramos registros de jornais dedicados ao *bello sexo* desde 1852, porém o mais antigo que conseguimos localizar foi o *Espelho das Bellas* de 1860, daí termos, arbitrariamente, estabelecido este ano como marco cronológico inicial desta pesquisa. A partir desta publicação, analisaremos a trajetória da imprensa dirigida às mulheres na Bahia neste período, observando como ela tratou as questões referentes ao que se pressupunha ser do “mundo feminino”, bem como as imagens femininas construídas por estes periódicos e as relações de gênero desta sociedade. Iniciamos com os jornais escritos por homens e, por último, um periódico editado por mulheres. Por isso, seu limite dá-se em 1917, quando a primeira revista fundada e escrita por mulheres na Bahia, *A Paladina*, deixou de ser publicada.

A contribuição desta pesquisa reside no fato de abrir a possibilidade de compor um quadro da imprensa para mulheres na Bahia num período em que elas conseguiram avanços

³⁰ Neste período, alguns setores da sociedade baiana acreditavam que para a modernização da cidade seria necessário igualá-la às cidades européias, consideradas modelo de civilização. O conceito de *civilização* surgiu na França, na segunda metade do século XVIII e expressava a auto-imagem da classe alta européia em comparação com aquelas julgadas inferior. O conceito fundava-se em duas idéias: uma, opunha-se a outro estágio da sociedade, a barbárie; e a outra, a civilização representava um processo para atingir um “tipo mais elevado de sociedade: a idéia de um padrão de moral e costumes”. Desse modo, o sentido de civilização deve ser aqui entendido como a imagem da superioridade européia. Ver: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v.1.

³¹ TORRES, João N. & CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa da Bahia. 1º Centenário, 1811 a 1911*. Bahia, Typ. Bahiana, de Cincinnato Melchiades, 1911.

³² Destacamos os títulos dos jornais dirigidos às mulheres que circularam na Bahia entre 1852 e 1910, mas não foram localizados nos arquivos: *A Violeta, Recreio do Bello Sexo, Boulevard, Jardim Recreativo, O Ideal, O Holofote, A Violeta, O Beija Flor, O Ramallete, Jornal das Senhoras, O Beija Flor, A Rosa, Revista das Senhoras, A Idéia, Filhinha, Pylilampo e Aurora Nazarena*.

na profissionalização e a ampliação de seus papéis sociais, rompendo com a invisibilidade que lhes era imposta. Ao desvincular a imagem da mulher daquele universo associado ao espaço doméstico, e dar voz àquelas que foram silenciadas pelo discurso dominante masculino, a partir de uma abordagem que privilegia as experiências e práticas culturais e sociais dos universos masculino e feminino, rompemos com a invisibilidade que lhes era imposta e evidenciamos os mitos a elas associados.

Para perscrutar estas vivências femininas pesquisamos os seguintes periódicos, cujos exemplares sobreviveram à ação do tempo: *Espelho das Bellas* (1860-1861), *Recreio das Senhoras* (1861), *A Grinalda* (1869-1870), *A Chrysalida* (1879), e o *Almanak das Famílias* (1880) – jornais dirigidos por homens, dedicados às mulheres; *A Paladina do Lar* (1910-1917) – de redação feminina; *A Roseira* (1868), *Álbum Familiar* (1876) e o *Almanach das Famílias* (1878) – jornais utilizados como complemento à pesquisa, pois embora não dirigidos especificamente às mulheres, talvez por seu caráter religioso, as tiveram como referência principal, daí o nosso interesse.

As mulheres às quais se destinavam os periódicos estudados pertenciam, *a priori*, à classe remediada da sociedade baiana, o que explica o acesso delas a este tipo de publicação. As leitoras e colaboradoras dos jornais conseguiram alfabetizar-se diferentemente da maioria das mulheres pertencentes aos setores menos favorecidos. Mesmo se admitirmos o fato de que algumas destas conseguiram aprender a ler e escrever não podemos, por outro lado, afirmar que elas tiveram acesso à estas publicações, inclusive, por questões econômicas.

O grupo feminino mais abastado, por partilhar valores, atitudes e práticas formava, segundo Márcia Maria Barreiros Leite, “uma elite na perspectiva cultural, pelo grau de instrução que possuíam, pelo acesso às informações e pelas atividades sociais que desenvolviam”.³³ Esta autora lembra o desafio que é estudar as baianas pertencentes aos níveis médio e elevado da sociedade em virtude das abordagens generalizantes e preconceituosas pelas quais são retratadas. Segundo esta autora, é uma tarefa complicada

percorrer os caminhos trilhados pelas mulheres da classe dominante, que pela sua situação social não se constituíam objeto de crítica da sociedade de que faziam parte. As dificuldades aumentam muito por conta das abordagens generalizantes e preconceituosas que não se interessam pelas práticas sociais concretas nem pelas falas dessas mulheres de estratos médios e elevados da Bahia.³⁴

³³ LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Salvador: UFBA, 1997, p. 15. (dissertação de mestrado)

³⁴ Idem, p. 15-16.

Diante disso, mais uma vez, ressaltamos a relevância de se relativizar e redimensionar seus papéis em vista destas concepções limitadas, a fim de libertá-las do enclausuramento doméstico. Deste modo, ultrapassamos essa visão redutora ao binômio dominador/dominado e, assim, entendemos a diferença, revelando suas práticas plurais.

Ao indagarmos sobre o modo como as mulheres eram vistas pela imprensa feminina do período focado e por ela representadas, verificamos que uma resposta plausível seria a construção, por meio de seu discurso, de modelos femininos adequados e prescritos para serem difundidos na sociedade. Seguindo o tom conservador da época, na maioria das vezes – e mesmo nos jornais dirigidos por elas – as representações impostas acabavam por reforçar a imagem de boa mãe – dona-de-casa – e esposa.

Segundo Luiz André Neves de Brito a “imprensa escrita é um espaço simbólico das representações coletivas, um veiculador da ideologia e de investimentos de valor, fundamentado no conhecimento de mundo”. Neste sentido, a imprensa feminina funciona “como um campo discursivo constituído por discursos heterogêneos sobre como as mulheres se constituem como sujeito moral na sociedade”.³⁵

Procuramos explorar o conteúdo publicado nessa imprensa de maneira a desvendar como foram tratados os assuntos ditos “femininos” e as representações das imagens da mulher, assim como as relações de gênero implícitas em suas folhas. Afinal, importa perceber o que essa imprensa representa no mundo, cujas funções não são transparentes, indo além de conselhos práticos ou da indicação de opções de lazer: no espelho da imprensa feminina as imagens e verdades são muitas e múltiplas.

Ao adotar a imprensa como fonte e, ao mesmo tempo, objeto, ou seja, sendo ela mesma o foco, pretendemos analisar a imprensa destinada às mulheres na Bahia a partir de uma postura diferente daquela historiografia tradicional que a tomava como narradora dos “fatos” e da “verdade” ou, da outra, que a considerava um “reflexo” superficial de idéias subordinadas a uma infra-estrutura socioeconômica. Ao contrário, à luz da abordagem da história cultural procuramos articular a imprensa às práticas culturais e materiais, a todo o complexo social que a sustentava e lhe dava sentido. Buscamos observar esta imprensa não só como fonte documental, mas também como agente histórico que intervém nos processos e episódios, não sendo apenas seus meros “reflexos”, e pensar a interação entre ela e o contexto,

³⁵ BRITO, Luiz André Neves de. *O discurso da mulher esclarecida na produção jornalística de Clarice Lispector: o caso Feira de Utilidades*. São Paulo: USP, 2006, p. 12-13. (dissertação de mestrado)

“numa complexa teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassavam o espaço impresso”.³⁶

Igualmente, utilizando o caminho indicado por Chartier, objetivamos perseguir os elementos, sejam eles materiais ou discursivos presentes nos periódicos que possam contribuir para compor o quadro da imprensa para mulheres na Bahia e reconstituir seus universos culturais e sociais. Consideramos não só o conteúdo dos periódicos, mas, ao mesmo tempo, sua apresentação física e visual, uma vez que as formas materiais produzem efeitos nas condições de recepção e compreensão do leitor.³⁷

A partir do modelo de história da leitura apontado por Chartier, identificamos no discurso desta imprensa uma leitura orientada de modo a moralizar suas leitoras, visto a insistência dos seus redatores, homens e/ou mulheres, em portarem-se como censores da leitura feminina, pois as consideravam, aparentemente, inocentes e de fácil corrupção; daí terem se preocupado tanto com a publicação de romances – principalmente, os amorosos, considerados uma perigosa ameaça à conduta da mulher – e quando o faziam apenas publicavam aqueles que servissem de exemplos edificantes, em especial, orientando-a para sua função de mãe e esposa. Cabe aqui, no entanto, a indagação feita por este historiador: até que ponto pode-se realmente considerá-las ingênuas e passíveis diante deste ato criativo e dinâmico que é a leitura? Afinal, devemos considerar os níveis de autonomia conquistados pelos leitores.

Ao explorar a imprensa para mulheres na Bahia da segunda metade do século XIX e início do XX conseguimos descortinar o “espaço simbólico das representações coletivas” por meio da análise de suas práticas discursivas e, assim, compreender como os papéis sociais de homens e mulheres se constituíram naquele período. Para tanto foi necessário inseri-los numa lógica outra que não a nossa, cujo tempo e espaço apontam para uma sociedade diversa em

³⁶ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, respectivamente p. 8-9 e p. 103.

³⁷ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

termos de valores e comportamentos. De tal modo, nuançando-os no tempo e relativizando-os no espaço, podemos entender melhor a imagem da mulher veiculada por esta imprensa.

Trabalhamos com jornais femininos em dois momentos distintos de sua escrita: numa ocasião inicial em que os periódicos foram redigidos por homens, cuja participação feminina foi eventual; e, num segundo período, onde as mulheres estavam com pena e a tinta em punho reivindicando seu espaço, embora como já mencionado, ainda muito timidamente.

As atitudes destas mulheres coincidem com o turbilhão de transformações sociais em voga na sociedade de então, o que não deixa de se refletir na imprensa feminina que funciona como espelho dessas práticas. Diante disso, depreende-se que o surgimento de uma imprensa dedicada à mulher demonstra as preocupações com as condições de gênero nesta sociedade. Assim, seguindo esta linha, ao explorar o universo feminino do período focado pretendemos contribuir para avançar os estudos nesta área e, sobretudo, superar juízos de valores depreciativos que foram amplamente divulgados naquela sociedade e, inclusive, na própria imprensa.

Para melhor abordarmos as questões a que nos propomos, referentes à imprensa para mulheres na Bahia, dividimos esta dissertação em quatro capítulos. O primeiro pretendeu recompor, a partir de literatura específica, o contexto histórico do período estudado – 1860-1917 – de maneira a situar a mulher baiana nesta sociedade. Esta época foi marcada por transformações econômicas e sociais que se refletiram nitidamente no dia a dia das pessoas, em especial, das mulheres.

As mudanças de ordem modernizadora afetaram não só as estruturas urbanas da cidade, mas também o comportamento feminino. A partir daí procuramos entender a participação das mulheres no mundo masculino da imprensa. Aos poucos, elas foram vencendo os preconceitos de uma época, internalizados por elas próprias, e se iniciou o processo de conhecimento de si mesmas para quebrar, se não, fissurar a barreira entre os sexos.

Os jornais dirigidos às mulheres baianas, ao longo da segunda metade do século XIX, foram tema do segundo capítulo. A partir destes periódicos, redigidos por homens, buscamos caracterizar a imprensa para mulheres da Bahia oitocentista. Analisamos as características iniciais da imprensa na sua etapa artesanal e, em seguida, investigamos as estratégias utilizadas pelos redatores para atrair as leitoras. Finalmente, procurou-se refletir acerca das imagens femininas difundidas por estes periódicos.

No terceiro capítulo discutimos a presença das mulheres na imprensa enquanto editoras e redatoras, a partir da revista *A Paladina do Lar*. Nossa intenção foi compreender este periódico dentro de um contexto de transição da própria imprensa, a qual estava passando para uma nova fase, a do desenvolvimento industrial. Neste momento, em paralelo, a mulher passou a ter maior movimentação nas ruas, inclusive pela participação nas campanhas da Igreja de realização da caridade. Neste período, ocorreu uma retomada da Igreja Católica por seus fiéis, o que foi confirmado pela ação pedagógica que a ela se atribuiu em virtude da laicização do Estado após a proclamação da República.

Neste sentido, as mulheres foram vistas como veículos que ajudariam a regenerar a sociedade, uma vez que atuariam dentro da família formando moralmente os futuros cidadãos da pátria. Uma das frentes de ação da Igreja foi fundar periódicos católicos para, por meio deles, recristianizar a população. Na Bahia, as mulheres estiveram à frente desse processo atuando ao lado dos eclesiásticos nesta tarefa e, por isso, desenvolveu-se um modelo feminino em consonância com a doutrina cristã, o que foi tema do último capítulo. Ao emitir opinião sobre temas que se tratavam diretamente das mulheres ou se diziam interessar a elas, a revista acabou por delinear um perfil feminino, que a *Paladina* tentou difundir. Através da análise do seu posicionamento foi que buscamos adentrar neste universo da imprensa feminina.

Ao finalizar esta introdução desejamos que a iniciativa desta pesquisa acrescente contribuições para os estudos nesta área. Assim, procuramos a partir da análise dos discursos não somente feminino, mas, ainda, o masculino, construir a imagem da mulher veiculada pela imprensa destinada às mulheres na Bahia nesse período. Afinal, sua presença na imprensa, enquanto espaço público, demonstra que ela, neste momento, havia começado a tomar conhecimento de sua posição de inferioridade, construída pelo discurso masculino até então vigente. O surgimento de uma imprensa dedicada à mulher evidencia as preocupações com as condições de gênero nesta sociedade. Descortina-se, portanto, o estimulante desafio de investigá-las.

CAPÍTULO I

A CIDADE DA BAHIA: UM POUCO DE HISTÓRIA

“A história social é fundada principalmente sobre a observação da vida e do comportamento dos grupos sociais que compõem dada sociedade tomada globalmente. Esta história é, sobretudo, a história da urbe, a qual, pelas múltiplas funções sociais de que necessita para existir, contribui para a multiplicação, a diferenciação e a hierarquização dos grupos que compõem o seu meio social.”³⁸

Segundo Branca Moreira Alves, “nenhuma mudança social ocorre sem que a sociedade tenha já caminhado no sentido de possibilitá-la”.³⁹ Tomando por base esta afirmação, podemos entender o surgimento de uma imprensa feminina no cenário brasileiro, em meados do século XIX. Desde 1827, temos notícias da circulação de um jornal feminino no Rio de Janeiro, o *Espelho Diamantino*, o primeiro deste gênero do país.⁴⁰

Devemos inserir as iniciativas periodísticas dentro de um contexto mais amplo de urbanização ocorrida ao longo deste século. A maior convivência no ambiente citadino proporcionou alterações na posição social feminina, ampliando, por conseguinte, seus papéis tradicionais. Este momento é bastante singular, pois a sociedade brasileira, como um todo, passava por reformulações. Ao atualizarem os ideais de liberdade e igualdade, presentes no movimento abolicionista e no republicano, abriram espaço para discussão sobre a educação da mulher, bem como sua maior participação na sociedade. Da mesma forma que a inserção do Brasil na era capitalista colocou a mulher, cada vez mais, em contato com a esfera pública, como consumidora de bens materiais e culturais que lhe haviam sido, até então, negados.⁴¹

Apesar de o mundo feminino continuar sendo, por excelência, o doméstico, a vida nas cidades promoveu uma intensificação da sociabilidade da mulher ao permitir-lhe maior contato com o público. Maria Fernanda Baptista Bicalho nos diz que “o sobrado urbano, ao se

³⁸ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004, p. 161.

³⁹ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 97.

⁴⁰ BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

⁴¹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértices, 1989, p. 81.

abrir para a rua fragmentou aquela sociabilidade tipicamente patriarcal, libertando a mulher da vigilância absoluta do pai e do marido”.⁴² Assim, foi neste contexto de mudança gradativa das mentalidades, que surgiram as primeiras publicações femininas, ora como espaço cultural, estabelecendo um diálogo com as leitoras, ora em defesa de seus direitos, cujas reivindicações

possibilitaram a abertura de uma discussão que, transpondo as fronteiras do lar, alcançou o espaço público e mostrou que o sexo subordinado e até então confinado à domesticidade passava a exigir direitos e maior liberdade, o que modificou hábitos e costumes arraigados desde séculos.⁴³

Na Bahia, os primeiros jornais dirigidos às mulheres surgiram a partir da segunda metade do século XIX e caracterizaram-se, principalmente, por seu caráter literário, ao publicarem poesias, charadas e textos literários. *A Paladina do Lar*, primeira publicação editada por mulheres na Bahia, surgida em 1910, além do entretenimento por meio da literatura, buscou normatizar o comportamento feminino, instruindo a mulher para o desempenho de seu papel de esposa-mãe-dona-de-casa, imagem da mulher inspirada na filosofia comteana, apresentada pela República.

Sobre a mulher brasileira às vésperas da Primeira Guerra, Alves afirmou que ela “estava ainda muito próxima do estilo de vida da época colonial, fechada em seu ambiente cerceado [...]”.⁴⁴ Se levarmos em consideração esta constatação e confrontarmos com a iniciativa ousada de muitas mulheres ao longo do país, ainda no século XIX, fundando periódicos femininos, devemos nos questionar: que condições sociais permitiram que isto ocorresse?

Desta forma, é para o período de transição e mudanças, 1860-1917, – recorte temporal deste trabalho – que nos reportaremos daqui em diante, com o objetivo de compreender o momento histórico que tornou possível o surgimento da imprensa feminina, especificamente, a baiana que nos interessa particularmente.

1.1 A Cidade de São Salvador da Bahia

A Cidade da Bahia, como era chamada pelos habitantes mais antigos, a Cidade de São Salvador da Bahia, localizada na Baía de Todos os Santos, ficou conhecida por sua natureza

⁴² Idem, p. 82.

⁴³ ALMEIDA, Jane Soares de. “Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, MEC/INEP, 79 (191): 31-41, jan./jun., 1998, p. 33.

⁴⁴ ALVES, op. cit., p. 97.

exuberante contrastando com a miséria humana e a pobreza da cidade. Visão unânime entre os viajantes que chegaram pelo mar, encantados à primeira vista com a beleza da paisagem que figuravam, cuja vegetação, cores e luzes abrihantavam o espetáculo. No entanto, bastava aproximarem-se mais um pouco para que o encantamento fosse quebrado, pois o que avistavam era uma realidade menos colorida. A sujeira, os fortes odores, o barulho nas ruas compunham o quadro oposto ao que haviam imaginado. Esta era a percepção de quem chegava pelo mar, pois, por outro lado, para quem entrava na cidade vindo do interior nada tinha com que se deslumbrar. Não se deparavam com a imagem da Cidade Alta, nem com a das casas pintadas de branco banhadas pelo mar, ao contrário, embarcavam direto na realidade. Vindos do sertão ou do Recôncavo, a maioria das pessoas era logo ameaçada pelo contágio do mal das bexigas ou da febre amarela que faziam parte do cotidiano da cidade.⁴⁵

No início do século XIX, a Cidade de Salvador dividia-se administrativamente em dez freguesias e assim permaneceu até 1870 quando foi criada a décima primeira. De acordo com Anna Amélia Vieira Nascimento a freguesia era “um espaço material limitado, divisão administrativa e religiosa da cidade, onde estavam localizados os habitantes, ligados à sua igreja matriz”,⁴⁶ portanto, uma organização que congregava os poderes civil e eclesiástico. Segundo Katia Mattoso, a população da capital da província girava em torno de pouco mais de 129 mil habitantes quando do primeiro recenseamento oficial da população brasileira em 1872. Conforme esse mesmo recenseamento a população do Recôncavo apontava para 363.623 mil habitantes; a autora considera que juntos, capital e Recôncavo, somavam 35,6% da população da província.⁴⁷

Ao contrário de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, que conheceram uma explosão demográfica nas últimas décadas do século XIX, Salvador apresentava as menores taxas de crescimento populacional. Dessa forma, no ano de 1890 a capital do então Estado da Bahia, denominação dada após a proclamação da República em 1889, teria uma população girando em torno de 174. 412 mil habitantes, pulando para cerca de 206 mil em 1900. Tirando uma média grosseira Rinaldo César Leite, calculou em torno de 240 mil o número de

⁴⁵ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 33 e p. 35.

⁴⁶ Idem, p. 44.

⁴⁷ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988, p. 22.

habitantes na cidade nos anos iniciais da década de 1910. Este autor tomou por baliza os anos de 1900 e 1920, quando a população contava cerca de 283 mil moradores.⁴⁸

No século XIX, Salvador era ainda uma cidade de modesta urbanização, muitas ruas e praças nem sequer haviam sido calçadas. Segundo Nascimento, a impressão que se tinha era a de que “primeiro, existiam as casas, para que depois viessem a existir as ruas”.⁴⁹ Ao longo do século, aos poucos, foi se delineando o centro urbano, que crescia após as lutas pela Independência na Bahia. Apesar disso, a cidade manteve a estrutura urbana praticamente inalterada até o início do século XX, o que aliado ao crescimento demográfico, ainda que pequeno, contribuiu para o agravamento dos problemas enfrentados por sua população.⁵⁰

Iniciativas de modernização despontaram, no Brasil, desde o Império, sempre aliadas ao ideal do progresso e civilização.⁵¹ Estas ideias perpassavam por uma necessidade de higienização, visto os níveis elevados de insalubridade existentes nas cidades. Pode-se dizer que, na Bahia, as principais obras de urbanização foram aquelas ligadas à infra-estrutura da urbe, pois suas conseqüências afetavam diretamente os seus habitantes. Para o século XIX, Nascimento considera que a obra urbanística de maior importância foi a Rua da Vala, esta “significou tanto, ou talvez mais, que as aberturas das avenidas no século atual, em Salvador”.⁵²

A Rua da Vala significou melhoramento para a saúde e via pública. O mesmo aconteceu nos anos iniciais do século XX, quando no projeto de modernização, em virtude dos impulsos de transformações urbanas na Primeira República, abriram-se avenidas de uma ponta a outra na cidade, bem como se tentou o melhoramento dos serviços públicos básicos: iluminação, fornecimento de água, saneamento e transporte.

Em pleno despontar do século XX, a Cidade da Bahia ainda não oferecia serviços públicos básicos de qualidade para seus habitantes. A princípio do século XIX, a iluminação era feita pela luz produzida com azeite de peixe. Mesmo após a implementação da iluminação

⁴⁸ Estes números foram apresentados com base nos trabalhos de LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Idéias de civilização cenas de anti-civilidade, em um contexto de modernização urbana: Salvador, 1912-1916*. Salvador: UFBA, 1996, p. 26 (dissertação de mestrado) e FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Salvador: UFBA, 1994, p. 30. (dissertação de mestrado)

⁴⁹ NASCIMENTO, op. cit., p. 48.

⁵⁰ LEITE, op. cit., p. 26.

⁵¹ Rinaldo César Leite, em sua dissertação de mestrado, discutiu a concepção destes termos no início do século XX. Segundo o autor, estabeleceu-se um vínculo entre os termos higienização e urbanização, usados sobretudo no sentido de reforma material na urbe. Vínculo que se estendeu para outros termos como modernização, normatização, moralização dos costumes, etc., usados amplamente, e que poderiam ser resumidos, neste contexto, na palavra civilizar. LEITE, op. cit., ver, especificamente, p. 11.

⁵² NASCIMENTO, op. cit., p. 66.

a gás e, mais tarde, a elétrica a situação da iluminação pública nos anos iniciais do século XX era ainda insuficiente. O mesmo ocorreu com o fornecimento de água, cujas primeiras iniciativas de distribuição feita por chafarizes, construídos por dois cidadãos que formavam uma Companhia, datam de 1852. Poucas eram as casas que recebiam água encanada, sendo, por isso, as fontes o principal meio de fornecimento já na década de 1910.

As lacunas persistiam no tocante ao sistema de transporte a cargo de particulares. O meio mais rápido e barato, durante o século XIX, era as cadeirinhas de arruar carregadas por negros, geralmente escravos. Os homens mais ricos tinham suas cavalariças. Os primeiros veículos públicos surgiram por volta de 1862, eram as gôndolas. Mais tarde, em 1870, vieram os bondes puxados a burro, serviço do qual nos primeiros anos do século seguinte ainda suscitava reclamações da população. O serviço de asseio e limpeza era talvez o mais deficiente, o que deu a Salvador o status de cidade suja. Essa situação de precariedade perdurou ao longo de todo o século chegando ao seguinte com os mesmos problemas, talvez até agravados.⁵³

Salvador, desde o século XIX, herdeira de uma estrutura colonial, foi marcada pela pobreza social e condições de insalubridade, que tanto decepcionavam seus visitantes. Era preciso, então, obras no sentido de higienizar a cidade não só para agradar aos estrangeiros, com quem se negociava, dando-lhes impressões de urbe civilizada, mas também afastar as epidemias que assolavam seus moradores. Segundo Mário Augusto da Silva Santos, na Primeira República,

as condições sanitárias da cidade eram extremamente precárias e refletidas na grande incidência de doenças transmissíveis, como a tuberculose, a varíola, a peste bubônica, a febre amarela e o impaludismo, que grassavam em caráter epidêmico. Daí resultavam as altas taxas de óbitos, associáveis também a outras moléstias. A gripe e a disenteria faziam muitas vítimas. O coeficiente de mortalidade infantil foi particularmente elevado em todo o período, graças aos altos índices de desnutrição e doenças do aparelho digestivo em crianças, entre as quais era muito disseminado o raquitismo.⁵⁴

A inclusão da Bahia na onda de modernização, que atingiu as principais capitais do Brasil na Primeira República, entretanto, não se deu ao mesmo tempo das outras. Aos poucos os setores investidores foram se convencendo e direcionando seus investimentos para tal atividade. Talvez a mentalidade baiana, um tanto arcaica, dificultasse iniciativas deste tipo, que modificariam costumes e hábitos tão arraigados. Como por exemplo, as intervenções

⁵³ A descrição dos problemas destes serviços públicos pode ser encontrada em: NASCIMENTO, op. cit., p. 76-85 e LEITE, op. cit., p. 89-109.

⁵⁴ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 60-61.

diretas do poder público na família, a qual mesmo no espaço privado era alvo da modernização, uma vez que era a responsável por formar os novos cidadãos da pátria.

Transformavam-se os aspectos físicos, por conseguinte, mudavam-se, também os hábitos e costumes da população. Ainda nos oitocentos, a cidade já contava com alguns locais para divertimentos e prática da sociabilidade. Afora as missas e festas religiosas, freqüentes desde os tempos coloniais, podemos citar as agradáveis visitas ao Passeio Público e ao Teatro São João. Neste período, as mulheres começavam a vencer a reclusão a que foram impostas e já davam seus ares nas ruas e em espetáculos públicos.

Verificamos o papel exercido pelo teatro na sociabilidade baiana nas páginas dos periódicos femininos estudados. A influência européia, sobretudo francesa, era percebida inclusive nas roupas das damas que freqüentavam tais ambientes. Esta imprensa comentou a moda adotada pelas mulheres que se apresentavam no teatro e em outras ocasiões de aparecimento público. *A Paladina do Lar*, por exemplo, dedica algum espaço para comentar sobre modas e estas novas formas de lazer, embora o faça sempre preocupada com a moralização dos costumes que se modificavam com a dita onda do progresso.

Há que se dizer, entretanto, que tais divertimentos eram privilégios das classes mais abastadas, pois as menos favorecidas passavam longe dos cafés, teatro e cinema – no início do século XX –, os setores menos abastados tinham outras formas de lazer, por sinal, muito criticadas e perseguidas, como o jogo. A grande desigualdade social existente na Cidade da Bahia foi sempre sua característica marcante. Não só no tocante à escravidão, que, até a abolição, condenou a população africana e seus descendentes à exclusão, mas entre os próprios livres o fosso era profundo. A pobreza era o predicado maior da cidade.

Nos oitocentos, a cidade se dividia entre livres, libertos e escravos. Tratados como mercadoria, os escravos, eram os responsáveis pela produção da riqueza. Aqueles que conseguiam alcançar a alforria, por doação ou compra, tornavam-se libertos contribuindo para aumentar a população de pobres da cidade. Alguns, entretanto, conseguiram prosperar e até exercer cargos públicos, já que, apesar do preconceito contra os mestiços, existia uma certa mobilidade social. Embora, seja bom que se diga, que o topo da elite política era reservado aos senhores de engenho, grandes proprietários de terras e comerciantes. Estes formavam a elite econômica e política da sociedade, constituindo o grupo mais poderoso da capital e vilas do Recôncavo, ao lado dos comerciantes.

Segundo Mattoso, nesta sociedade “existem algumas possibilidades de mobilidade social”, em virtude da existência das camadas intermediárias da população livre e de libertos,

que compunham a classe média.⁵⁵ Contudo, essa “mobilidade social era dirigida no sentido de se considerarem brancos, porque estes eram os senhores, eles ocupavam posições de mando, e alcançá-la através da fortuna era o intento maior dos menos favorecidos”.⁵⁶ O preconceito existia, mas os mestiços poderiam ser aceitos se tivessem ascendido socialmente através do dinheiro ou instrução.

Mattoso mostrou, em estudo sobre a sociedade e a família baiana, como muitos comportamentos sociais estavam relacionados a esta esfera íntima. Na sociedade do século XIX, por exemplo, era bastante tolerável o reconhecimento de filhos ilegítimos, nascidos fora do casamento, bem como a aceitação das uniões livres, aquelas sem validação jurídica,⁵⁷ em grande número neste período. Atitudes assim, cujos laços de parentesco são indiscutíveis, explicariam, como um mulato e, por vezes, um negro ascenderam na hierarquia social. Neste sentido, também, “a instituição familiar proporciona possibilidades de promoção social”⁵⁸ e ao redor dela é que eram tecidas as relações sociais.

Diante disso, podemos afirmar que a vida social organizava-se em torno da família, base da sociedade de Salvador, que no dizer de Nascimento, era “um mini-mundo da sociedade de então”.⁵⁹ Para Mattoso, no meio urbano, encontrava-se a família nuclear, composta do marido, mulher e filhos.⁶⁰ O elemento feminino, contudo, principalmente o da elite, ainda estava confinada ao ambiente da casa, o mundo da família. As ruas eram o domínio das menos afortunadas.⁶¹ Com o correr do século e ao alvorecer do novo, esta situação de enclausuramento foi desaparecendo e as mulheres passaram a ser vistas com maior frequência nas ruas, nos saraus e nas festas familiares.

Salvador era dividida em Cidade Alta e Baixa, em virtude de uma peculiar topografia. Esta divisão geográfica tornava mais evidente a desigualdade social existente na cidade. Ao chegar pelo mar, o visitante desembarcava na Cidade Baixa e logo se deparava com a sujeira,

⁵⁵ MATTOSO, *Da Revolução dos Alfaiates...*, p. 300.

⁵⁶ NASCIMENTO, op. cit., p. 242.

⁵⁷ O casamento religioso sacralizava, do ponto de vista da Igreja, a união entre homens e mulheres e era decisivo para a formação da família cristã. Durante muito tempo esta instituição esteve sob o poder da Igreja Católica, embora tenha sido pouco celebrada nos tempos coloniais, dentre outras coisas em virtude do elevado custo. Com a Proclamação da República, em 1889, a Igreja foi alijada do poder e perdeu influência sobre as autoridades. Em 1890, os republicanos instituíram o casamento civil, antes monopólio da Igreja. Ver: SOUSA, Alina Silva. *A Família na República: imprensa e casamento civil em São Luís na década de 1890*. São Paulo: USP, 2007. (dissertação de mestrado)

⁵⁸ MATTOSO, *Família e sociedade...*, p. 184-185.

⁵⁹ NASCIMENTO, op. cit., p. 242.

⁶⁰ Segundo Mattoso, a família patriarcal, aquela extensiva aos “aparentados”, cujos laços não eram obrigatoriamente os de sangue, era uma realidade dos meios rurais; além disso, essa descrição supõe que tenha existido somente em torno de um casal branco, o que excluía outras formas de uniões, como por exemplo, entre um casal mestiço. MATTOSO, op. cit., p. 63.

⁶¹ NASCIMENTO, p. 241.

o mau odor dos esgotos correndo a céu aberto, o barulho dos vendedores, entre eles muitos negros, os animais soltos pela rua. Ao transpor as ladeiras que ligavam as duas partes, geralmente por meio das cadeiras de arruar, o visitante, por alguns instantes, voltava a ter a percepção da bela cidade. No topo, ficava o centro administrativo, político e eclesiástico, mas, também, era local de residência dos mais ricos, daqueles que controlavam a vida econômica e política da cidade.

Lá em cima, a cidade era limpa e silenciosa. A beleza da arquitetura civil, com praças amplas, chafarizes, grandes igrejas, impressionaram muitos visitantes. Lá em baixo, a insalubridade, a alvoroço dos negócios, a correria no porto e nos armazéns. Assim, era acentuada a correspondência entre a estratificação topográfica e social: acima, os senhores, embaixo, os pobres, os escravos. Há que se mencionar, entretanto, a existência de povoados mais distantes, como Brotas e outras povoações no litoral norte, como Rio Vermelho e Itapuã.

Primeira capital da colônia portuguesa – até 1763 – e primeiro pólo econômico de importância com a exportação do açúcar, Salvador se viu, em inícios do século XX, ocupando o lugar de terceira cidade do país. Ficava atrás da então sede do Distrito Federal, o Rio de Janeiro e, em fins do século XIX, havia sido superada por São Paulo. Neste ínterim, a cidade sofreu abalos econômicos e, ainda, agitações sociais – era a população respondendo à sua situação de inferioridade. Em virtude da crise econômica, a estrutura social também foi abalada, uma vez que, como diz Mattoso, “a estratificação social é, geralmente, condicionada pelo tipo de estrutura econômica que prevalece numa dada sociedade”.⁶²

1.2 A Cidade da Bahia e seu Recôncavo: um complexo integrado

Desde os tempos coloniais a Cidade da Bahia caracterizou-se, principalmente, por uma estrutura econômica de caráter agromercantil, ou seja, possuía uma agricultura monocultora de produtos primários e exportava sua produção para o mercado externo. Por meio desta atividade, que permaneceu predominante durante todo o século XIX, Salvador se integrou na economia mundial.

A produção de açúcar tomou proporções industriais tornando-se o mais importante meio de exploração da colônia, suplantando, inclusive, a produção das ilhas do Atlântico. Os

⁶² MATTOSO, *Da Revolução dos Alfaiates...*, p. 170.

canaviais e os engenhos localizavam-se, entretanto, nas vilas do Recôncavo baiano. Geograficamente, Recôncavo significa fundo de baía, no caso do baiano

abrange todas as terras adjacentes, ilhas e ilhotas, bem para além das praias, vales, várzeas e planaltos próximos ao mar: uma orla de quase trezentos quilômetros torna bastante fácil a circulação, ainda mais porque numerosos rios se lançam na baía por amplos braços navegáveis.⁶³

Para situar essa região, adotamos a definição de Mattoso que, segundo ela, situa-se

entre os meridianos 37 e 39 a oeste de Greenwich e no limite dos paralelos 12 e 13 ao sul do Equador, o Recôncavo baiano, com seus pouco mais de 10.000 km² de terras emersas, limita-se a leste com o Atlântico, ao sul com os municípios de São Miguel das Matas, Laje e Valença, a oeste com os municípios de Antônio Cardoso, Santo Estêvão e Castro Alves e, enfim, ao norte, com Feira de Santana, Coração de Maria, Pedrão, Alagoinhas e Entre Rios.⁶⁴

A região abrange, portanto, os municípios de Cachoeira e Maragogipe, duas das cidades nas quais foram produzidos os jornais *A Grinalda* (1869-1870) e *Espelho das Bellas* (1860-1861), respectivamente, duas das fontes deste estudo. Em termos de circulação, contudo, não podemos afirmar com certeza se estes jornais, e até os que foram redigidos em Salvador circularam em toda a região, mas pelo menos temos indícios de que chegaram a, pelo menos, Santo Amaro, São Félix e Feira de Santana.

No caso d'*A Paladina do Lar*, publicada no início do século XX, sabemos que ela circulou não só nas cidades do Recôncavo, como também no alto sertão da Bahia, como por exemplo, Caetitê. A circulação dos jornais para as mulheres nessa região sinaliza tanto para o amplo alcance que eles atingiram quanto reforça a idéia da estreita comunicação existente entre a Cidade da Bahia e sua interlândia.

Como apontou Mattoso, a extensa orla de quase trezentos quilômetros, com amplos rios navegáveis que se lançam à baía, facilitando a navegação, explica a fácil comunicação. O transporte nesta região se dava, também, por vias terrestres, para o que os cavalos e burros foram indispensáveis. A primeira estrada pavimentada data de 1851 e a primeira linha ferroviária, que partia de Salvador em direção ao rio Joanes, de 1860 – este último meio de transporte suscitou esperanças de desenvolvimento, o que não ocorreu tão rápido. No entanto, as redes fluviais e marítimas e os animais de carga continuaram a ser a principal via de ligação entre as vilas e sua província durante a maior parte do século XIX.⁶⁵

⁶³ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 51.

⁶⁴ Idem, p. 53.

⁶⁵ Idem, p. 59.

Desta forma, a produção do Recôncavo era escoada por Salvador, que exercia, então, a função de entreposto comercial. A ligação entre ambas era tal, que formavam, por assim dizer, um complexo integrado que não se pode dissociar. Se a capital não pode ser dissociada da baía, também não o pode de sua interlândia, “celeiro de açúcar e de farinha”. Para Mattoso, “mais que qualquer outra cidade, a da Bahia está ligada à sua imediata hinterlândia agrícola, pois é seu mercado e seu elo com o mundo exterior”.⁶⁶ Esta estreita associação estendia-se também aos aspectos sociais, pois os senhores de lá eram também os daqui; muitas famílias eram ligadas entre si.

Muitos senhores rurais tinham casas na Cidade da Bahia. Era freqüente, morarem nas vilas do Recôncavo e migrarem para a capital em tempos de festa, dando origem a uma demografia sazonal. Por isso, Mattoso tem razão ao afirmar que “é impossível compreender a Cidade da Bahia sem compreender seu Recôncavo”.⁶⁷

Neste sentido, concordamos com Mattoso, quanto à necessidade de se estudar este complexo integrado, se quisermos apreender as mudanças e, talvez até rupturas, nas mentalidades baianas responsáveis por ampliar o papel da mulher nesta sociedade. A partir daí, compreendemos as condições que tornaram possível colocar as mulheres no centro das discussões, surgindo iniciativas como, particularmente, a fundação de jornais para elas. A importância econômica do Recôncavo para Salvador refletia-se na desestabilização social em tempos de crise. Uma vez que também era uma geografia humana integrada, a carestia em um lugar significava acentuação da pobreza em outro.

A cana-de-açúcar, por longo tempo, moveu a economia da colônia portuguesa, sendo a responsável por gerar à sua metrópole muita riqueza. Entretanto, enquanto produto natural, a lavoura se via ameaçada por agentes naturais que poderiam causar quedas na produção prejudicando todo o sistema. Além disso, também estava à mercê da incerteza quanto aos comerciantes, que poderiam pouco investir e da concorrência externa. Tudo isso contribuiu para que a economia baiana sofresse oscilações durante todo o século XIX, mas chegou ao XX com certa estabilidade.

A economia baiana raiou o século XIX experimentando certa prosperidade, após cinco décadas de marasmo. Internamente, esta expansão explica-se pela introdução de novas técnicas para a lavoura e a produção do açúcar e pela multiplicação dos engenhos, que contribuíram para que as exportações crescessem. No plano externo, segundo João José Reis, contribuiu as reformas pombalinas e a desorganização da economia das Antilhas, “por uma

⁶⁶ Idem, p. 51-52.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

revolução escrava que retirou do mercado europeu esse formidável competidor do açúcar brasileiro”.⁶⁸

Passada essa fase de prosperidade, a economia só iria conhecer períodos de oscilação entre depressão e recuperação, até o início do século XX. Com as lutas pela Independência veio a depressão. Em parte pela concorrência da produção cubana e do açúcar de beterraba, na Europa. Além disso, a produção do fumo e algodão havia declinado, ao passo que a mão-de-obra servil estava sendo deslocada para as lavouras de café no sul do Brasil. Os anos de 1842-1860 marcaram uma fase de reanimação econômica, em virtude da comercialização de novos produtos: diamantes, algodão e café.⁶⁹

O período da Guerra do Paraguai foi novamente de crise, pois além das conseqüências do conflito, a cana-de-açúcar foi atingida por uma praga, houve crise na lavoura algodoeira e uma série de secas atingiu a região. Somam-se a isto a abolição da escravidão e, a partir de 1873, a depressão econômica européia. Esta situação encontrou um reverso em 1887, quando ocorreu uma melhoria dos preços agrícolas no mercado internacional, além da exportação de outros produtos como o cacau e a borracha de maníçoba e de carbonados.⁷⁰

Desta vez, o período de recuperação foi breve. Em 1897, nova crise foi motivada em virtude das secas prolongadas que atingiram o litoral e dos preços flutuantes do cacau e estagnados do fumo. O início do século XX foi marcado por uma recuperação com o restabelecimento dos preços dos produtos agrícolas, cacau, fumo, açúcar, e o renascimento das culturas de algodão e do arroz, bem como o aumento da produção de farinha de mandioca, que foi colocada no mercado internacional.⁷¹

Salvador era, portanto, nos anos iniciais do século XX, uma cidade ainda agromercantil. A capital do estado atuava como centro intermediário entre os núcleos produtores dos gêneros agrícolas e os núcleos produtores dos artigos a serem importados, relação da qual soube bem tirar proveito. Em função deste papel comercial, seu porto, nesta época foi dos mais movimentados, figurando entre os principais do país. O crescimento comercial fez com que membros da burguesia ligada ao comércio assumissem papel de destaque na sociedade baiana.⁷²

⁶⁸ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 40.

⁶⁹ MATTOSO, *Da Revolução dos Alfaiates...*, p. 101.

⁷⁰ Idem, p. 102.

⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁷² LEITE, *op. cit.*, p. 34.

Nos períodos de crise, a população sofria com o aumento de preços dos gêneros básicos. Não bastasse isso, a Cidade da Bahia e seu Recôncavo foi afetada, ao longo do século XIX, por epidemias, como a do cólera-morbo que em 1855-1856 dizimou milhares de pessoas. O revés da natureza também atingiu a Bahia. Os anos de 1851-1852 foram de chuva abundante, arrasando não só a lavoura para exportação, mas ainda a da cultura de subsistência, como a farinha de mandioca. Se a chuva prejudicou a produção de alimentos, o mesmo se deu com a seca dos anos de 1857-1860. Desta maneira,

peste e seca, ao se somarem (1855-1860), traduziram-se, é claro, em escassez e carestia extremas dos gêneros alimentícios de primeira necessidade – e assim, juntamente com a especulação dos mercadores, estiveram na base mesma da agitação da ‘carne sem osso e farinha sem caroço’, motim popular contra a carestia, que pipocou em Salvador no ano de 1858.⁷³

Durante a Primeira República, Santos aponta os anos de 1894, 1899, 1912-1913, 1917 e 1924-1930 como os momentos mais agudos da carestia. Para ele,

as dificuldades de sobrevivência parecem ter sido crônicas, mercê de um generalizado descompasso entre preços e ganhos, além de carências várias no setor habitacional, de saúde, enfim toda uma gama de necessidades básicas não satisfeitas.⁷⁴

O século XIX foi marcado por agitações sociais. Desde o início desta centúria a Cidade da Bahia e seu Recôncavo foram palco de levantes populares e manifestações de cunho político. Dentre os quais, as manifestações antiportuguesas, conhecidas por “mata-marotos”, os levantes militares, como o do Batalhão dos Periquitos, em 1824, e as revoltas federalistas.⁷⁵ No que diz respeito às insurreições escravas destaca-se a revolta dos malês, em 1835, liderada por escravos muçulmanos ou *malês*. Essa revolta foi seguida pela Cemiterada, em 1836, e pela Sabinada, em 1837, a mais séria das rebeliões desse período.⁷⁶

A cidade de Salvador e sua interlândia em fins do século XIX contrastava sua beleza natural localizada na baía de Todos os Santos, que a tantos encantava, com os problemas urbanos e sociais, com os quais a população enfrentava a cada dia. A precária infra-estrutura,

⁷³ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004, p., 304-305. Sobre o motim da “carne sem osso e farinha sem caroço”, ver: REIS, João José; AGUIAR, Márcia G. D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, 1996.

⁷⁴ SANTOS, op. cit., p. 95.

⁷⁵ Ver: ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial. Bahia 1831-1833*. São Paulo: USP, 1995. (tese de doutorado); ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O tutu da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

⁷⁶ Sobre essas revoltas, ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; REIS, *A morte é uma festa...*; SOUZA, Paulo César. *A Sabinada. A revolta separatista da Bahia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

praticamente inalterada em pleno nascer do século XX, aliada ao crescimento da população, sobretudo das classes inferiores, contribuiu para agravar ainda mais os problemas sociais.

As autoridades iniciaram um processo de modernização, com o fim de tentar reinserir a Bahia, antes a mais importante província e, agora, ocupando o terceiro lugar, no cenário nacional.⁷⁷ Ao se buscar o distanciamento com o passado colonial, visto como símbolo do atraso, conseqüentemente, a vida urbana se tornava mais complexa. Nada mais natural, portanto, que novos costumes e hábitos fossem adotados pelos indivíduos, o que não significou o abandono imediato de antigas atitudes. Por exemplo, a família nuclear, característica da nova ordem burguesa, convivía com a família extensa, modelo mais antigo que predominou nas áreas rurais.

As mudanças ocorridas nos aspectos físicos da cidade podem, ao mesmo tempo, serem percebidas nos aspectos sociais. Não só ruas e avenidas surgiram, mas também novos papéis sociais, que afetaram, especialmente, o elemento feminino. Nas primeiras décadas do século XX, a mulher atingiu um nível de autonomia nunca antes imaginado. Se, desde o século XIX, a sociedade abriu espaço para maior discussão sobre seu papel, nos primeiros anos do século seguinte ela própria se colocou no lugar de concretizá-lo.

1.3 E onde elas estavam?

A historiografia tem reservado maior espaço ao estudo sobre as mulheres. O campo que se configurou como História das Mulheres vem se dedicando em conhecer e interpretar as experiências femininas nas suas mais diversas nuances. Este posicionamento veio contribuir para o avanço dos estudos nesta área, uma vez que, ao considerar as práticas plurais femininas, procurou se desvincilhar das explicações redutoras que somente enxergavam a mulher como ser dominado.

Procuramos compreender as mulheres e o seu universo seguindo o modelo dos estudos feministas, cuja tônica têm sido libertá-la do espaço doméstico. O fato de a casa ter sido o lugar predominante ocupado por ela, não se deve descartar suas várias experiências e reduzi-la ao papel de submissa ao marido. O que se propõe é identificar, neste mesmo espaço, suas experiências concretas, que possam colaborar para a desnaturalização dos papéis sociais, os quais acabam sendo de gênero.

⁷⁷ Sobre a discussão da modernização do Estado na Primeira República, ver: LEITE, op. cit.

É certo que homens e mulheres ocuparam lugares diferentes ao longo da história. Eles associados ao mundo público alcançaram, deste modo, mais visibilidade. Contudo, por elas terem ocupado o âmbito da casa não significa que foram, por isso, inferiores a eles ou que não tiveram agência diante de suas próprias vidas. Cada vez mais, estudos com enfoque no cotidiano apontam-no como espaço de mudança e resistência ao processo de dominação. Segundo Maria Odila da Silva Dias, ele define um

campo social de múltiplas interseções de fatores que contribuem decisivamente para transcender categorias e polaridades ideológicas. Interseções que aproximam e diluem um no outro conceitos ideológicos estratégicos como o público e o privado, o biológico e o mental, a natureza e a cultura, a razão e as paixões, o sujeito e o objeto.⁷⁸

Observar o lugar que a mulher ocupou dentro da família ao longo da história nos ajuda a desvelar os papéis vivenciados por ela. Assim como as funções femininas foram, com o tempo, sendo transformadas e a instituição familiar, do mesmo modo, passou por alterações. E, por isso, a própria família modificou sua visão sobre a mulher e, por conseguinte, a orientação a lhe dar, que dependia do que se esperava dela.

Como já afirmado, a família era a célula *mater* da sociedade. Segundo Mattoso, encontravam-se nesta instituição os principais elementos para se compreender as relações sociais. Esta metáfora continuou ainda no início do século XX, quando as atenções foram voltadas para esta esfera em virtude da tentativa de civilizar a cidade a partir deste domínio. Para esta autora é em torno da família que devemos buscar entender as hierarquias sociais (e, também, de gênero), “pois essa família é o eixo ao redor do qual são tecidas as relações sociais. No âmbito dela as hierarquias se estabelecem, fixam-se ou desfazem-se”.⁷⁹

Acompanhar essas mudanças, tanto dos papéis femininos quanto da família, nos ajuda a apreender o percurso trilhado pela mulher, que a levou da reclusão da casa à profissionalização. Foi, entretanto, um processo lento, pois as mentalidades são muito lentamente transformadas e nem sempre sem percalços. A educação feminina, por exemplo, a primeira grande mudança a ser realizada na vida da mulher que lhe daria conhecimento de sua condição, não foi conquistada sem dificuldades. Durante esta luta não deixou de haver vozes dissonantes resistentes à instrução feminina.⁸⁰

⁷⁸ DIAS, Maria Odila da Silva. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 51-52.

⁷⁹ MATTOSO, *Família e sociedade...*, p. 185.

⁸⁰ Sobre a educação feminina na Primeira República, ver: LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Salvador: UFBA, 1997. (dissertação de mestrado)

Ao estabelecer-se a colonização forjaram-se, inicialmente, os senhores de engenho como o grupo do poder. Senhores da economia e da política, eram eles o segmento mais poderoso daquela sociedade. O poder estendia-se do mundo público para o privado, pois em casa eles detinham a palavra final. Geralmente, chefes das grandes famílias, especialmente existentes no meio rural, estes senhores eram os responsáveis por todos os membros da família, que, nesta época, incluíam além da esposa e dos filhos, em grande número, agregados, afilhados, e toda uma parentela que a ele se juntava mesmo sem possuir laços de consangüinidade.

As características marcantes da sociedade colonial perduraram por muito tempo, tendo seus traços presentes durante o século XIX e, em menor grau, nas primeiras décadas do XX. Devemos, contudo, matizar as cores quando se afirma sobre o seu poder incontestado. Embora o pai, ou o marido, entre outras atribuições, cuidasse para preservar a honra familiar, que se media diante do comportamento feminino, mantendo a mulher reclusa ao lar, não significa dizer que a palavra final foi sempre dele. Ora, é preciso ter em mente que a dinâmica da vida nem sempre se dá através de opostos, nem as cores são tão fortes.

A reclusão feminina foi registrada insistentemente pelos estrangeiros que visitaram a Bahia no século XIX, cujas impressões são, em parte, responsáveis pelas imagens negativas das mulheres, em especial, das classes abastadas. Neste contexto, mesmo a legislação não privilegiava a mulher, nem depois de casada. A sociedade, da mesma forma, não lhe diminuiu o fardo, culpando-a sucessivamente, mesmo nos casos em que o homem também errava – como nos casos de adultério ou fuga de amantes.

A partir de estudos recentes, sobre o cotidiano e a família, um novo universo vem sendo descortinado. O outro lado da atuação das mulheres, que interferem diretamente na vida de seus maridos e filhos, está sendo revelado. É o avesso das relações familiares e sociais, que chama a atenção para ultrapassarmos a visão viciada da reclusão feminina. Não estamos querendo negar a existência do recolhimento da mulher e sua limitação nesta sociedade, bem como da autoridade da figura masculina. Mas apenas ressaltar que para apreender as experiências femininas plurais, como estamos afirmando, é necessário ultrapassar essa perspectiva.

Para isso, como afirmou Márcia Maria Barreiros Leite, é preciso “relativizar conceitos como paternalismo, família e reclusão”.⁸¹ Primeiro, o tipo de família de moldes patriarcais, como observado por Mattoso, foi uma realidade mais presente nas regiões rurais como o

⁸¹ Idem, p. 28.

Recôncavo e o sertão. Do que se segue que o conceito de família deva ser expandido. Depois, as mulheres, apesar de restritas ao lar, exerceram posições de mando e controle da casa, a partir do que não se pode considerá-las submissas ou inertes. Desta forma, “é a partir da modificação das atitudes em relação às mulheres, e à própria atuação destas em atividades sociais que podemos observar a dinâmica nas formas de convivência familiar e repensar o mito da sujeição”,⁸² registrou Leite.

A mulher dos tempos coloniais viveu recolhida ao espaço doméstico escondida dos olhos da sociedade. As obrigações a que lhe foram impostas, como o cuidado da casa e dos filhos contribuiu para reforçar essa imagem de mulher submissa, inerte e ociosa. Visão que se manteve mesmo que ela realizasse atividades artesanais, como o bordado e a costura, por meio das quais vestia os membros da família e compunha o enxoval do domicílio. Talvez isso se explique pela desvalorização do trabalho manual numa sociedade escravista, que o relegava aos escravos.

Em que pese a submissão da mulher ao marido, em termos legais inclusive, ela chegou a exercer posições de comando dentro do lar – isso quando ela mesma não tomou as rédeas da administração da casa em virtude da morte de seus maridos ou mesmo por não ter se casado. Era ela quem dava as ordens aos criados, quem decidia o preparo da alimentação e por que não dizer até que interferia na vida dos maridos ao opinar sobre suas decisões públicas. No que diz respeito a esta última asserção, Marcus de Carvalho traz uma contribuição bastante concisa, embora trate do Recife, da primeira metade do século XIX.

A mulher possuía um papel no discurso político masculino, mesmo que ambíguo e contraditório.⁸³ Carvalho referiu-se a uma sociedade que mudava sutil e letamente, em que a mulher podia entender de política, mas deveria manter o bom senso. Poderia até opinar o que não significava que o marido iria atendê-la.

Para Carvalho, “cabia à mulher digna, à boa esposa, o bom senso. Mas era também de ‘bom-tom’[...] demonstrar certa ingenuidade. Não lhe concerniam percepções mais profundas. A política, violenta e incoerente, era terreno discursivo masculino”.⁸⁴ Este autor tratou de uma época na qual a mulher poderia reinar no lar, mas deveria seguir as leis feitas pelos homens.

⁸² Idem, *ibidem*.

⁸³ CARVALHO, Marcus M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”. In: MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Basto Pereira das; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *História e Imprensa – representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2006, p. 184.

⁸⁴ Idem.

Estas observações indicam, prontamente, as mudanças vividas pela sociedade ao alvorecer dos oitocentos.

Aos poucos foi se modificando o comportamento da mulher e, por conseguinte, as expectativas da família e da sociedade diante dela. No século XIX, as casas continuavam fechadas às ruas, porém as mulheres, se bem que ainda se escondessem,

já tinham liberdade de, acompanhadas, freqüentar igrejas, as festas religiosas, as procissões, as reuniões familiares, os teatros, as festas cívicas, sem falar nas raras vezes, em que o Presidente da Província recebia, ou um cônsul de um país amigo oferecia uma festiva recepção.⁸⁵

Pode-se afirmar que a sociabilidade, em particular, a feminina, foi incrementada com a chegada da Corte ao Brasil. Segundo Adriana Reis,

a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, foi um marco para uma série de mudanças, tanto em termos de ordenamento urbano quanto de hábitos sociais nas principais capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Salvador e Recife), acarretando maior freqüência de festas e maior suntuosidade, sobretudo no Rio de Janeiro.⁸⁶

Este acontecimento trouxe modificações aos espaços femininos, a começar pela aparência das casas. Já no ano seguinte tentou-se acabar com as rótulas e gelosias dos sobrados, símbolos da reclusão feminina. Esta decisão perpassava por todo um projeto formulado durante o Império de fundar uma civilização no Brasil, baseada no modelo europeu, que desembocou nos processos de urbanização e modernização. Este projeto civilizador atingiu primeiramente o Rio de Janeiro, ocorrendo tardiamente na província da Bahia.

É necessário ressaltar que “a necessidade do contato com a corte do Rio de Janeiro foi muito importante para a mudança dos costumes na Bahia ou, pelo menos, para a tentativa de mudança”.⁸⁷ Era a Corte do Rio de Janeiro a principal referência para a elite baiana, que realizava suas festas nas datas oficiais; tentou-se transpor o padrão de civilização carioca para a Bahia. As idéias de civilidade, ligadas às noções européias, foram divulgadas pelos jornais dedicados às mulheres, como vimos, por exemplo, nas páginas d’*A Paladina*, quando esta tratou de assuntos como a moda francesa.

A socialização feminina foi mais freqüente na então sede da Corte, o Rio de Janeiro, ao passo que na Bahia tal não parece ter ocorrido. Alguns viajantes tomaram nota da pouca presença das mulheres em ocasiões públicas. Apesar do surgimento de novas oportunidades

⁸⁵ NASCIMENTO, op. cit., p. 37.

⁸⁶ REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: CEB, 2000, p. 32.

⁸⁷ Idem, p. 42.

de lazer ainda demoraria um pouco para que elas passassem a visitar a rua com mais frequência. Neste momento tudo ainda acontecia sob o olhar vigilante do elemento masculino que acompanhava a mulher nas ruas.

Aliada à preocupação de civilizar a sociedade estava a de formar modelos femininos a serem seguidos pelas mulheres de elite. Também se pretendia dar ares europeizados a elas. Ao correr da segunda metade do século XIX, as baianas eram criticadas, quando comparadas às cariocas, por não saberem receber, cuidar do vestuário e por não aparecerem às ruas, o que na Corte já acontecia desde a década de 20. Por isso, Reis considera que as damas baianas conservaram a cultura do desalinho e do acanhamento.⁸⁸

Uma nova imagem feminina precisava ser construída diante do projeto civilizador. Duas instituições precisam ser lembradas pela importância que tiveram para a formação do modelo feminino: a Igreja Católica e a Faculdade de Medicina da Bahia. As duas atuaram de maneiras diferentes, em virtude de seguirem enfoques diferentes, uma a fé, a outra, a ciência, como “vigilantes institucionais sobre o corpo, o comportamento e o pensamento da mulher”.⁸⁹ Ambas buscaram reforçar “a crença a respeito da fragilidade e incapacidade da mulher para outros vãos que não sejam relativos à procriação dentro do casamento”.⁹⁰

A sociedade brasileira, desde o início de sua formação, foi marcada pela intervenção do poder eclesiástico nas instâncias civis. Como veremos em outro capítulo, o regime do padroado, iniciado nos tempos coloniais, ligava a Igreja ao Estado através de uma aliança baseada num regime de concessões, permitindo que a Igreja Católica exercesse forte influência na sociedade, cuja mentalidade conservadora, amplamente difundida entre a população, passou a ser considerada como um entrave ao progresso do país.

Os padres, enquanto representantes da Igreja Católica, conseguiram adentrar às casas atuando no importante papel de confessor. Além de dar as bênçãos religiosas, quando iam visitar as famílias, os eclesiásticos agiam de modo a estabilizar os papéis femininos. Desta maneira eles ajudaram a manter o elemento feminino sob controle, pois, sob o signo da religião, inculcaram e legitimaram o ideal de submissão e renúncia.

No Império, este papel foi sendo dividido, paulatinamente, com o médico que também foi às casas orientar as mulheres para o seu novo papel. Os médicos higienistas, responsáveis pelo processo de modernização, por um lado, libertaram a mulher do poder do *pater familias*,

⁸⁸ Idem, p. 43.

⁸⁹ ALVES, Ívia. “Os difíceis caminhos percorridos pelas escritoras baianas (1880-1950): mapeamento e temáticas”. In: BRANDÃO, Izabel (org.). *A mulher na literatura*, v. VIII, ANPOLL, 2000, p. 74.

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

por outro, a amarrou em outras formas de controle social. Como registrou Maria Lúcia Rocha-Coutinho,

os médicos foram os grandes aliados da família real no processo de modernização por que passou o Rio de Janeiro da época e que tentou colocar o poder do Estado acima do poder que sempre deteve o senhor de terras no Brasil. Reforçando a tutela do Estado, os médicos contribuíram para a diminuição do poder do *pater familias* e, portanto, abriram para a mulher novas possibilidades de exercer o controle sobre os homens.⁹¹

Em contrapartida, eles “reforçaram a inferioridade ‘natural’ feminina, através da mistificação da mulher-mãe. Principalmente a eles se deve a criação de uma nova forma de submissão das mulheres: a submissão por amor, ao marido, aos filhos e ao lar”.⁹² Baseado na ciência que afirmava a natureza inferior da mulher – frágil, delicada, afetiva – eles “passaram a defender a não participação da mulher na vida pública e a defini-la em sua relação com a família e a maternidade”.⁹³

Deste modo, a mulher foi alçada à categoria de *rainha do lar* graças aos positivistas e higienistas. Aliás, esta foi a imagem da mulher apresentada pela República, inspirada na filosofia comteana, a mulher-mãe. Foram ressaltadas suas características biológicas para justificar sua tendência a tornar-se mãe e, ao mesmo tempo, sua inferioridade em relação aos homens. Os papéis exercidos por homens e mulheres estariam, assim, bem delimitados, continuando ele a agir no mundo público e ela reservada ao privado. Embora seu papel, neste contexto, tenha sido mais valorizado que em épocas anteriores, o que pode ser entendido como uma compensação num momento em que se começava a colocar essa inferioridade em questão.

As novas idéias foram divulgadas pela imprensa feminina que surgia, geralmente referendando o domínio social e familiar do elemento masculino. A imagem feminina divulgada por essa imprensa foi naturalizada e, inclusive, reproduzida pelas mulheres que participaram direta ou indiretamente da escrita desses periódicos, em especial, nos jornais femininos baianos. Entretanto, há que se registrar, aqui, a existência de jornais para mulheres que se revoltaram com esta posição e tornaram-se feministas em suas causas, como aconteceu com o *A Família*, fundado em 1888, por Josefina Álvares de Azevedo – aí ela defendeu o sufrágio e reivindicou a igualdade prometida pela República recém-implantada.

⁹¹ ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 88-89.

⁹² Idem, p. 90.

⁹³ Ibidem.

A separação entre Estado e Igreja, após a Proclamação da República, em 1889, diminuiu a influência desta esfera na vida social e familiar, uma vez que abriu possibilidades para a penetração de outras correntes de pensamento que não só a do catolicismo. Isto permitiu, como já tratado, maior liberdade para a vida feminina, embora submetida ao controle da ciência. Entretanto, o pensamento católico, arraigado nas mentalidades há séculos, não foi simplesmente descartado, como a República fez, por exemplo, com o ensino religioso.

As pessoas ligadas à Igreja reagiram. E as mulheres – logo elas que foram, em parte, beneficiadas com esta separação, pois diminuía o controle desta instituição sobre suas vidas – foram as principais personagens dessa reação. A Igreja empreendeu uma intensa propaganda católica, buscando defender os valores do catolicismo. A criação de jornais católicos foi uma das frentes desta reação, cujo exemplo foi *A Paladina do Lar*, sobre o que discutiremos mais detidamente no terceiro capítulo deste trabalho.

As mulheres que participaram mais intensamente deste movimento de recristinização foram aquelas de estratos elitizados, que costumavam freqüentar os colégios religiosos. Além de se envolverem em ações filantrópicas atuaram, em particular, na fundação dos jornais católicos voltados para a mulher. A preocupação com a função social, reafirmada pelas novas teorias que ressaltavam a natureza bondosa feminina, marcou a vivência destas mulheres. Estas atividades, ainda que sob orientação da Igreja, abriram espaço para que a mulher freqüentasse mais as ruas e contribuíssem para a mudança de seus comportamentos.

No despontar do século XX, momento em que se processava uma série de transformações, seja na estrutura urbana da cidade, seja em relação à família, nada mais natural que ocorresse uma mudança nos comportamentos femininos. A mulher antes restrita ao lar viu se intensificar, nos primeiros anos deste século, seu processo de integração na vida pública. Para isso contribuiu a participação em atividades caritativas, mas também sua presença em manifestações culturais, festas e até no trabalho.

É importante ressaltar, quando falamos de trabalho feminino, que já na sociedade oitocentista as mulheres pobres, brancas ou mestiças, libertas ou escravas, costumavam trabalhar em serviços domésticos ou no comércio das ruas, como quitandeiras, lavadeiras, amas-de-leite, rendeiras, para sustentar a si a sua família,⁹⁴ o que permaneceu no século seguinte. Quando falamos das mulheres brancas de elite, entretanto, vemos que sua inserção na rua e no trabalho se deu de modo distinto. Segundo Leite,

⁹⁴ Sobre as atividades das mulheres das classes populares, ver: FERREIRA FILHO, op. cit.

o desenvolvimento de uma educação formal, a participação mais ativa na família, o ingresso em profissões liberais, a restrição à prática de enclausuramento concorreram para essas mulheres ingressarem com mais intensidade no domínio público.⁹⁵

O discurso racionalista dava o toque ao projeto modernizador. Para que a civilização dos trópicos fosse eficazmente realizada era necessário realizar não só mudanças na estrutura urbana, mas, de modo geral, nos hábitos e costumes tradicionais da população. O projeto, então, tomou dimensão social. Por isso era preciso educar a população, disciplinar e orientar suas vidas, principalmente, as camadas populares. O meio mais eficaz, portanto, era intervir nas famílias, uma vez que eram como que metáforas para a pátria.

Em vista disso, as mulheres, como responsáveis pela formação moral da família, passaram a ser o alvo do projeto civilizador. Elas deveriam educar-se de maneira específica para exercer o papel a que lhes seria destinado naquela nova sociedade. Ao longo do século XIX, as idéias ilustradas lançaram nova luz à discussão sobre a educação da mulher. No entanto, esta educação não ultrapassava à sua condição de classe – no caso das mais pobres, ensinar-lhe-iam um ofício condizente com seu gênero para que pudessem ajudar no sustento da família; ao passo que para as mais abastadas, era necessário ensiná-las a se comportar como civilizadas nesta nova realidade – e de gênero – eram gritantes as desigualdades em relação ao nível de instrução de homens e mulheres; eles podiam almejar tornarem-se doutores, enquanto elas aprendiam o suficiente para administrar a casa.

De qualquer forma fazia-se necessário, como já foi dito, dotar a mulher de uma educação mais sólida, visto a importante função que tinham a realizar: a formação dos futuros cidadãos da pátria. Os periódicos voltados para a mulher trataram, então, de reafirmar a importância deste encargo tão nobre. E, assim, divulgaram em suas páginas a ideologia que estereotipava a imagem da mulher no seu papel de mãe e esposa dedicada.

Reafirmam-se, mais uma vez, as diferenças biológicas entre homens e mulheres e, com isso, a separação das esferas pública e privada. Esta era uma forma de preservar a divisão sexual dos papéis nesta sociedade que, em virtude das transformações dos últimos tempos, vinha sendo questionada. Apesar disso, aquela estrutura tradicional já havia sido abalada nas primeiras décadas do século XX, na Bahia, as mulheres

fomentam vivências convenientes às suas vidas, seja se instruindo cada vez mais rumo a uma profissionalização, seja compartilhando das idéias favoráveis a sua emancipação política, ou mesmo reelaborando funções ditas tradicionais no seu cotidiano.⁹⁶

⁹⁵ LEITE, op. cit., p. 111.

⁹⁶ LEITE, op. cit., p. 36.

A educação neste período, portanto, possibilitou à mulher uma vida mais autônoma e favoreceu sua emancipação profissional. Como observou Leite,

a partir de 1890 até 1930, marco político da Primeira República, encontraremos na cidade de Salvador escritoras, professoras, poetas, donas de casa, viúvas, mães de família, militantes da Igreja, das causas feminista e assistencialista, educadoras, pianistas, musicistas, artistas, mulheres que viveram uma mesma época mas que se diferenciaram nas conduções de suas vidas.⁹⁷

A valorização da função de mãe lhe deu uma posição de destaque no meio em que vivia. Da mesma forma que o exercício de atividades como a assistencialista ao impelir a mulher para a rua permitiu-lhe maior contato com o mundo público e com os homens da sociedade. Para isso também contribuíram as novas formas de lazer femininas surgidas no início do século XX. As festas, os passeios e compras na Rua Chile, neste período principal ponto comercial e cultural da cidade, e outras atividades ligadas ao lazer e ao trabalho permitiram a inserção da mulher na vida urbana.⁹⁸

A apresentação social, neste contexto, passou a ser símbolo dos valores burgueses. O vestuário, enquanto distintivo social e de gênero,⁹⁹ contribuiu para balizar as condutas civilizadas. A aparência feminina fazia parte do discurso dos higienistas, que prestavam atenção para o cuidado delas com seus corpos. Por conseguinte, desenvolveu-se uma preocupação com a estética pessoal, em virtude do que a moda passou a ser bastante valorizada. Discutiu-se muito sobre ela nos periódicos femininos, ora para falar dos modelos adequados, ora para condenar sua excessiva valorização.

A moda seduziu as mulheres de tal maneira que muitos as criticaram pelo *frenesi* com que se comportavam diante da questão. Frívola foi um dos predicados dado àquelas que deixavam suas obrigações para se inteirarem da moda. A sociedade não era contra esta distração considerada feminina, pautada, inclusive, por uma mentalidade católica, o importante era que as mulheres não exagerassem, deixando de lado suas obrigações familiares e maternas, pois, uma vez que a mulher era a principal responsável pela formação moral dos futuros cidadãos ela deveria ter seriedade para poder bem cumprir este dever.

Desta forma, podemos afirmar que a dinamização da vida urbana, no despontar do século XX, permitiu novas formas de lazer e criou situações para que as mulheres fossem às

⁹⁷ Idem, p. 37.

⁹⁸ Sobre as opções de lazer feminino, ver: LEITE, op. cit.

⁹⁹ Gilda de Mello e Souza abordou a complexa relação da moda com a estrutura social, seu estudo mostra também como a vestimenta demarcou, ao longo do século XIX, a diferenciação sexual na sociedade. Ver: SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ruas. Sua inserção na vida da cidade, ainda que lenta, permitiu uma maior autonomia que desembocaria num processo de emancipação. Emancipação profissional e política, embora sua participação enquanto cidadãs demoraria um pouco – somente na década de 1930 elas adquiriram o direito de votar.

Neste contexto, portanto, de modernização e inclusão das mulheres na vida pública é que devemos situar o surgimento de uma imprensa para mulheres na Bahia. Como vimos, ao longo do século XIX, houve uma gradativa mudança dos costumes e hábitos sociais ao que correspondeu uma modificação dos comportamentos femininos. A família, base estrutural desta sociedade, se transformava, convivendo, em fins deste século e início do seguinte, com estruturas familiares de tipo tradicional e moderna, respectivamente, o estilo paternalista e o burguês.

Apesar da mentalidade conservadora e paternalista baiana, resistente a qualquer inovação, seja no âmbito econômico ou cultural, que teimou em sobreviver, foram criadas as condições para o nascimento das publicações femininas, isso em virtude do ideal modernizador, que havia sido proposto já no Império.

A lógica do paternalismo, mais uma vez, explica o fato dos primeiros jornais dirigidos às mulheres baianas terem tido redatores homens e, da mesma forma, o aparecimento delas na direção de jornais só ter acontecido nos primeiros anos do século XX – diferentemente do que aconteceu em outros estados, onde as mulheres fundaram jornais desde a primeira metade do século XIX. Como afirmamos, a mudança ocorreu gradualmente.

CAPÍTULO II

IMPrensa PARA MULHERES NA BAHIA OITOCENTISTA

“[...] E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o *statu-quo*, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda. Ora, a discussão que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade [...]”¹⁰⁰

O surgimento da imprensa na sociedade ocidental insere-se no contexto da ascensão burguesa e seu prelúdio mercantilista, servindo para impulsionar as trocas comerciais e de informações entre as cidades originárias do capitalismo – os burgos. Particularmente, a invenção de Gutenberg, como quaisquer outras invenções, resultou da necessidade social desta conjuntura que fez com que a imprensa já nascesse atrelada ao desenvolvimento capitalista. A singularidade deste acontecimento reside no fato de que

após Gutenberg, é toda a cultura do Ocidente que pode ser considerada uma cultura do impresso, pois os produtos dos prelos e da composição tipográfica não são de modo nenhum reservados, como na China ou na Coreia, ao uso das administrações e dos cleros, irrigando, pelo contrário, todas as relações, todas as práticas.¹⁰¹

No Brasil, as condições econômicas e sociais que marcavam as mentalidades da então colônia, quanto a atitude da Coroa portuguesa, dificultaram o advento da imprensa, haja vista os esforços empreendidos para tal. Os obstáculos provinham tanto por parte da metrópole que proibiu qualquer iniciativa neste intuito, quanto das próprias características adversas da sociedade colonial, cujo sistema econômico e social, marcado pelo escravismo, não proporcionava o ambiente favorável à instalação da imprensa.

Ainda que as condições internas como o escravismo, avesso à cultura e à nova técnica, possam ter colaborado para a não instalação da imprensa em terras coloniais, as razões predominantes para esta demora encontram-se na total falta de interesse de Portugal de transpor a técnica para a colônia. Esta atitude explica-se pelo fato de ser a ignorância um pressuposto necessário às condições de dominação, mantendo a colônia fechada à circulação de informações e, por conseguinte, a população pouco ou mal informada.

¹⁰⁰ Machado de Assis no *Espelho*, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1859 *apud* SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 268.

¹⁰¹ CHARTIER, *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988, p. 139

Apesar da proibição surgiram tentativas isoladas de impressão tipográfica na colônia, como as que ocorreram no Recife e no Rio de Janeiro, mas que foram prontamente liquidadas pelas autoridades coloniais. Em 1706, o governador do Recife, Francisco de Castro Morais, incentivou a instalação de uma pequena tipografia para impressão de letras de câmbio e orações; no entanto a proibição do seu funcionamento foi imediata, mediante Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano.

No Rio de Janeiro, a tentativa do senhor Antônio Isidoro da Fonseca, que recebeu apoio do governador local, em 1746, chegou a pôr suas máquinas em atividade. Contudo, a metrópole iniciou a perseguição à oficina que conseguiu funcionar até o confisco do material tipográfico pelas autoridades.¹⁰² Ora, não era de interesse do Estado português libertar seus domínios da ignorância. Enquanto na América espanhola o impresso circulava desde o século XVI, a Coroa portuguesa ainda resistia ao uso de caracteres tipográficos em sua colônia, pois “uma vez esclarecida a razão, poder-se-iam criar quantos conselhos ultramarinos quisessem, que não mais se conteria a ânsia da liberdade na alma do colosso”.¹⁰³

Vencida a resistência de D. João quanto à instalação de oficinas tipográficas na colônia, a imprensa começou a laborar em 1808, quando da chegada da Família Real ao Brasil, devido à invasão napoleônica à península Ibérica. O Príncipe Regente ao aportar na Bahia assinou a Carta Régia, por meio da qual abriu os portos brasileiros às nações amigas e criou o jornal oficial Corte: a *Gazeta do Rio de Janeiro*.¹⁰⁴ A criação deste órgão explica-se pela necessidade do governo montar um boletim para expedir suas ordens, pois o fim da imprensa, do ponto de vista da Coroa, “era o de publicar documentos oficiais podendo também imprimir qualquer outra obra, desde quando submetida à mais rigorosa censura”.¹⁰⁵

A autorização para a instalação de oficinas tipográficas não significava o mesmo que liberdade de imprensa, ao lado desta nascia a censura: a administração da Imprensa Régia caberia a uma junta composta por três autoridades responsáveis por examinar e fiscalizar as

¹⁰² SODRÉ, op. cit., p. 20-22.

¹⁰³ MANGABEIRA, Otávio. “Centenário da Imprensa baiana”. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005, p. 18.

¹⁰⁴ O primeiro jornal publicado pela Imprensa Régia, a 10 de setembro de 1808, foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, dirigido pelo frei Tibúrcio José da Rocha; era por assim dizer órgão oficial do governo sem atrativo para o público, preocupado mais com o que se passava na Europa e em agradar a Coroa da qual dependia estreitamente. Embora clandestinamente, também circulou na colônia, de 1808 a 1822, o *Correio Braziliense*, redigido em Londres pelo brasileiro Hipólito José da Costa que costumava atacar, livre da censura, a Coroa portuguesa, se bem que sua inserção na imprensa brasileira seja questionada. Ver: SODRÉ, op. cit., p. 24-33.

¹⁰⁵ CARVALHO, Kátia de. *O Diário da Bahia e o Século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

impressões para que não fosse impresso nada contra a religião, o governo e os bons costumes.¹⁰⁶

Até então era proibido a impressão e circulação de qualquer tipo de livro ou jornal no Brasil. Apesar disso, o *Correio Braziliense*, periódico redigido por Hipólito da Costa em Londres, circulava, clandestinamente, no Brasil. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade correntes na Europa explicam o temor que causava à Coroa portuguesa o incipiente jornalismo, em particular, o representado por Hipólito da Costa.

Partindo do Rio de Janeiro, então sede da Corte do Império português, aos poucos esta novidade foi se disseminando nas diferentes partes do reino. Na Bahia, o governador Conde dos Arcos recebeu, já em 1811, permissão do príncipe regente para que a tipografia do comerciante Manuel Antonio da Silva Serva pudesse funcionar.¹⁰⁷ As exigências administrativas fizeram variar o tempo de chegada de tal inovação em cada província, como, por exemplo, em Pernambuco, cujas máquinas se instalaram em Recife no ano de 1817.¹⁰⁸

Desde o século XVIII os jornais produzidos na Europa circulavam no “Novo Mundo”. A revogação das leis de proibição à impressão significou uma maior circulação de idéias, instaurando um espaço público de críticas, o que construiu a chamada opinião pública.¹⁰⁹ Tal fato não só permitiu igualmente modificações dos costumes e mentalidades, mas uma “revolução cultural silenciosa que tensionava as relações entre os gêneros, criando [...] oportunidades de expressão para as mulheres, no campo da leitura e da escrita”.¹¹⁰

O periodismo, embrionariamente ligado aos eventos políticos e associados aos homens, cedeu espaço também às manifestações culturais vividas por ambos os sexos. A imprensa traçava, então, identidades políticas e culturais e refletia as transformações de uma época. Foi neste ambiente masculino que as mulheres adentraram e passaram a discutir e divulgar as representações culturais da identidade feminina, por vezes, negando-a ou ajudando a transformá-la.

¹⁰⁶ SODRÉ, op. cit., p. 23.

¹⁰⁷ De iniciativa privada, a oficina tipográfica do comerciante Manuel Antonio da Silva Serva foi autorizada a funcionar por carta régia de 5 de janeiro de 1811. Editou o primeiro jornal baiano e segundo do Brasil: o *Idade de Ouro do Brasil*, redigido pelo padre Ignacio José de Macedo e pelo bacharel Diogo Soares da Silva e Bivar, pai de Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco, considerada a primeira jornalista do Brasil. Ver: CARVALHO, Alfredo de. “A Imprensa Bahiana de 1811 a 1899”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v.21, 1899, p. 397-407 e MANGABEIRA, Otávio, op. cit, p. 20.

¹⁰⁸ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 13.

¹⁰⁹ Idem, p. 17.

¹¹⁰ LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005, p. 148.

Mesmo que arbitrária, uma divisão para demarcar a história da imprensa seria a identificação de duas fases: uma primeira artesanal, que caracterizaria a imprensa do século XIX; e, outra, da grande imprensa que coincide com o desenvolvimento capitalista, servindo a interesses do mercado. Dentre as características gerais que as distanciam podemos afirmar que uma das maiores distinções se deu em virtude da passagem da imprensa de caráter opinativo para o informativo na virada do século. Além disso, o desenvolvimento da indústria gráfica nos primeiros anos do século XX, que ampliou não só o número de leitores como o de títulos publicados, também marca a separação entre essas fases.

O século XIX, no Brasil, viu nascer a imprensa doutrinária ligada às agitações políticas do período das lutas pela independência até o golpe da maioria, que coroou, prematuramente, por meio de um golpe parlamentar, o jovem D. Pedro como imperador. O jornalismo político tivera sua fase áulica durante os anos da Regência, cujas páginas refletiram o avanço liberal e a ânsia por mudanças chegando às províncias mais distantes. Entretanto, a situação foi refreada com a aproximação entre Império e latifúndio, pois nesta fase a imprensa literária teve preponderância.

A partir desta consolidação, durante a fase da Conciliação, a imprensa política aproximou-se da imprensa literária em virtude do declínio daquela. O tino político só voltou a reinar com a crise que anunciou a proclamação da República no fim do século, e trouxe à tona a necessidade de reformas que não mais poderiam ser proteladas. Neste ínterim, ela foi dominada pelos “homens de letras”, cujas obras refletiram as transformações da época.

A sociedade transformava-se tanto em termos econômicos, com investimentos em novos ramos como em bancos e construção de estradas de ferro, quanto nos costumes, cujo novo jornalismo passou a privilegiar. Destacava-se o gosto pelo teatro, pela dança e, notadamente, pelo folhetim, sensação jornalística do momento que conquistou considerável público, em especial, as mulheres.

Particularmente, para as mulheres a imprensa trazia novas oportunidades de expressão e afirmação enquanto sujeitos autônomos. Ao formar opinião pública o jornalismo contribuiu não só para divulgar modelos que corroborassem com a então afirmada “condição feminina”, mas ainda permitiu que elas iniciassem o processo de questionamento do lugar que ocupavam na sociedade, mesmo que isso possa ter sido entendido como um “tiro saído pela culatra”, pois provavelmente a intenção fosse moldar comportamentos e não alertar essas mulheres para a posição inferior a qual estavam relegadas na sociedade.

Assim, abriu-se a possibilidade para que iniciativas inovadoras avançassem. Em virtude disso a imprensa feminina encontrou espaço para se desenvolver, mesmo sob o olhar desconfiado dos homens. Na Bahia, foram eles que, na segunda metade do século XIX, tiveram a iniciativa de redigir jornais dedicados às mulheres, vislumbrando conquistar este segmento como novo público leitor.

O primeiro jornal brasileiro dedicado às mulheres foi o *Espelho Diamantino*, publicado no Rio de Janeiro em 1827. Depois dele, foi fundado no Recife o *Espelho das Brasileiras*, em 1831. Até então os jornais eram redigidos por homens, porém contavam com a participação de mulheres.

Na Bahia, o primeiro que se auto-intitulou como dirigido ao sexo feminino foi *A Violeta*, que começou a circular por volta de 1852, mesmo ano em que elas estrearam no cenário da imprensa, enquanto editoras e redatoras, com a fundação, no Rio de Janeiro, do *Jornal das Senhoras*, dirigido inicialmente pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, depois, pela baiana Violante A. Ximenes de Bivar e Velasco. As baianas entraram no espaço da imprensa no início do século XX com *A Paladina*, em 1910.¹¹¹ Todos estes jornais, de maneira geral, mantinham o mesmo formato: publicação de moda e literatura, cujo objetivo principal era o de entretê-las e, até certo ponto, informá-las. Assim, os periódicos difundiam-se, “com nomes de flores, pedras preciosas, animais graciosos, todas metáforas da figura feminina [...] a imprensa feminina brasileira caminhava”.¹¹²

Neste capítulo, pretendemos analisar os jornais dedicados às mulheres baianas do século XIX. Periódicos fundados e dirigidos por homens num contexto em que a imprensa ainda esboçava suas primeiras formas e o ambiente jornalístico era majoritariamente masculino. Serão discutidas, num primeiro momento, as principais características desta fase do periodismo, que segue o formato da chamada imprensa artesanal, bem como as dificuldades enfrentadas por esses periódicos quanto à sua manutenção e as estratégias encontradas por seus redatores para fazer circular o impresso.

Abordaremos, também, a presença da mulher nesta imprensa. Ainda que de forma indireta, ao averiguar a sua participação nestes veículos como escritora, pois desde a primeira metade do século XIX observa-se sua colaboração em algumas folhas e, principalmente, como alvo de um processo de ordenação e controle da sociedade que se transformava e assumia nova feição. Afinal era essa mulher que o discurso destes periódicos procurou atingir ao tentar construir um perfil feminino de acordo com aquela época.

¹¹¹ A discussão sobre esta revista será feita no próximo capítulo.

¹¹² BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986, p. 40.

A maneira como esta imprensa representou as mulheres está de acordo com o novo modelo feminino a ser seguido, ao mesmo tempo ambíguo e tenso, revelando a relação entre os sexos, por vezes conflituosa, embora não declaradamente aberta. Diante disso, entendemos este fenômeno como inserido a um conjunto de transformações estruturais da sociedade oitocentista.

2.1 Os jornais femininos baianos

A imprensa do século XIX conseguiu se não superar, ao menos, ter preponderância sobre as formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes.¹¹³ Os periódicos que circularam ao longo deste período, em geral, não ultrapassaram quatro páginas, foram de curta duração, não raro surgiram títulos de apenas um número e tiveram caráter mais combativo e opinativo que de informação, como acontece na atual era de comunicação de massa, fase da imprensa industrial. Caracterizaram-se pelo formato pequeno e foram redigidos, na maior parte das vezes, por uma só pessoa que se utilizava da linguagem veemente, forte e vigorosa, e privilegiava o caráter doutrinário mais que o factual. Enfim, como afirma Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, “uma imprensa artesanal, que empregava prensas tipográficas rudimentares”.¹¹⁴

O idealizador do jornal, na maior parte das vezes também seu fundador, era, em geral, conhecido por redator ou gazeteiro. Estes jornalistas, antes de tudo, “homens de letras”, não utilizavam uma linguagem própria à atividade jornalística, muitas vezes seus textos se confundiam com o fazer literário. O jornalismo, nesta época, não era ainda uma categoria profissional e qualquer pessoa letrada que tivesse interesse e condições podia publicar um jornal.¹¹⁵ Desta forma, era comum haver médicos, clérigos e comerciantes editando jornais, publicando artigos e, mesmo, financiando as publicações.

¹¹³ Marco Morel e Mariana Barros caracterizam como meios de comunicação arcaicos as seguintes expressões: exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em voz alta, gazetas, pregões, bandos, etc. Os autores chamam atenção para um hibridismo entre o arcaico e o moderno meio de comunicação, mesmo após a consolidação da imprensa periódica. Ver: MOREL; BARROS, op. cit., p. 24-25.

¹¹⁴ Idem, p. 47.

¹¹⁵ O jornalismo enquanto categoria profissional surgiu por volta da década de 1940, quando foram criados os primeiros cursos. A profissão, no entanto, só foi reconhecida juridicamente pela legislação de 1979. Em relação às mulheres ao empregarmos o termo “jornalista” ao longo do texto o utilizaremos para designar mulheres escritoras que publicavam seus textos em jornais, portanto não como jornalistas de formação profissional. Idem, p. 63-64.

A imprensa feminina na Bahia nesta segunda metade do século XIX apresenta essas características artesanais. Folhas que em raros casos chegavam a oito páginas, cuja periodicidade variava sem explicação e desapareciam de uma hora para outra. A missão destes jornais era, segundo seus próprios redatores, contribuir com a educação da mulher, oferecer-lhes os princípios morais e religiosos, além dos ideais de civilização e progresso, enfim “um jornal litterario que instruindo recreasse o bello sexo”.¹¹⁶

Traçar o perfil social dos redatores e colaboradores dos jornais destinados às mulheres na Bahia desse século não é uma tarefa sem obstáculos. A maior parte dos textos e poesias veiculados o foi sem identificação ou, no mais das vezes, assinaram apenas por meio das iniciais como as poesias assinadas por J. M., Dona Z. M. ou apenas X. Alguns dos autores/colaboradores foram escritores conhecidos como Cassimiro de Abreu, Machado de Assis e, até mesmo, Victor Hugo, os quais tiveram poesias ou textos transcritos, o que torna fácil sua identificação. Entretanto, infelizmente, nos defrontamos com textos cuja grande maioria é de nomes desconhecidos.

Dentre aqueles que identificamos a origem, destacamos religiosos, como o padre Francisco B. de Souza, e professores, como o Dr. Barboza Nunes, que oferecia aulas particulares de língua e filosofia para senhoras que desejassem ingressar no Internato Normal, e o senhor Villas-Bôas, diretor do Colégio Dois de Julho. Alguns poetas, embora pouco conhecidos, também tiveram produções publicadas nestes jornais. Muitos deles estudaram no curso de ciências jurídicas e, sempre atuaram nas atividades ligadas às letras, tornaram-se poetas, colaborando ou fundando jornais, nos quais divulgaram seus poemas e peças teatrais.

No jornal *A Grinalda*, que circulou entre 1869 e 1870 em Cachoeira – Bahia, escreveu poetas baianos como José Teodoro Pamponet e Plínio Augusto Xavier de Lima. Nascidos nas cidades baianas de São Félix e Caetité, respectivamente, estes autores destacaram-se por sua atuação como abolicionistas e o talento para as letras. Quando foi para capital estudar Plínio de Lima foi colega de Ruy Barbosa e Luiz Vianna e, em 1866 em Recife, fundou uma sociedade abolicionista ao lado do amigo Castro Alves. Entretanto a morte prematura relegou Plínio de Lima ao esquecimento.

José Teodoro Pamponet, abolicionista exaltado, embora não tenha cursado faculdade exerceu o cargo de advogado em Feira de Santana e Cachoeira. Sendo esta última, cidade onde se publicava o jornal destacado, em cujo espaço o poeta exercitou outras funções como

¹¹⁶ *A Grinalda*. Cachoeira, 1ª série, nº. 5, 4 de abril de 1869.

jornalista, poeta e dramaturgo.¹¹⁷ Ainda neste periódico, publicou sua poesia o poeta Constantino do Amaral Tavares, que costumava assinar com as iniciais A.T. Nascido em Salvador, exerceu atividade jornalística em diversos órgãos não só desta cidade como também do Rio de Janeiro. Publicou seus primeiros poemas no jornal religioso *O Noticiador Católico*, do qual foi colaborador entre 1848 e 1856. Além de poeta foi crítico teatral, cronista e redator chefe do *Diário da Bahia*.¹¹⁸

Além desses, também merece destaque o nome do poeta Aristides Augusto Milton, que publicou além de poesias, literatura. Este autor colaborou, entretanto no *Espelho das Bellas*, publicado em Maragogipe – Bahia, de 1860 a 1861. Entre suas obras destacam-se: “A Campanha de Canudos”, “A Constituição do Brasil”, “A Federação do Guanais” e “Efemérides Cachoeiranas” publicado na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O jornal contou, ainda, com a participação do bem pouco citado ou sequer conhecido poeta Manuel Cardoso da Silva. Também nascido em Cachoeira, dedicado às letras, este poeta fundou e foi redator do *Americano* que começou a circular em 1857, tendo colaborado em vários jornais de sua época. Poeta satírico escreveu uma paródia à “Minha Terra” de Gonçalves Dias; sua produção literária está dispersa em jornais e revistas.¹¹⁹

Em meio aos nomes masculinos que figuram em maioria nestes jornais, encontramos, por assim dizer, um número significativo de mulheres que assinaram poesias. Porém, se é difícil encontrar registros dos escritores que colaboraram nestes periódicos, muitos deles pouco citados, o que não dizer quando se trata de mulheres. Assim, infelizmente, não obtivemos muito sucesso ao procurar informações por nomes como o de D. Georgina Carvalho, D. Emilia dos Martyres Aguiar ou D. Adelaide C. L. P. Podem elas ter sido apenas leitoras que enviaram uma única poesia às redações dos jornais, por serem conhecidas de seus redatores ou com o simples propósito de interagirem com a leitura, e não puderam ou não se interessaram em dar continuidade à arte das letras.

Pode-se constatar a presença nesta imprensa da importante poetisa Adelia Josefina de Castro Fonseca, considerada a primeira escritora baiana.¹²⁰ Adelia publicou “Soneto” no periódico *A Chrysalida*, que circulou em Salvador no ano de 1879. Oriunda de uma

¹¹⁷ *Dicionário de Autores Baianos*. Salvador: SEC/BA, 2006.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem. Os autores citados compõem apenas uma amostragem daqueles que publicaram nestes periódicos, pois excede os limites deste trabalho fazer uma apreciação extensiva de todos os nomes dos colaboradores. Cabe ressaltar apenas que a grande maioria deles, homens ou mulheres, são nomes desconhecidos que não nos foi possível identificar suas origens biográficas.

¹²⁰ Assim a considera a pesquisadora Ivya Alves em ALVES, Ivya. “Os difíceis caminhos percorridos pelas escritoras baianas (1880-1950): mapeamento e temáticas”. In: BRANDÃO, Izabel (org.). *A mulher na literatura*, v. VIII, ANPOLL, 2000, p. 76, nota 16.

tradicional família de intelectuais teve a oportunidade de conviver com poetas como Francisco Moniz Barreto, o repentista, Domingos Borges de Barros (Visconde de Pedra Branca) e Gonçalves Dias, o qual a agraciou com um poema e chamou-a de “Safo Cristã”. Foi reconhecida por Machado de Assis por produzir um texto marcado por uma individualidade feminina, sem imitar tons masculinos. Ao transferir-se para o Rio de Janeiro, em virtude de seu casamento, passou a colaborar em jornais e revistas, entre eles *O Domingo*, onde publicou a poesia “Aurora Brasileira”, dedicada ao poeta luso João de Lemos.¹²¹

Os redatores de jornais do século XIX, em parte, tinham interesse em atingir um público amplo incluindo aí aquele considerado “despossuído” financeiramente.¹²² Esta atitude está presente no periódico *A Grinalda* (1869-1870), pois em três números seguidos o jornal deixou entrever essa preocupação. Sob o título *Atenção* o redator revelava essa inquietação da seguinte forma: “Às pessoas que souberem ler, e forem verdadeiramente pobres, e que por esse motivo deixão de assignar o nosso jornal, poderão logo depois de sua publicação vir à esta typ., que lhes será dado um exemplar”.¹²³ Isto significava, como afirma Morel e Barros, que “tais grupos marcavam indiretamente sua presença no universo impresso, alargando os limites tradicionalmente reconhecidos de um público leitor restrito”.¹²⁴

Os exemplares nos quais aparecem este aviso são os de número 27, 28 e 29, portanto já não mais correspondem ao período em que a gazeta se dedicava unicamente a elas. Por isso, ao reconhecer a existência de leitores sem condições e oferecer-lhes a oportunidade da leitura doando um exemplar, este jornal deu margem para que especulemos se ele pretendia ampliar a leitura somente para os homens pobres ou, também, para o outro segmento da sociedade: as mulheres sem recursos que por ventura soubessem ler.

Deve-se lembrar que além do baixo poder aquisitivo da maior parte da população outro fator limitante à expansão do impresso foi os baixos índices de alfabetização. Por isso, nestas sociedades foi comum realizar-se a leitura em voz alta para ampliar seu alcance. Entre as mulheres, principalmente, ela era exercida com freqüência no retiro da vida privada durante as reuniões de fim de tarde, onde elas se encontravam para, entre outras coisas, trocar receitas, ouvir música e costurar.

A atividade da leitura, se bem que controlada, sob o olhar vigoroso dos homens e da sociedade ainda era permitida se comparada à da escrita. Esta última era vista perigosamente,

¹²¹ Idem.

¹²² MOREL; BARROS, op. cit., p. 18.

¹²³ *A Grinalda*. Cachoeira, 4ª série, anno 2, nº. 27, 21 de maio, 1870.

¹²⁴ MOREL; BARROS, op.cit., p. 41.

pois de posse do seu conhecimento as mulheres poderiam fugir ao “controle” e agir independente deles, como por exemplo, escrever aos seus amados planejando fugas amorosas, o que representava grande temor aos homens nesta época.¹²⁵

A preocupação dos editores para com os menos privilegiados dá indícios da concepção que tais jornalistas provavelmente tiveram da imprensa e do seu próprio papel, qual seja: a de propagar o progresso, o esclarecimento e a civilização: era como se eles mesmos estivessem imbuídos desta missão. Os redatores dos jornais femininos baianos compartilharam deste pensamento, em especial, para a formação das mulheres, pois justificavam a publicação dos periódicos para a instrução, educação e distração delas. Não deixaram, entretanto, de reafirmar a visão sobre ela enquanto leitora, menos intelectualizada e reflexiva, além de ressaltar a imagem de um ser virtuoso, moralmente capaz de regenerar a sociedade. Considerações desta ordem, corrente nos editoriais, elucidam a assertiva:

dedicado ao *bello sexo*, à mulher, em cujo coração reina a seiva dos mais grandiosos sentimentos [...] concorrendo, por sua vez, para a instrução e educação da mulher, convencendo-a de que na sociedade tem ella de representar os mais delicados e importantes papeis, o nosso modesto periódico despindo-se d’esses palavrões que são verdadeiros edificios de neve plantados sobre o ar, esforçar-se-há por deleitar as suas leitoras com bellas produções, que fallem mais à imaginação e ao coração do que ao entendimento.¹²⁶

Apesar de ser um fato notável, o periódico *A Grinalda* foi dirigido exclusivamente às mulheres até o número 11. A partir de então o jornal sofreu algumas reformulações acrescentando-se uma coluna política (mudou inclusive de subtítulo duas vezes: de “periodico litterario e recreativo”, passou para “periodico litterario, recreativo e commercial” e, depois, “orgão democratico, noticioso, litterario e commercial”). Seu redator justificou a mudança explicando que começou dedicado ao *bello-sexo*, mas a desproteção do sexo amável o fez introduzir a política e agora hastear o pendão democrático. Certamente, o público-alvo se ampliou ainda mais se levando em consideração que à época a política era assunto preferencialmente de homens. No entanto, continuou a publicar as colunas que antes eram destinadas somente às mulheres.

Como afirmamos anteriormente, em geral, os periódicos do século XIX foram quase sempre fundados por iniciativa individual. Depreende-se disso que fosse natural que o

¹²⁵ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Vértices, 1989, p. 83; CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In: _____ (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 81.

¹²⁶ *A Chrysalida*. Salvador, anno I, serie I, nº. 1, 1879. O exemplar não possui dia nem mês.

proprietário, o qual, muitas vezes, exercia essa atividade secundariamente, encontrasse dificuldades em manter o jornal. Afinal, conseguir fazer funcionar sozinho este tipo de empreendimento, numa época em que não se podia contar com o apoio em grande escala dos anunciantes para se sustentar, era realmente uma aventura complicada. A mesma afirmação pode ser repetida no que diz respeito àqueles destinados às mulheres, prova disso é o fato de que muitos deles tiveram sua existência reduzida a apenas um número.

Desta forma, para evitar um final imediato da publicação, foi comum os editoriais apelarem para a compreensão dos leitores, clamando pelo apoio dos assinantes. Segundo Morel e Barros isto se deu em grande parte pelo desencontro entre letras e dinheiro, ou melhor, entre a elite cultural e os grupos de poder.¹²⁷ Os jornais literários, especialmente, sofreram com esta dificuldade, pois praticamente todos os periódicos femininos baianos, aqui estudados, estiveram estreitamente ligados à literatura, o que torna inteligível o clamor presente nos artigos de fundo pedindo proteção.

Os redatores constantemente reclamavam do desamor às letras e das despesas das “empresas litterarias” como registrou a redação do *Espelho das Bellas* (1860-1861) em seu segundo número:

As Exmas. Sras., e aos Illmos. Srs. que se dignarão cooperar para a publicação do – Espelho das Bellas – concorrendo com as suas assignaturas a pesar do mais elevado indifferentismo, e desamor as letras, que ainda infelizmente reina entre nós, muito agradecemos essa tão valiosa protecção à empresa que provemos para a publicação de um periodico que instruindo recreasse tambem o = sexo amavel =
Nós que amamos o progresso moral e intellectual do – belo sexo – nos abalancamos a emprehender esta publicação sem que isso nos inspirasse o lucro pecuniario; que nenhum pode provir d’ahi em vista das despesas que acompanhão sempre as publicações litterarias. Appellamos para quem sabe o que é a imprensa.¹²⁸

Diante dessa dificuldade desenvolveu-se entre os jornalistas uma espécie de apoio mútuo. No editorial os redatores, com frequência, tornavam público o recebimento de jornais de outras cidades ao agradecer suas respectivas redações pelo envio e, ao mesmo tempo, agradeciam o acolhimento destas aos seus. Essa “rede” contribuía, dentre outras coisas, para fazer propaganda dos nomes destes periódicos, o que, por conseguinte, lhes dava força. Além disso, esta atitude evidencia que o alcance destes periódicos ultrapassava suas cidades de origem chegando, inclusive, a outras unidades do Império e, depois, da República.

A *Grinalda*, publicado em Cachoeira, recebeu exemplares não só das cidades vizinhas Santo Amaro, São Félix e Feira de Santana, das quais recebeu o *Popular*, o *Paraguassu* e o *Formiga*, respectivamente. O periódico chegou a horizontes mais distantes a exemplo da

¹²⁷ MOREL; BARROS, op.cit., p. 39.

¹²⁸ *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 2, 2 de dezembro, 1860.

capital da província, que remeteu a *Bahia Ilustrada* e, ainda, a São Paulo, ao Maranhão, ao Pará, a Pernambuco e, finalmente, à capital do Império.

O redator-gerente Veridiano Tavares da Gama agradeceu o obséquio da remessa “as suas dignas redações” às quais retribuiria, pela atenção dispensada, com o exemplar da “humilde *Grinalda*”. Pode-se, por assim dizer, que os impressos circularam entre as províncias criando uma rede que interligava os círculos letrados, criando elos de apoio para uma prática penosa ainda de iniciativas isoladas.

De maneira artesanal, igualmente, eram as vendas dos jornais. No século XIX, os pontos de venda e assinatura coincidiam com os locais de impressão dos periódicos, que, muitas vezes, eram também o local da redação. Praticamente em cada edição encontramos avisos dos gazeteiros informando o endereço das tipografias onde o leitor poderia realizar sua assinatura ou adquirir o número avulso. De tal modo avisava o *Recreio das Senhoras*, publicado na Bahia (Salvador), em 1861, receber assinaturas e vender avulsos na Typ. Antonio Olavo de França Guerra, Rua do Tira Chapéu, local em que se imprimia esta publicação, ou no escritório do jornal à Rua Direita do Palácio, n. 13, 1º andar, onde os leitores da capital poderiam assinar o periódico pelo preço de 2\$000 réis por um mês ou por 10\$000 réis pelo prazo de seis meses; os assinantes de fora assinariam o jornal pelo mesmo preço por um mês e por 12\$000 réis pelos seis meses.

Ao promover o encontro entre redatores e leitores, as tipografias e livrarias, onde, por vezes, eram vendidas as folhas, transformavam-se em pontos de socialização e integração entre as culturas; porquanto existia o cruzamento entre as formas de comunicação oral e escrita, o que faz com que Morel e Barros relevem o caráter “elitista” dessa imprensa, uma vez que ela era posta em circulação em locais acessíveis às diversas camadas da população, como nas boticas, estabelecimentos onde se preparava e vendia medicamentos.¹²⁹

O *Espelho das Bellas*, editado em Maragogipe, podia ser assinado pelo preço de 1\$000 réis a série de 10 números não só na Typographia de J. T da Gama, onde era impresso, mas na botica do Sr. Manoel Agostinho da Silva, localizada à Rua Nova do Commercio; na loja do Sr. Guilherme Benselum, na cidade de Cachoeira; e, em São Félix, no armazém do Sr. Capitão Fraga, locais em que também se comprava o avulso a 120 réis.

Fizemos referência anteriormente à leitura feminina tutelada. Neste sentido, percebe-se que a acessibilidade ao impresso por parte das mulheres era algo mediado, ou seja, o homem responsável por elas era quem fazia essa mediação. Desta forma, muitas delas tiveram que

¹²⁹ MOREL; BARROS, op.cit., p. 45 e p. 79.

contar, na maioria das vezes, com a “bondade” da figura masculina para terem acesso às publicações. Por outro lado, como lembra Márcia Maria Barreiros Leite, os homens exerceram papel significativo na formação da mulher leitora, por causa disso a autora nos propõe reconsiderar o papel exclusivo atribuído às mães e preceptoras.¹³⁰ Não raro aparecem nos jornais pedidos de apoio e proteção aos “bondosos” e “inteligentes leitores”.¹³¹ O que nos comprova que esses jornais femininos tiveram que ter o aval do elemento masculino da família para que elas pudessem lê-los.

É interessante observar o modo como o redator d’ *A Grinalda* refere-se às “amabilíssimas leitoras” cujo adjetivo difere ao dirigir-se aos homens: “inteligentes” ou “benevolentes assignantes”. De qualquer maneira esse tratamento reflete que os redatores estavam a par da dependência da mulher em relação aos membros masculinos da sua família, atitude que eles próprios podem tido com o elemento feminino próximo a eles.

Devemos nos lembrar, entretanto, quem foram essas mulheres às quais era destinado o impresso e que tiveram acesso aos mesmos. Estamos tratando de um período cujo acesso ao escrito era restrito de maneira geral, por conseguinte, a mulher a quem se dirigiam os jornais pertencia aos estratos elitizados da sociedade. Portanto, o universo de leitoras que estamos a nos referir não incluiu aquelas das classes inferiores, aliás, não abarcou sequer todas as mulheres de elite, pois fizeram parte dele apenas uma parcela delas, as que conseguiram se alfabetizar.

Outro elemento característico destes periódicos foram os anúncios. Inicialmente, como não havia distinção entre publicidade e classificados, eles vinham sob o título *Avisos*. Desta forma, era comum ao lado de anúncios de lojas virem avisos de serviços diversos, desde costureiras, ensino particular e cirurgião dentista. Os anunciantes dirigiam-se às tipografias para publicar os anúncios que, de maneira ainda muito rudimentar e, em sua maior parte, sem apelo visual, o qual só viria a ser utilizado com mais freqüência em fins do século XIX, estavam mais para divulgação de serviços. Nesta época, anunciava-se o estabelecimento e não a mercadoria isolada como acontece atualmente. A inversão desta ordem, que culminou na supremacia do fabricante sobre o comerciante, foi desencadeada pelo desenvolvimento do capitalismo que acabou por alterar o caráter desta imprensa que serve contemporaneamente a interesse puramente mercantil.¹³²

¹³⁰ LEITE, op.cit., p. 51.

¹³¹ *A Grinalda*. Cachoeira, 2ª serie, nº. 11, 08 de outubro, 1869.

¹³² SODRÉ, op. cit., p. 5.

Nos jornais baianos destinados às mulheres este recurso também foi explorado, porém em menor escala. Aqueles que o fizeram não se limitaram a vender minúcias femininas, mas anunciaram do mesmo modo professores particulares e instituições de ensino. Na mesma página d' *A Chrysalida* em que se anunciava a Loja do Barateiro, onde se podiam encontrar fazendas para senhoras, também se indicava à Rua do Palácio o Gabinete Médico e Dentista de D. Leonor H. A. Santos, a primeira dentista do Brasil.¹³³ Da mesma forma, a partir do sétimo número da 1ª série, *A Grinalda* informava às leitoras onde poderiam assinar o *Jornal das Famílias*, periódico publicado no Rio de Janeiro; anunciava também a venda de outros jornais, inclusive o humorístico *Bahia Ilustrada*, e o livro de poesias *Doses Crepusculares* do professor Villas-Bôas, cujo volume poderia ser adquirido por 2\$000 reis.

Diante de tantas alternativas percebe-se que as mulheres tinham à sua frente algumas opções de leitura com as quais poderiam se deleitar. Isso aconteceria após a aprovação das obras, como leitura moralmente indicada a elas, pelo homem – o qual como afirmado, exercia a mediação entre obra e leitora. A mediação deve ser entendida como sinônimo de fiscalização, pois as mulheres eram consideradas cientificamente de inteligência débil¹³⁴ e precisavam que alguém as orientasse para o melhor tipo de leitura, e este alguém seriam os homens.

Além da indicação de leituras os periódicos faziam propaganda de aulas particulares para senhoras que desejavam ingressar no Internato Normal ou no Collegio 2 de Julho, para ambos os sexos, sob direção do professor Villas-Bôas.¹³⁵ Este tipo de anúncio nos leva a entender que, sendo os jornais dedicados às mulheres, estavam de uma maneira ou de outra contribuindo e se preocupando com a educação e formação feminina. Tal demanda deve ser entendida num contexto em que novas possibilidades de educação da mulher começaram a ser

¹³³ Iole Macedo Vanin que estudou a inserção das mulheres nos cursos de medicina, farmácia e odontologia na Bahia entre os anos de 1879 e 1949, aponta Balbina Rosa de Souza como a primeira mulher a receber o título de Cirurgiã-Dentista Prática pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 11 de novembro de 1879. No entanto, Vanin observa que antes dela pelo menos uma mulher já vinha exercendo a atividade legalmente em Salvador antes de 1879: Leonor Santos. Embora esta pesquisadora não tenha encontrado registros da carta de cirurgiã-dentista de Leonor na Faculdade de Medicina não se pode afirmar que ela exercia a atividade ilegalmente; ainda, Vanin não pôde explicar suas estratégias para exercer a função legalmente antes da Reforma Leônico de Carvalho; da mesma forma, não se pode concluir que ela tenha sido a única mulher a atuar legalmente na área de saúde bucal, antes de 1879. A partir de 1878 a própria odontóloga começou a anunciar seus serviços, no *O Monitor*, auto-intitulando-se por primeira dentista do Brasil da mesma forma que fez ao anunciar-se n' *A Chrysalida*, supra mencionado. Ver: VANIN, Iole Macedo. *As Damas de Branco na Biomedicina Baiana (1897-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Salvador: UFBA, 2008. (tese de doutorado)

¹³⁴ As teorias científicas positivistas correntes no século XIX procuraram afirmar a inferioridade da natureza feminina em relação à masculina. Por meio da mistificação da imagem da mulher-mãe, a mulher foi associada à natureza frágil, delicada, regida pela emoção, enquanto os homens foram associados à força, à razão e inteligência, características que lhe conferiam superioridade. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹³⁵ Anúncios nos jornais *A Chrysalida*. Salvador, anno I, serie I, nº. 1, 1879 e *A Grinalda*. Cachoeira, 4ª serie, anno 2, nº. 32, 17 de julho, 1870, respectivamente.

discutidas, pois, a própria veiculação desse tipo de anúncio já aponta para a existência de outra configuração social. Para a mãe que lia significava a orientação de levar os filhos tanto o menino quanto a menina a frequentar os colégios, para a moça a possibilidade de participar da sociedade.

A imprensa do Segundo Império não marcou uma distinção muito explícita entre o fazer jornalístico e a arte literária. A ligação entre ambos era de tal proporção que Nelson Werneck Sodré chegou a afirmar que “era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa”.¹³⁶ As portas do jornalismo estavam abertas a qualquer um que tivesse condições para tal empreitada. A própria imprensa feminina deveu muito do seu florescimento a literatura, a qual aliada à moda, impulsionaram o desenvolvimento da mesma, o que veremos adiante.

2.2 Moda e literatura: estratégias para seduzir leitoras

Segundo Dulcília Buitoni dois fatores impulsionaram o desenvolvimento da imprensa para mulheres: a moda e a literatura. Estes dois elementos justificariam as assinaturas e a ansiedade com que eram esperados os jornais, pois divulgavam os modelos de Paris e publicavam romances seriados. Assim, para esta autora “moda e literatura se uniam para criar uma espécie de necessidade temporal, uma de acompanhamento da narrativa, outra de “atualização” com o que se usava na Europa”.¹³⁷

Neste sentido, procuramos entender estes dois recursos como estratégia, entendida aqui como artifícios utilizados pelos redatores para atrair as mulheres, criando a partir delas um público leitor. Desta forma, esta imprensa abria a elas um campo que ainda não lhes era próprio. Entretanto, Buitoni observa que “sustentar-se no eixo moda-literatura significava adotar uma linha conservadora em relação à imagem da mulher, enfatizando suas virtudes domésticas. Tais veículos desaprovavam qualquer idéia mais progressista; ao máximo diziam que a educação beneficiava a mulher”.¹³⁸

É possível entender a força que a moda teve para o desenvolvimento da nascente imprensa feminina, uma vez que a influência das tendências de moda européias abriu o

¹³⁶ SODRÉ, op. cit., p. 220.

¹³⁷ BUITONI, *Imprensa...*, p. 41.

¹³⁸ Idem.

mercado para as primeiras publicações dirigidas às mulheres no Brasil.¹³⁹ A literatura, por sua vez, já nasceu atrelada à imprensa feminina, considerada uma especialização do campo. A imprensa feminina sempre foi considerada como complementar, uma especialização, mesmo por aqueles que nela trabalhavam, pois “o jornalismo feminino já nasceu como complementar, revestido de um caráter secundário, tendo como função o entretenimento e, no máximo, um utilitarismo prático ou didático”.¹⁴⁰

Os jornais femininos baianos oitocentistas estudados não publicaram em suas páginas questões referentes à moda. Diferentemente da Europa e dos EUA, estes periódicos não utilizaram a inovação da disseminação dos moldes em papel, responsável por aumentar significativamente as tiragens. Apenas podemos fazer algumas inferências sobre os motivos que fizeram com que esta atitude fosse tomada: por conta de certo atraso técnico, que não tornasse possível a divulgação dos moldes e referências às modas estrangeiras, ou mesmo a falta de interesse dos redatores dos jornais em tratar deste assunto, uma vez que, como homens de letras, preferissem dar vazão aos seus empenhos literários.

Entretanto, o mesmo não ocorreu com a literatura, pois sua presença foi constante nos jornais baianos dirigidos às mulheres, em virtude do que devemos mensurar a importância que teve para a imprensa feminina. Inicialmente, alguns órgãos nasceram em função da arte literária, a exemplo da revista *A Mensageira*, editada mensalmente em São Paulo entre 1897-1900. A publicação de folhetins¹⁴¹ em suas páginas funcionava como recurso atrativo, o que contribuiu para que as tiragens e o número dos periódicos aumentassem significativamente.

No início do século XIX, os cânones do romantismo haviam influenciado as revistas literárias surgidas desde então. O mesmo entusiasmo seguiu-se a partir de 1860 com a proliferação de periódicos literários que funcionavam como suporte de expressão para os escritores manterem contato com o público. Ao publicar um livro, em virtude do elevado custo, o autor, muitas vezes, pagava a edição de seu próprio bolso quando não era possível lançar mão da estratégia da lista de assinantes. Havia muito o livro já não era mais sinônimo de clandestinidade como nos tempos da Inquisição. O desenvolvimento e as transformações

¹³⁹ Ver: SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁴⁰ Ver: BUITONI, Dulcília. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981, p. 9.

¹⁴¹ Termo que designava o largo rodapé da primeira página do jornal destinado a variedades. O espaço sofreu transformações sucessivas até passar a publicar trechos narrativos de histórias fragmentadas, as quais aguçavam a curiosidade do leitor e garantia sua fidelidade para obter o próximo número que trazia a continuação da história. Ver: MOREL; BARROS, op.cit., p. 55.

ocorridas na vida urbana concorreram para a ampliação do universo cultural da nova classe que se consolidava, a burguesia, abrindo espaço para a imprensa e o livro.

Sodré afirmou que a ascensão da classe burguesa coincidiu com o triunfo do romantismo na sociedade ocidental, para ele “burguesia e romantismo, pois, são como sinônimos, o segundo é a expressão literária da plena dominação da primeira”.¹⁴² Segundo este autor, fora esta classe que, no novo quadro da vida urbana, generalizou a curiosidade pelas criações artísticas, em especial, a imprensa e o teatro. A aliança com o povo permitiu que se criasse um público indiscriminado, cujo interesse literário tinha que ser atendido.

Diferentemente, no Brasil, a tácita ligação entre a classe de proprietários de terra e a burguesia, e não desta com o povo, fez com que o romantismo não fosse a expressão burguesa como em suas fontes originais, mas a “expressão da classe territorial, na sua fase de urbanização a que a burguesia se atrela, concorrendo com as suas identificações”.¹⁴³

Numa época em que a cidade era tida somente como lugar de estação, de festas, os espaços de sociabilidade eram restritos, além do mais a transferência das propriedades se dava por herança, por isso os casamentos endogâmicos. Com a transição desta sociedade imperial para as cidades, diante de um novo quadro urbano que se delineava, as relações familiares se afrouxaram e abriu-se à mulher uma relativa liberdade de escolha, pois o problema de transmissão de propriedade, que se resolvia com o casamento, já não era mais eixo central. O convívio se daria agora entre pessoas de uma mesma classe, de onde surgiriam os casamentos, os quais ainda que por conveniência, aliança política ou econômica, admitia a possibilidade do amor, mesmo que racional feito de pequenos gestos cotidianos e respeito mútuo, sem paixão.¹⁴⁴

Devido à sua leitura prazerosa, o romance contribuiu para aumentar o interesse do público pelo estilo literário. Num momento de transformações urbanas, de inovações técnicas e mentais, onde foram integrados novos elementos, dois personagens destacaram-se pelo papel que assumiram enquanto público leitor: o estudante e a mulher. Segundo Sodré, os estudantes e as mulheres constituíram o público literário por excelência no quadro urbano da sociedade imperial. Naquele período ocorreram alterações na vida feminina, que permitiram às mulheres freqüentar os salões, as ruas, receber uma educação mais primorosa, ler

¹⁴² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 189.

¹⁴³ Idem, p. 201.

¹⁴⁴ D'INCAO, Maria Ângela. “Mulher e Família Burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 238.

romances, e, por conseguinte, os periódicos que surgiam publicando em suas páginas os “Folhetins”, atingindo amplas camadas de leitores.¹⁴⁵

Nesse contexto de mudanças da vida social, em que as próprias mulheres passaram a ocupar um espaço mais amplo, devemos entender o lugar que teve os salões literários tanto para o desenvolvimento da literatura em si, quanto para a ampliação do público leitor, do qual fazia parte as mulheres. Segundo Kátia de Carvalho as salas de visitas abriam-se para reuniões, nas quais ocorriam desde transações comerciais, por ser considerado como um ambiente neutro, até eventos culturais como a leitura de romances em voz alta, a recitação de poesias e música. Nestes encontros desenvolviam-se também relações de compadrio e parentesco, das quais não raro resultaram casamentos entre os membros familiares que freqüentavam o mesmo círculo social.¹⁴⁶

Apesar da resistência quanto à exposição feminina, que vem desde os tempos coloniais, estes saraus eram organizados por mulheres. Ela era quem estabelecia a relação entre público gerador e consumidor de cultura, segundo Carvalho “coube à mulher introduzir a leitura de livros em voz alta, discutir arte, música, estimulando assim a sensibilidade do ouvinte”.¹⁴⁷

Na Bahia, embora fossem fortes os traços paternalistas, desde a segunda metade do século XIX, as mulheres já aparecem na organização de recepções oferecidas por seus maridos. Segundo Wanderley Pinho, elas eram responsáveis por dar a “graça feminina, fazendo as honras da casa com alta distinção”. Dentre os exemplos citados por este autor, podemos citar a Viscondessa de São Lourenço “de cuja graça e espírito ficou fama”. Dentre as mulheres anfitriãs dos salões baianos Pinho destaca a senhora Inocência Góis e Adelaide de Castro Alves Guimarães, poetisa e irmã do poeta Castro Alves; ambas esposas de políticos, elas se destacaram, segundo o autor, pela graça, cordialidade e senso artístico.¹⁴⁸

Diante disso, Carvalho observa que os salões representavam o espaço de mediação entre a esfera pública e privada e a leitura, que aí se desenvolvia, funcionava como a mediadora entre essas duas esferas. Sobre suas funções, de acordo com esta autora, “primordialmente, os salões estimulavam as práticas de leitura complementando as atividades

¹⁴⁵ SODRÉ, op. cit., p. 204-206.

¹⁴⁶ CARVALHO, Kátia de. “A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural”. *Ciência da Informação*. Brasília, vol. 24, n. 1, jan/abr. 1995.

¹⁴⁷ Idem, p. 2-3.

¹⁴⁸ PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, s/d, os trechos destacados estão nas páginas 41, 48 e 55, respectivamente.

de natureza intelectual”.¹⁴⁹ Portanto, dentro deste contexto devemos entender a importância da leitura do romance o qual alcançou larga escala de divulgação através do impresso, em particular, o feminino.

Diferente das antigas formas de ficção que tinham um direcionamento coletivo, o romance trouxe uma orientação individualista, o que corresponde ao chamado surto do individualismo burguês.¹⁵⁰ Embora tenha passado a uma leitura direcionada, o público leitor tornou-se mais amplo e, em sua maior parte, constituído de mulheres. Aliás, a imprensa feminina, onde se publicou grande parte dos folhetins, foi escolhida pelos autores em virtude de se constituir num espaço, aparentemente, neutro dos arrebatamentos políticos, ou seja, numa via alternativa na qual eles gostavam de publicar.

Em sua maior parte escrita por homens, os romances confirmavam a idéia da mulher como ser inferior, que deveria ser guiada ou dominada pela razão superior masculina. Este discurso construído pela sociedade de então encontrou respaldo nos meios públicos – masculinos – e serviu para, mais uma vez, confinar a mulher ao espaço privado, no qual ela só poderia servir de inspiração para uma criação e nunca ser a criadora. Neste sentido, a imprensa constitui-se como veículo para difundir novas idéias e, ao mesmo tempo, reforçar os velhos estereótipos.

Gênero do romantismo, por excelência, o romance alcançou vasto público, ao longo dos oitocentos, por meio do folhetim. De acordo com Brito Broca, foi Justiniano José da Rocha, um dos mais notáveis jornalistas políticos do Segundo Reinado, quem trouxera o gênero para o Brasil. No início traduziam-se novelas estrangeiras de sucesso da época, as quais influenciaram alguns escritores brasileiros.¹⁵¹ Com o decorrer do tempo, estes também passaram a escrever folhetins na imprensa local como forma de publicar seus livros. A imprensa feminina se serviu, então, deste estratagema e, ao publicar literatura de folhetim, contribuiu tanto para o desenvolvimento do gênero romântico como para a ampliação do público leitor, em especial, o feminino, o que logo foi percebido e apropriado pelos escritores para a disseminação de sua arte.

¹⁴⁹ CARVALHO, op. cit., p. 3.

¹⁵⁰ Entre o fim do século XIX e o início do XX, emergiram comportamentos, em que individualismo rompeu com o *modus vivendi* coletivo, característico das sociedades rurais. Neste ínterim, os hábitos familiares foram modificados e uma nova concepção de família se constituiu. Segundo o novo modelo a mulher era a rainha do lar e o homem o responsável pelo sustento da casa, a partir disso demarcou-se o distanciamento da sociedade colonial. Ver: LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Salvador: UFBA, 1997 (dissertação de mestrado) e FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Salvador: UFBA, 1994. (dissertação de mestrado)

¹⁵¹ BROCA, Brito. *Românticos, Pré-Românticos, Ultra-Românticos, vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis/INL/MEC, 1979, vol. I, p. 176-177.

Primeiramente a parte inferior do jornal, designada folhetim, costumava trazer para os leitores algumas variedades como entretenimento. Com o passar do tempo o rodapé do jornal passou a publicar romance seriado – o romance-folhetim – que teve grande aceitação popular. De acordo com Broca, isto se explica pelo fato dos jornais dessa época serem muito doutrinários, sem noticiários leves contendo, ao contrario, pesados artigos; além disso, a interrupção do folhetim constituía um recurso de sensacionalismo, portanto um atrativo de leitores. Segundo este autor “o romance-folhetim foi, talvez, o primeiro elemento de sensacionalismo introduzido na imprensa. Precedeu ele à reportagem policial, oferecendo aos leitores um prato idêntico ao que esta viria proporcionar-lhe, mais tarde”.¹⁵²

Os periódicos baianos, igualmente, recorreram a esta estratégia. Mesmo que não tenha figurado em suas folhas nomes conhecidos, como nos jornais do Rio de Janeiro, suas leitoras também puderam contar com este recurso. De acordo com Broca o folhetim criou o hábito de o leitor procurar o rodapé dos jornais para acompanhar as histórias; a partir disso surgiu a idéia de se publicar textos leves, se comparados aos artigos de fundo e outros tópicos do jornal que precisavam se revestir de um tom sério e grave, numa estrutura de capítulos semelhantes aos romances seriados. Segundo o autor esta modalidade seria a origem da crônica moderna.¹⁵³ Neste sentido, talvez seja nesta categoria que devemos enquadrar alguns dos textos, mais reflexivos que narrativos, que vinham sob título *Litteratura*, nos periódicos femininos baianos, os quais dissertavam, entre outras coisas, acerca da condição feminina aprovando-a ou não.

Os jornais femininos que circularam na Bahia nos oitocentos destacados neste trabalho recorreram, primordialmente, à literatura, sejam por meio dos folhetins, textos reflexivos, historietas ou poesias, que vinham correntemente sob o título *Bellas-artes*. Entretanto, além deste outros recursos foram utilizados para tornar a leitura mais agradável e prazerosa e, conseqüentemente, entreter as leitoras. Daí publicarem charadas, que estabelecia uma interação maior com o jornal, uma vez que gerava a expectativa da resposta, alguns distribuía música e, a maioria deles, promulgava motes para serem glosados, por vezes sob o título *Colchea*.

Broca faz referência à glosa ao falar da função que a “sala” representou para a pequena burguesia, durante o romantismo, que foi não somente recreativa, mas, também, cultural. Na sala, onde a família se reunia, as pessoas dançavam, cantavam, jogavam prendas e recitavam poesias: o repentista, declamador de “sala” – cuja expressão baiana foi Muniz Barreto, já

¹⁵² Idem, p. 174-175.

¹⁵³ Idem, p. 174.

citado –, pedia um mote para glosar. A partir destas informações torna-se mais fácil entender essa coluna de nome *Colchea* (mote/glosa) tão recorrente nestes jornais, mas que para o leitor de hoje pode soar estranho; isto porque este tipo de vida social, de acordo com Broca, entrou em decadência já em 1867.¹⁵⁴

Sob o impulso da moda e literatura os primeiros periódicos femininos surgiram e, em certo sentido, se consolidaram. Apesar de, como observou Buitoni, essa ligação não ter levado a uma posição mais problemática da condição da mulher serviu, por outro lado, para incentivar o florescimento, pelo menos numa primeira fase, da imprensa feminina. Na Bahia, os jornais femininos oitocentistas, se enquadram nesta concepção, embora em outras partes do Brasil, neste mesmo período, tenham surgido alguns do tipo feminista. Dessa forma, emerge das folhas dessa imprensa, através de suas colunas, uma imagem de mulher consoante com a sociedade de então, do que trataremos a seguir.

2.3 Impressão de um perfil feminino

A emergência da imprensa, particularmente a do período pós-independência, contribuiu para o nascimento de um espaço público de debate de opiniões no Brasil recém-independente. Ao permitir maior publicidade para a coisa pública e favorecer a leitura privada e individual, permitindo a cada leitor um julgamento crítico, a imprensa firmou-se como lugar legítimo de discussão e formação de opinião. Desta forma, os primeiros periódicos do século XIX foram palcos de embates políticos marcantes para a sociedade imperial. Não obstante, a política não foi a única personagem a compor esta cena, pois manifestações sociais, de variada ordem, também marcaram presença nas páginas jornalísticas.

Os periódicos do século XIX registram episódios que nos revelam muito acerca daquele contexto. Emerge de suas páginas uma gama imensa de acontecimentos que nos ajudam a compreender as relações sociais estabelecidas na sociedade de então. Os jornais dirigidos às mulheres, por exemplo, que, aqui nos interessa, dão-nos indícios de como se constituía as relações entre os sexos, e entre as próprias mulheres e, quem sabe qual o espaço era a elas destinado pelos homens e por elas próprias.

O início da vida dos salões, da presença constante nas ruas, das visitas, enfim de uma maior movimentação feminina no espaço público fez com que mudanças se operassem na

¹⁵⁴ Idem, p. 82.

vida da mulher. Para saber se comportar de acordo com as novas exigências, ela começou a receber uma educação mais acabada, que transcendesse a aprendizagem da costura e do bordado, tema que passou a ser objeto de discussão em círculos masculinos. Neste momento, os jornais femininos, se bem que tiveram alguma participação feminina, foram, na Bahia, redigidos por homens, os quais souberam usar a amplitude dos periódicos como meio de difundir modelos de comportamento a serem seguidos por elas.

A imprensa dirigida às mulheres com textos moralizadores que buscavam orientar seu comportamento se tornou uma leitura permitida, visto que era interessante para o estabelecimento de um padrão de conduta onde a moral e os princípios religiosos estivessem presentes nas atitudes das mulheres. Neste sentido, devemos admitir que a leitura se constituiu numa experiência feminina, mesmo tendo em conta que a maioria delas fosse analfabeta até 1830, embora antes dessa década já existisse escolas para meninas em algumas províncias. A partir da segunda metade do século XIX esta situação começou a se transformar e as mulheres tornaram-se leitores em potencial.

Segundo Heloisa Villela estas escolas destinavam-se mais ao ensino das prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura. Para esta autora, isto mostra que as mulheres não foram totalmente proibidas de frequentar escolas; o que acontecia era que nas escolas femininas o conteúdo do currículo era reduzido, elas aprendiam a ler, escrever e fazer as quatro operações,

A parte relativa a decimais e proporções, bem como o estudo da geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, era interdita às meninas. Elas aprenderiam, em contrapartida, a coser, a bordar e os demais ‘mistérios próprios da educação doméstica’¹⁵⁵

Essa divisão curricular dizia respeito ao fato de se questionar a capacidade intelectual feminina, que se acreditava inferior à dos meninos. A partir da década de 30 com o surgimento das Escolas Normais a mulher foi progressivamente alcançando espaço para maior instrução, embora tenha sido somente no final do século XIX, com a experiência da co-educação, que se processou a unificação dos currículos.

O redator, como já afirmado, homem de letras, era em geral visto como portador de uma missão política e, ao mesmo tempo, pedagógica, imbuído de um encargo civilizador, informativo e de progresso, particularmente, para o sexo feminino. Desta forma, veiculava-se um papel normatizador para a mulher nesta imprensa que ia de encontro aos ideais daquela

¹⁵⁵ VILLELA, Heloisa de O. “O Mestre-escola e a professora”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes de Faria e VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 108-109.

sociedade. Os redatores e autores utilizaram-se muitas vezes dos textos e, em especial, dos folhetins, para construir um perfil feminino através das historietas que narravam. A reflexão a partir de sua leitura, cuja escrita trazia exemplos morais a serem seguidos, deixava implícito o comportamento do qual elas deveriam se desviar.

O fato de não termos podido acessar todos os exemplares dos jornais que servem de base a este trabalho, em virtude de sua não conservação ao longo do tempo, dificultou a construção de uma sequência das histórias que alguns deles trouxeram em forma de folhetim. Algumas narrativas constam apenas de um único exemplar ou tiveram sua leitura interrompida em virtude da falta de exemplares conservados. Apesar disso, elencamos os seguintes temas: desilusão amorosa, amor não realizado, gênese da mulher, em especial com referência ao texto bíblico, reverência ao astro sol, rivalidade amorosa, cenas quotidianas, instruções (regras) morais e exemplos edificantes, que enfatizam a superioridade divina, textos que discutem o progresso e a civilização – temas em voga naquele momento – e a influência, ora positiva ora negativa, da mulher sobre o homem.

Segundo Norma Telles, a cultura burguesa se fundava em binarismos que idealizava homens e mulheres: pai/mãe; natureza/cultura; superior/inferior.¹⁵⁶ O texto “A Mulher”, publicado no periódico *A Grinalda*, editado em Cachoeira, entre os números cinco e oito, sob o título *Litteratura*, serve de exemplo para esse tipo de pensamento. Nele, o autor Julio Correia de Carvalho oscilava em apresentar o papel positivo e negativo da mulher ao refletir sobre a influência por ela exercida.

A mulher estaria em todos os acontecimentos da humanidade, mesmo nos mais insignificantes, interferindo na vida do homem. Para Julio Carvalho

É de uma extensão incalculavel, e de espantosa maravilha, a influencia, ora benefica, ora pernicioso, que a mulher exerce sobre o genero humano: a civilização, o progresso, a gloria e a decadencia das nações e do homem estão encerrados em suas mãos. Agora como mãe, já como irmã, mais tarde como esposa, a mulher, sob estes diferentes predicados, orna a face da terra de magnificencias nunca vista: cobre de luto o universo inteiro; conduz o guerreiro ao campo de batalha; obriga o homem a empunhar o ferro assassino; eleva o humilde a desmedida altura: confunde o orgulhoso com a poeira, e, finalmente, faz a intelligencia realisar o intento o mais arrojado que écapaz de imaginar-se!¹⁵⁷

A dualidade referida por Telles está presente o tempo todo no texto de Julio, que vê a mulher ora como salutar ora pernicioso ao homem, em virtude do poder que ela tem de levá-lo “para o caminho do bem, da luz, da gloria, quanto pode tornar-se uma messalina”. O

¹⁵⁶ TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 402-403.

¹⁵⁷ *A Grinalda*. Cachoeira, 1ª série, nº. 5, 4 de abril de 1869.

adultério, aliás, é discutido na conclusão da narrativa e visto como um crime. No meio das contradições, Julio defende a educação feminina como forma de prepará-la para representar bem o seu papel:

É tempo de concluir este artigo, mas seja-nos licito despertar o animo da sociedade para que empregue maior soma de cuidados na educação da mulher; preparando-a para dignamente representar o papel importante, que ocupa na ordem dos seres. Tem-se por ventura educado convenientemente aquella, de cujo braço dependem os mais altos destinos do gênero humano?¹⁵⁸

O autor chegou inclusive a reconhecer que a mulher merece do homem respeito e gratidão em virtude da sua dependência a ela: “quão justos titulos de gratidão e de respeito não tem a mulher direito de exigir do homem, respeito e gratidão conquistados durante um tão trabalhoso tirocônio!?”. Entretanto, não hesitou em deixar espaço à dúvida quanto ao seu caráter.

Submissão e inferioridade ficaram explícitas no texto escrito por A. Castro na coluna *Litteratura*, neste mesmo periódico entre os números um e quatro desta série. “Carmem”, cujo título é também o nome da personagem, era uma moça jovem que sofrera por perder a mãe ainda cedo, e fora obrigada, pela força das circunstâncias, a casar-se com quem não amava.

Naturalmente, por se tratar de um texto do romantismo, a moça não suportou o pesado fardo e veio a falecer. Em carta deixada à amiga ela confessava que amava em segredo e sofria por não poder ser feliz distante deste amor. Embora não tenha revelado a identidade do amado, Carmem lamentava-se que poderia ser feliz, mas não o era. A passagem torna-se interessante, ou ao menos curiosa, quando Carmem culpa os homens pela infelicidade de seu destino, pois se pergunta quando raiará a “nossa liberdade?”

Os homens proclamão a emancipação da mulher, e cada vez mais se reforção os nossos ferros! É uma ironia. Os preconceitos prendem-nos ao lar domestico; nossas faculdades se aniquilão na inçção e no scilencio; o mundo ignora os nossos males, e as veses inveja um destino que, conhecido, o faria recuar. Para nos o trabalho inglorio e incessante, para os homens, a fama, as agitações da vida social, a actividade que desenvolve e robustece o espírito; para nos, a censura desapiedada a menor falta; para elles, a benevolencia, a animação talvez...¹⁵⁹

É bastante significativa a maneira como os homens são vistos pela personagem, o que nos leva a questionar se o autor que assina por A. Castro é mesmo um homem ou uma mulher. A linguagem inflamada usada por Carmem ao falar das injustiças cometidas contra as mulheres nos dá fortes indícios para acreditar que seja, realmente, uma autora. Entretanto,

¹⁵⁸ A *Grinalda*. Cachoeira, 1ª série, nº. 8, 23 de abril de 1869.

¹⁵⁹ A *Grinalda*. Cachoeira, 1ª série, nº. 4, 1 de abril de 1869.

neste período registram-se algumas vozes dissonantes masculinas que reivindicaram a ampliação do papel feminino, em particular, em termos educacionais.

O médico José Lino Coutinho e, também deputado, se destacou por defender, calorosamente, um tipo de educação feminina mais avançada. O Dr. Coutinho ficou conhecido por ter escrito cartas à sua filha Cora, as quais orientavam uma preceptora a cuidar da educação da menina em virtude de sua ausência devido a compromissos políticos. As *Cartas* foram publicadas em 1849, após a morte do médico, e teve ressonância por todo o século XIX. Apesar de defender a educação feminina, o livro deixa transparecer a idéia corrente da época de que a educação deveria atender aos destinos naturais das mulheres, a saber, casar-se, tornarem-se mães e esposas exemplares.¹⁶⁰

O pensamento do médico estava, portanto, em consonância com os valores do período, pois o sexismo que emerge das cartas indica que mesmo os defensores da educação da mulher eram contrários à sua emancipação. Por conseguinte, esta também deveria ser a visão dos colaboradores dos jornais femininos baianos, pois as motivações que levaram à fundação destes periódicos faziam parte da mesma atmosfera que levou à publicação das cartas: “construir e civilizar os hábitos da mulher brasileira, através de ‘razões higienicas’, que [...] estavam ausentes no início do século passado”.¹⁶¹

Os folhetins, no entanto, não eram somente de reflexão; histórias de rivalidade e desilusão amorosa também foram tramas apresentadas às leitoras. O elemento sensacionalista, de que nos falou Broca, foi usado pelo redator-gerente d’ *A Grinalda*, Veridiano Tavares da Gama. O redator avisava que, a pedido das leitoras “a segunda série iniciar-se-á com a publicação do importante romance ‘O Lyrio do Sepulchro’”.¹⁶² O romance começou a ser publicado, inicialmente, sob o título *Litteratura* e após a primeira reformulação do jornal passou a ser divulgado sob o título *Folhetim* na parte inferior do periódico. A partir da última mudança, quando o periódico voltou-se, mais explicitamente, para a política, esta seção deixou de existir. Infelizmente, por conta disso, e pela falta de alguns números da seqüência, não pudemos acompanhar este romance até o fim e conhecer o nome de seu autor, caso tenha sido revelado, nem o destino final de suas personagens.

A narrativa inicia-se com o diálogo entre dois amigos de temperamentos distintos: um alegre e apaixonado; o outro, triste e desiludido com o amor. Preocupado com o amigo, o

¹⁶⁰ Sobre o Dr. José Lino Coutinho e as *Cartas sobre a educação de Cora*, ver: REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: CEB, 2000; e LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Educação, ...*

¹⁶¹ REIS, op. cit. , p. 149.

¹⁶² *A Grinalda*. Cachoeira, 1ª série, nº. 7, 16 de abril, 1869.

primeiro pede para que o outro conte o motivo da sua tristeza. Este último, então, revela que vivia triste pelo sofrimento que a paixão lhe causara, a qual encarava como uma moléstia bem difícil de curar, “uma moléstia epidêmica que ataca-nos indistintamente, e que se tornão bem difficeis de a curar, principalmente quando apparecem de subito. Essa molestia é a febre da alma, vulgarmente chamada – amor”. Para ele a paixão era o delírio decorrente da febre que havia sofrido; porém, tinha passado e, por isso, seu coração era seco.

Nos números seguintes o folhetim fala do amor, “esse sentimento de penas misturadas de delicias, delicias misturadas de penas”, pela voz deste último dos amigos. Ao falar da moça que cortejava, mas que havia se casado com um homem rico, ele insinua que ela o teria feito por interesse e não por amor, aliás, o adjetivo “rico” deixava evidente a motivação para o casamento. Embora não generalize para todas as mulheres a sua desilusão, demonstra, dessa maneira, o seu pensamento sobre elas.

Os últimos números narram sua vida infeliz e solitária no campo para onde foi tentar distrair-se. O ambiente bucólico poderia funcionar como sinônimo de uma vida tranqüila, onde as distrações da natureza o ajudariam a superar a dor de perder um amor, ao passo que o espaço citadino, ao contrário, lhe traria lembranças, além de ser o lugar dos pecados. Ao insinuar que a moça tenha se casado por dinheiro e enfatizar o sofrimento do pretendente causado pela desilusão, o autor condena este tipo de atitude praticada pelas mulheres, como deixa antever a narrativa do folhetim. O jornal pesquisado salta do número 18 para o 20, no qual não retorna à narrativa, por isso não temos como saber o desfecho desta história bem como o nome de seu(ua) autor(a).

Ainda sob o título *Litteratura* os jornais publicavam textos por meio dos quais buscavam comunicar uma mensagem moralizadora, que pudesse orientar um comportamento “decente”. Afinal, uma das características destas publicações era o apelo religioso, cujas idéias eram fundamentadas pela fé cristã, mesmo naquelas que não se definiam como religiosas.

No periódico *Espelho das Bellas* o folhetim “A Mulher – sua criação” versa sobre a criação da mulher para ser companheira do homem, aquele que Deus criou para presidir todas as coisas. Para tirá-lo da solidão e amenizar sua tristeza Deus “lhe infunde um pesado somno e tirando de seu proprio corpo uma de suas costellas, formou della a mulher e veio apresentar-lhá”,¹⁶³ o artigo reflete, visivelmente, os princípios da religião católica. O mesmo tema é

¹⁶³ *Espelho das Bellas*. Maragotipe, serie I, nº. 1, 25 de novembro, 1860.

tratado de maneira muito semelhante pelo Padre Francisco B. de Souza no “Somno de Adão”, texto literário do periódico *A Chrysalida*.

A construção dos dois textos é muito semelhante: para tirar o homem da solidão e da melancolia que se lhe apoderava, Deus criou a mulher de uma de suas costelas após infundir-lhe um sono pesado. Ao despertar e ver a criação o homem proferiu impetuosamente as seguintes palavras: “És tu por quem minha alma suspirava, tu – a carne de minha carne – tu, como eu, imagem e semelhança do Eterno”.¹⁶⁴ No texto do Padre Francisco a mulher é equiparada em sua constituição ao homem, embora a maneira de sua concepção tenha variado.

A inferioridade feminina era justificada até mesmo pela religião, quando se recorria ao exemplo da Bíblia. Embora tentasse e, por vezes, precisasse atingir certo nível de emancipação, a mulher não poderia jamais igualar-se ao homem, pois as diferenças entre os dois haviam sido demarcadas desde suas origens, isto é, o homem a primeira criação e a mulher, a segunda, um complemento. O trecho ilustra com nitidez aquilo que Scott quer dizer ao tratar de determinismo biológico, como justificativa para legitimar as relações desiguais de poder. Essa idéia de diferença sexual calcada na biologia é refutada pela autora, quando traz a perspectiva do gênero – que se opõe a oposições binárias fixas e naturalizadas e propõe o aspecto relacional entre os sexos.¹⁶⁵

Buitoni aponta duas direções da imprensa feminina no século XIX: uma tradicional, que restringia a mulher ao lar e enaltecia as virtudes domésticas, bem como as qualidades “femininas”; e, outra, progressista, a qual lutaria pelos direitos das mulheres, sobretudo pela educação.¹⁶⁶ Embora nesta segunda vertente os periódicos baianos oitocentistas não pareçam se ajustar, o *Almanak das Famílias, para o anno de 1881, dedicado as senhoras bahianas*, indica uma tendência à emancipação do sexo feminino como fica evidente na introdução, onde o redator Aristides Ricardo define-se “advogado das bellas” e contra as injustiças do sexo dominante que as lançou na escravidão:

O caso é serio, as mulheres é que devem governar porque são senhoras.
 Porque se há de excluir o bello sexo de tomar parte na direcção do paiz?
 Os homens são deputados geraes e provinciaes, senadores, ministros, conselheiros etc., etc.
 As mulheres não passam de mães de familia e algumas nem a isso chegam, porque passam do tempo do casamento, e ahi ficam jogadas ao canto com o enfadonho nome de – tia.
 Tia! – aquella que não pode chegar a ser mãe, apesar das promessas feitas a S. Gonçalo, e amarrarem o Santo Antonio atraz da porta.

¹⁶⁴ *A Chrysalida*. Salvador, anno I, serie I, nº. 1, 1879.

¹⁶⁵ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul./dez., 1992. O conceito de gênero e a discussão sobre este termo, inclusive as propostas de Scott, foram discutidas na Introdução desta dissertação.

¹⁶⁶ BUITONI, *Mulher de Papel...*, p. 28-29.

Amigo como sou do direito e da justiça, eis-me em campo em defeza do bello sexo, porque quero ouvir tambem n'um salão, ao entrar uma senhora, dizer-se: - *Alli vem a Exma. Sra. senadora d. Amelia Maria das Dores de Nossa Senhora!*
Oh! que prazer para mim, advogado do bello sexo, ver as mulheres senadoras!¹⁶⁷

Em que pese o tom da oratória, cujo discurso procurava atrair as mulheres mostrando-se a favor de sua causa, o artigo não deixa de ter relevância, visto ter partido de um homem a crítica ao padrão vigente, do qual ele mesmo era representante. O periódico “dedicado as senhoras bahianas” deixa, realmente, entrever ser favorável a elas. No poema “A Mulher”, escrito por José Lauro de Azevedo, e publicado no referido *Almanak*, embora as mulheres fossem valorizadas por seus encantamentos, inclusive como mães e esposas extremadas, o autor afirma que se emancipariam com o correr do tempo,

Tornando-se como o homem/Livre em tudo!...e praticar/O que a sua consciencia/E a sua intelligencia/Ou o seu discernimento/Lhe ordenar; e independente/Tornar-se-há, eternamente,/Sem esse constrangimento.¹⁶⁸

A “Carta de Palmira a sua amiga Julia”, assinada por Palmira, publicada neste mesmo periódico, reflete sobre os males de um casamento baseado nas aparências externas, geralmente realizado muito cedo sem que a menina seja capaz de escolher seu noivo com discernimento. Palmira tenta alertar Julia para que ela não se iluda com o matrimônio, pois ele não é feito apenas de prazeres. Por ser mais velha e ter vivido a experiência de casar-se muito jovem, ela alerta a menina para primeiro estudar e, acima de tudo, saber escolher bem seu futuro marido, e que a escolha seja feita considerando-se não a aparência física, mas o interior do homem para que garanta a sua felicidade,

Disse que não casasses já, e devo explicar-me. Aos quinze annos, minha amiga, uma mulher, physica e moralmente fallando, não tem ainda se desenvolvido bem, nem mesmo aos vinte o desenvolvimento é completo. Deveria ser esta idade preferida pelas moças para o seu consorcio.
Eu não quero que chegue até lá, mas não cases antes dos dezoito. Então estarás mais experiente da vida, se amares, será com mais firmeza do que agora; a tua intelligencia será mais esclarecida do que é, não estarás cheia de phantasias, pensarás mais na felicidade que nos é dado conseguir no mundo do que na que é puramente chimerica; pensarás mais do que agora na gravidade do casamento, a gravidade dos encargos da familia.¹⁶⁹

Apesar de incentivar o estudo, o texto esbarra na limitação corrente do período: a menina deveria estudar para ser “uma boa dona de casa, uma futura excellentes esposa e mãe de familia”.¹⁷⁰ Mais uma vez o discurso de emancipação feminina limitava-se a prepará-la

¹⁶⁷ *Almanak das Familias, para o anno de 1881*. Bahia, 1880.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 71-77.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 67-68.

¹⁷⁰ *Idem*.

para a maternidade e suas funções no lar. Aliás, é aí que Palmira aponta o lugar em que a mulher encontraria a felicidade, embora ressaltasse que deviam ser elas consortes e não escravas.

A carta posiciona-se contra a vaidade e o luxo e prega as qualidades da virtude, caridade, amor e modéstia como encantos que não morrem nas mulheres; esta posição foi amplamente divulgada nesta imprensa, pois era este o perfil desejado para a mulher desta sociedade: abnegada e virtuosa, para o que concorreu a imagem católica do Mito de Maria.

A imagética veiculada pela imprensa tradicional, em geral, corroborava o modelo de mulher imposto pela ordem social vigente. Esta imagem estava presente, inclusive, naquelas revistas editadas por mulheres que mantinham um cunho conservador. Nos jornais femininos baianos, fortemente marcados por princípios religiosos, como afirmado anteriormente, abundam regras de como as mulheres deveriam ou não ser. O texto “As Senhoras”, literatura do número 16 do jornal *Espelho das Bellas* afirmava:

As senhoras devem ser como o sol, porque aquece e dá vida; porém não devem ser como o sol porque se notam nelle mil manchas.

As senhoras devem ser como a lua, porque é companheira da terra; porém, não devem ser como a lua porque tem trinta caras no mês.

[...]

As senhoras devem todas ser todas Assignantes do – Espelho – porque lhes dá bons conselhos, ensinando-lhes o caminho da virtude; e não devem ser Assignantes do – Espelho – porque desejão que elle saia todo dia, e elle não o pode fazer, porque = todo dia não é dia santo.¹⁷¹

Igualmente o *Almanach das Familias* trazia três coisas que a mulher deveria parecer-se sob o sugestivo título “Deve e não deve”:

Há tres cousas com que a mulher deve e não deve parecer-se.

Deve parecer-se com o caracol, porque como todos sabem, está constantemente em sua casa; mas não deve parecer-se com elle, pondo em cima de si tudo quanto possui.

Deve parecer-se com o echo, que só falla quando é interrogado; mas não deve como o echo ser a ultima a calar-se.

Deve finalmente ser como o relógio da cidade, de uma exactidão e de uma regularidade perfeitas; mas não deve como o relógio fazer tamanho barulho que possa ser ouvida por toda a cidade.¹⁷²

Esses textos confirmam, mais uma vez, as noções referentes a homens e mulheres. As regras de como as mulheres deveriam portar-se eram instituídas ao mesmo tempo em que se ressaltava como elas não deveriam ser; esta atitude prova que, se existia a advertência contra determinado comportamento, isto significava que ele era praticado. Percebe-se, também, nestes artigos a utilização da metáfora com a natureza para caracterizar a natureza humana da

¹⁷¹ *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie II, nº. 16, 2 de junho, 1861.

¹⁷² *Almanach das Familias*. Salvador, anno de 1878, p. 231.

mulher, destacando ora suas virtudes – companheira – ora a dissimulação – trinta caras diferentes. De novo o binômio reaparece: bom/mau, falar/calar, masculino/feminino.

A partir dessas imposições os jornais instruíram-nas para o casamento, pois valorizavam a família, base da sociedade e de interesse das elites instaladas nas estruturas do Estado. Desta maneira, marcado pelo ideal positivista vigente no século XIX, o papel atribuído à mulher era o de mãe e esposa, de “guardiã do lar”, pois ela garantiria a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade.

Forjou-se, então, a representação de uma mulher em tudo inferior ao homem, com exceção dos aspectos morais, a partir de justificação biológica.¹⁷³ Estes eram, de modo geral, os papéis sociais criados e difundidos para as mulheres por essa imprensa. Por outro lado, embora a sociedade estabelecesse o papel a ser desempenhado, algumas mulheres demonstraram estar cientes da importância que tinham nesta sociedade – ainda que restrita e de acordo com o pensamento da época.

A repercussão que teve o artigo “A Glória da Mulher”, de autoria desconhecida, publicado no periódico *Espelho das Bellas*,¹⁷⁴ evidencia esta afirmação. Ao discutir a glória feminina, o autor opunha a toda glória masculina, sempre positiva, a glória da mulher, descrita como traiçoeira e preocupada somente com festas e salões. O texto em questão provocou controvérsia entre as leitoras, algumas das quais se manifestaram por meio de cartas. Indignada, a leitora Sr^a. D. J. L. L. de M., que assinou somente com as iniciais, enviou sua resposta a este artigo, reclamando contra o “artiguito” que dizia ofender as mulheres, a qual foi publicada no mesmo jornal em números posteriores:

O artiguito a que me refiro, além de ofender vivamente a decência e a verdade, ainda torce às tontas a própria lógica, comparando o militar corajoso, o patriota verdadeiro [...] o magistrado probo e honrado com a mulher caprichosa, traiçoeira, orgulhosa, rara. [...] se quereis conhecer a preferência do homem sobre a mulher, colocai-os no mesmo nível; casai as Messalinas com os Neros; as Lucrecias com os Titos.¹⁷⁵

Na réplica a leitora faz a mesma comparação opondo ao homem perverso, covarde e traiçoeiro a mulher donzela, modesta, mãe cuidadosa, esposa fiel e filha obediente e recatada. A defesa acalorada desta senhora, provavelmente a subscritora Sr^a D. Jacqueline Leopoldina Leticia de Meirelles, cujo nome aparece apregoado na lista de subscritores da primeira série do jornal, mesmo com a nobre intenção de defender seu sexo, não escapa aos preconceitos

¹⁷³ Sobre a discussão do imaginário feminino positivista no limiar da República, ver: CARVALHO, op. cit., p. 75-96.

¹⁷⁴ “A Glória da mulher” In: *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, n^o. 3, 9 de dezembro, 1860; e “Artigo da Sr^a. D. J.L.L. de M.” In: *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, n^o. 6, 20 de janeiro, 1861.

¹⁷⁵ *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, n^o. 6, 20 de janeiro, 1861.

internalizados pelas próprias mulheres em voga na época. Os adjetivos usados para defendê-las acabaram por reforçar a imagem corrente da mulher nesta sociedade.

Assim, este episódio serve para mostrar que os periódicos se constituíram em espaço de discussão para elas, “demonstrando que não podemos generalizar ao dizer que as mulheres eram inertes, reprodutoras de discursos dos homens da época”.¹⁷⁶ Eventos deste tipo revelam, ainda, as tensões de gênero existentes numa sociedade que começava a respirar os ares de um novo tempo e aprendia a conviver com a presença, cada vez mais, marcante da mulher no ambiente público.

Nos periódicos femininos baianos do século XIX ainda não é possível encontrar indícios de reivindicações acerca das necessidades do sexo feminino, a não ser indiretamente, como por exemplo, a participação delas nestes jornais, o que já demonstrava a quebra de uma barreira entre os sexos e a expansão de seus papéis.

A imprensa abriu caminho para que elas pudessem se expressar por meio de suas produções literárias. Segundo Buitoni ela serviu como “um canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres”.¹⁷⁷ No entanto, esbarravam, ainda, na discriminação que dificultava sua entrada no universo literário, o que fica patente no uso de pseudônimos com os quais assinavam os textos – recurso utilizado para que nada as associasse ao mundo das letras, atividade considerada inadequada e que as deixavam expostas ao público, uma vez que eram obrigadas a sair de casa e, de certa forma, ter contato com o sexo oposto, sem falar nas vezes em que eram acusadas de querer usurpar o lugar dos homens.

Nos jornais femininos oitocentistas, nem todas tiveram coragem de se expor publicamente assinando seus nomes completos abaixo dos textos e poesias que enviavam às redações. Nota-se aí uma combinação de ousadia, ao remeter as cartas com as escrituras para serem publicadas, e prudência, ao preservar seus nomes com pseudônimos. O cuidado era tal que, até mesmo, na lista de assinantes apregoada pelo jornal algumas delas optaram por manter o anonimato.¹⁷⁸

¹⁷⁶ REIS, op. cit., p. 56.

¹⁷⁷ BUITONI, op. cit., p. 40.

¹⁷⁸ Transcrevemos a seguir a lista de subscritoras para a primeira série do periódico *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 7, 3 de fevereiro, 1861: D. Aguida d'Oliveira Nogueira, D. Augusta Maria das Virgens Gama, D. Adelaide Candida Rodrigues Borges, D. Alexandrina Maria da Conceição Brito, D. Antonia Nunes Porcinnula, D. Camilla Candida Gonsalves Oliveira, D. Christina Pereira de Borba, D. Emilia Jesuina de Carvalho, D. Emilia Gonsalves dos Santos, D. Eudoxa Mathilde Xavier da Costa, D. Eleodora Candida de Almeida Sande, D. Florentina Glinaura de Souza, D. Guilhermina Moreira, D. Hermina Rosa de Brito, D. Hormisida Rosa da Silva, D. Idalina Gonçalves Brandão, D. Izabel Trimphonia de Britto, D. Ignez do Monte Leopoldina Alves, D. Jacqueline Leopoldina Leticia de Meirelles, D. Joanna Afra da Rosa, D. Josefina Leopoldina dos Praseres, D. Leopoldina Amancia Gonçalves, D. Leopoldina Maria da Costa Lafitti, D. Maria Clara de Cerqueira Pinto, D. Maria Francelina Villas verdes, D. Maria da Conceição Andrade, D. Maria

No século XIX, uma mulher escrever, ainda mais em jornais produzidos por homens, era um desafio aos paradigmas da sociedade,¹⁷⁹ por isso sua integração na vida literária foi um processo lento, já que lhes era circunscrito acesso não só à imprensa, mas, também, no mercado de trabalho.¹⁸⁰ No entanto, como no momento referido não se exigia especialização profissional, podendo ser as folhas redigidas por redatores das mais variadas profissões, a mulher também pôde exercitar a atividade jornalística, ainda que criticada e tendo seu trabalho julgado inferior e, diferentemente, ao dos homens: enquanto eles eram julgados pela sua obra, sua escrita, elas o eram pelo seu caráter e comportamento público diante da sociedade. A imprensa constituiu-se, então, como espaço autêntico para que as mulheres dessem seus primeiros passos no mundo das letras e, ao expor suas produções, quebrassem a invisibilidade e invadissem um mundo notadamente masculinizado.

Enquanto nas demais unidades do Império já circulavam alguns jornais destinados às mulheres de propriedade feminina, como o *Jornal das Senhoras* que começou circular no Rio de Janeiro em 1852, alguns dos quais tiveram inclusive um cunho feminista, exemplo do *O Sexo Feminino*, lançado em Minas Gerais em 1873, por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, na Bahia, as poucas iniciativas deste tipo ainda eram originadas por parte dos homens.

Ao compararmos a participação das mulheres nos periódicos baianos com os de outras províncias, nos quais elas editavam os seus próprios jornais, percebemos que sua atuação foi significativamente restrita, a esse respeito apenas podemos fazer algumas inferências, como a força do patriarcado na sociedade baiana. Em outras províncias, como no Rio de Janeiro, por exemplo, neste mesmo período já circulavam periódicos editados por elas. Na Bahia, em virtude da herança de um patriarcalismo marcante, essa iniciativa, só aconteceu no raiar do século seguinte, em 1910, com a publicação da revista *A Paladina* por mulheres da elite baiana. Não obstante, o primeiro passo já havia sido dado.

Conforme Maria Amélia Almeida, “as relações de dominação, peculiares da ordem senhorial-escravocrata, vividas aqui com toda intensidade, também se estendiam ao campo do confronto homem/mulher, mantendo esta última alheia a, ou impotente para refletir acerca de,

Amancia Gonçalves de Araujo, D. Maria Luisa do Coração de Jesus, D. Maria Carolina de Sousa, D. Maria Rosa Guedes, D. Maria dos Anjos Cerqueira, D. Maria Rosa d’Araujo, D. Maria Joanna da Costa, D. Maria Adelaide Pitanga Bolivar, D. Maria da Gloria Correia Araujo, D. Maria Bernadina de S. José Araujo, D. Maria da Conceição Dias de Castro, D. M. M. N. L., D. O. S. dos S., D. Selvina Alexandrina Pereira Guimarães, D. Serafina Baldina Paranhos.

¹⁷⁹ De acordo com Norma Telles a conquista do território da escrita, da carreira das letras, foi longa e difícil para as mulheres no Brasil. A autora considera como pioneira desta luta Nísia Floresta que já em 1840 escrevia em jornais dirigidos por homens. Ainda, destaca o nome de Narcisa Amália como escritora da 2ª geração dos românticos e também pioneira como jornalista profissional. Ver: TELLES, op. cit.

¹⁸⁰ MOREL; BARROS, op.cit., p. 61-62.

sua própria condição”.¹⁸¹ Contudo, não queremos reproduzir o “mito da mulher de elite ignorante e avessa a qualquer atividade intelectual” e, do mesmo modo, o “mito da casa enquanto espaço exclusivo e restrito aos afazeres e prendas domésticas ou no máximo, à administração do lar, assim como a idéia do exercício da autoridade incontestada do pater família”.¹⁸²

A utilização da lógica patriarcal – entenda-se o domínio do macho sobre a fêmea – para explicar sua posição na sociedade deve ser questionada e redimensionada, afinal, é ponto pacífico que a submissão existiu. Portanto, questionar os modelos rígidos nos permite inserir as ações das mulheres nesta sociedade. O primeiro passo talvez seja admitir que a leitura foi, sim, uma experiência feminina, pois a partir daí pensaremos a mulher baiana participando da produção literária e expressando-se por meio da imprensa.

Ao reforçar os papéis de mãe, boa esposa e dona-de-casa, esses jornais, em contrapartida, proporcionaram a afirmação da mulher enquanto sujeito. A reflexão sobre as representações culturais da identidade feminina, antes vivida como pessoal, ganhou ressonância ao ser discutida pela imprensa transformando-se em discurso político.¹⁸³

Ambigüidades e tensões marcaram a imprensa feminina, aí se confrontaram dois modelos de identidade a ser seguida: o da mulher mãe, ligada às atividades domésticas, imagem tradicional construída pela República de “rainha do lar”, veiculada por muitos desses periódicos, e o da mulher individualizada, a mulher “pública” que questiona e quer se fazer ouvida, cuja afirmação individual levaria à sua emancipação profissional. Enfim, contradições perpassaram todo o discurso que propôs a defesa de um espaço mais amplo à mulher, cujo porta-voz foi também a imprensa feminina.

¹⁸¹ ALMEIDA, Maria Amélia F de. *Feminismo na Bahia (1930-1950)*. Salvador: UFBA, 1986, p. 15. (dissertação de mestrado)

¹⁸² LEITE, *Entre a tinta...*, p. 84.

¹⁸³ BICALHO, op. cit. p. 94-95.

CAPÍTULO III

SURGE, QUI DORMIS: O DESPERTAR DA MULHER BAIANA NO MUNDO DA IMPRENSA

“[...] A boa imprensa é, pois, a necessidade primordial da acção catholica, a defensora da religião nos ataques que lhe são endereçados sem treguas, a desmacaradora (*sic*) dos erros, a vingadora dos crimes que a impiedade commette cynicamente por meio do romance, do jornal, do folhetim, do teatro, do cinema, da pornographia... É tão urgente na actualidade quanto as reformas exigidas pelo progresso civilizador e, de maneira nenhuma, pode ser dispensada. [...]”¹⁸⁴

No capítulo anterior analisamos os jornais dirigidos às mulheres na Bahia que circularam na segunda metade do século XIX. O objetivo foi discutir as principais características e contribuições destes periódicos para o desenvolvimento da incipiente imprensa feminina baiana. Os primeiros jornais, cujos redatores foram homens, fizeram parte do que poderíamos classificar como pertencente a uma estrutura artesanal, peculiar à imprensa oitocentista, o que foi discutido amplamente, e foram responsáveis, mesmo que sem intenção definida, por abrir os olhos do outro segmento da sociedade, as mulheres, para a importância deste poderoso instrumento de ação que a imprensa representava. O debate inicial apontou aspectos relevantes para que nos fosse possível entender os rumos seguidos a partir de então.

Ao tempo em que as publicações femininas, que tinham as mulheres à frente, floresciam em todas as províncias imperiais, as baianas pareciam adormecidas. A virada do século trouxe em seu bojo as transformações marcantes em prol do ideal civilizatório que atingiu a capital baiana, elas assumiram a tinta em punho e lançaram a primeira revista feminina da Bahia *A Paladina*, em 1910.

Constitui, pois, o objetivo deste capítulo explorar o conteúdo desta revista – *A Paladina do Lar* – de maneira a entender como ela tratou temas associados ao universo feminino naquela época e identificar, desta forma, as possíveis rupturas e/ou permanências em relação à posição adotada pelos jornais oitocentistas, uma vez que agora, diferentemente, as mulheres aparecem sob o prisma da produção – enquanto editoras e redatoras. Ao condenar

¹⁸⁴ Maria Luiza de Sousa Alves. “Conferencia de D. Maria Luiza de Sousa Alves sobre a ‘Imprensa’”. *A Paladina do Lar*. Bahia, anno III, n. 12, dez. 1912.

ou aprovar certos comportamentos elas estabeleceram um estereótipo feminino rígido que deveria ser seguido por elas mesmas.

Antes de prosseguir com a apreciação d'*A Paladina do Lar* se faz necessário ressaltar as diferenças materiais e de conteúdo existentes entre a revista e o jornal, fontes que fundamentam este trabalho. Afinal, se um dos nossos objetivos é contrapor os jornais femininos do século XIX à primeira revista feminina da Bahia cabe aqui estabelecermos as distinções entre ambos.

Segundo Dulcília Buitoni, os dois tipos de periódicos diferem-se tanto pela apresentação física, sendo o jornal impresso em papel mais barato, com cadernos sem capa dura, e as revistas geralmente formatos mais trabalhados, com capa e papel de melhor qualidade e mais ilustradas; quanto pelo conteúdo, o primeiro mais opinativo, com discussão de idéias, cartas de colaboradores, tendo no final do século XIX aumentado as notícias, ao passo que a revista apresentaria conteúdo mais variado, com ficção, poesia e outras matérias de entretenimento.

No passado a diferença entre jornal e revista dava-se mais pelo conteúdo que pelo formato, pois eram muito semelhantes visualmente.¹⁸⁵ As artes gráficas ainda não estavam desenvolvidas o suficiente para que esta diferença fosse notada apenas pela aparência, o que tornava comum denominar por jornais mesmo aqueles periódicos que publicavam um conteúdo mais diversificado. Desta forma, segundo Buitoni, “os primeiros periódicos femininos brasileiros tinham o nome de *jornal*, apesar de serem revistas. [...] Com o progresso da indústria gráfica, as revistas começaram a aprimorar o aspecto visual. Vieram as gravuras, as ilustrações, e finalmente a fotografia”.¹⁸⁶ A partir de então a revista foi eleita como o veículo por excelência da imprensa feminina, ao que Buitoni considerou como a feminização da imprensa.

Diante disso, entendemos que os jornais femininos oitocentistas, analisados anteriormente, adéquam-se nesta explicação de Buitoni, o que nos revela a análise de seu conteúdo. Portanto, ao contrapormos os jornais à *A Paladina do Lar* colocando-os no mesmo patamar estaremos ignorando as definições correntes para jornal e revista, uma vez que o conteúdo dos periódicos femininos inicialmente estava mais ligado ao das revistas. Apesar disso, optamos por manter a denominação de *jornal*, no caso dos periódicos do século XIX, para sermos coerentes com seus redatores.

¹⁸⁵ BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986, p. 17.

¹⁸⁶ Idem, p. 17.

O desenvolvimento da indústria gráfica aumentou o número de publicações e do público leitor e o avanço técnico permitiu a introdução da ilustração como apoio ao texto. Nota-se aqui a inserção de modificações na forma que alteram a apropriação do conteúdo, portanto a relação autor/leitor. Para isso Roger Chartier nos chamou atenção, observando que “os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância, ou até mais, do que os ‘sinais’ textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto”.¹⁸⁷ A partir do uso de imagens ao lado do texto a leitura tornou-se, cada vez mais, orientada, interferindo na compreensão da escrita; além de funcionar como mediadora entre autor e leitor, muitas vezes, alterando as intenções do primeiro.

A *Paladina do Lar* é uma representante dessas novas publicações, que mesclam texto e imagem, embora num momento de incipiente desenvolvimento gráfico. Não se trata mais de uma época de imprensa artesanal, de empreendimento individual, como no caso dos jornais baianos do século XIX, mas do desenvolvimento dos meios de comunicação. Este momento é, por assim dizer, o prelúdio daquilo que Nelson Werneck Sodré classificou como a segunda fase da imprensa: a da grande imprensa que coincide com o desenvolvimento capitalista.¹⁸⁸

O processo de transição, que vinha acontecendo desde o final do século XIX, foi acentuado na virada do século e marcou a passagem da imprensa de iniciativa individual, que se deslocou para o interior, onde continuou servindo às lutas locais, para a fase empresarial. Nas capitais, surgiram empresas jornalísticas, grandes ou pequenas, mas com estrutura comercial, em que a informação passou a ser vendida como qualquer outra mercadoria. Segundo Sodré “a passagem ao jornalismo de empresa era, entretanto, etapa historicamente necessária; significava avanço; o jornalismo individual é que estava superado”.¹⁸⁹

A imprensa artesanal encontrou obstáculos primários que travancaram seu funcionamento. A começar pela escassez dos elementos necessários à produção do jornal, cujos materiais eram importados, como o custo exorbitante do papel, que levou ao desaparecimento de inúmeros títulos, até os problemas de distribuição. Em que pese as dificuldades enfrentadas desde o início por aqueles que se dedicavam à imprensa, as inovações gráficas gestadas no limiar do século deram novo impulso a esta arte. Deve-se ressaltar que o avanço técnico esteve ligado à estrutura empresarial que se delineava e

¹⁸⁷ CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In: _____ (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 100.

¹⁸⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 7.

¹⁸⁹ Idem, p. 329-330.

caminhou em paralelo com o incremento das ilustrações e a proliferação das revistas literárias.

Segundo Sodré o equipamento dos jornais passaram a acompanhar a fase empresarial, todo importado, por isso, para ele, tenha sido difícil seguir seu avanço; ao contrário, os velhos equipamentos da Imprensa Régia, agora vendidos ou levados para as folhas do interior, haviam sido organizados em base rudimentares.¹⁹⁰ Nesta nova etapa de reformulação dos padrões técnicos, a própria veiculação do texto foi alterada, uma vez que passou a vir acompanhado por imagens, em especial, a fotografia. Nas revistas femininas do início do século a foto documentava estaticamente, pessoas ou determinadas cenas – inaugurações, formaturas, etc. De acordo com Buitoni desenvolveu-se uma relação entre imagem (textual) e texto (imagético) que deu certo, principalmente, nas revistas femininas, pois as fotos antes de procurarem documentar a realidade eram percebidas como fantasias, corporificação de um ideal a ser imitado, eram imagens que pretendiam a persuasão, a ilusão, ao sugerir emoções e sentimentos.¹⁹¹

A imprensa feminina entre outras coisas serviu para expressar os anseios femininos, ao discutir publicamente questões antes tidas como privadas, dando-lhes um caráter político. No dizer de Kátia de Carvalho as revistas femininas entre outras funções exerceram o papel de veículo do ideário moderno, pois contribuiu

com a renovação do parque gráfico e introduziu importantes mudanças na apresentação das publicações. A utilização da imagem/texto passou a ser valorizada, e as publicações, muitas vezes, eram ricamente ornadas com vinhetas e ilustrações.¹⁹²

As alterações técnicas pelas quais passou a imprensa neste momento estão em consonância com as transformações que ocorreram no país. O desenvolvimento da indústria gráfica ligou-se ao avanço do capitalismo e, segundo Sodré, à ascensão da burguesia. Na Bahia, o início do século foi marcado pelo ideal de civilização pelo qual havia passado as capitais do Império. Era necessário submeter as cidades a um projeto de reformulação, do qual a palavra de ordem era civilizar, entendida como ajustar-se ao modelo europeu.

Neste contexto, a primeira revista feminina foi fundada e redigida por mulheres na Bahia *A Paladina do Lar*. A revista veio a prelo em 1910, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres católicas, que contou com uma direção eclesiástica. Por isso discutiremos a

¹⁹⁰ Idem, p. 321.

¹⁹¹ BUITONI, op. cit. p. 19.

¹⁹² CARVALHO, Kátia de. “A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural”. *Ciência da Informação*. Brasília, vol. 24, n. 1, jan/abr. 1995, p. 1-2.

inserção deste periódico na imprensa católica, por acreditarmos ser isto necessário para entender o posicionamento da revista quanto às questões ligadas ao universo feminino e o próprio papel da mulher.

À época da fundação da revista a Igreja Católica passava por um momento de enfraquecimento institucional e perda de fiéis e viu na mulher uma aliada ao projeto reformista que empreenderia. Uma de suas medidas foi a propaganda católica a partir da fundação de jornais católicos, dos quais *A Paladina* foi uma de seus representantes.

Além do mais, o alinhamento da revista à imprensa católica nos oferece elementos explicativos para entender possíveis rupturas e/ou semelhanças em relação ao ponto de vista dos jornais oitocentistas, o que nos dá base para o contraponto. A maioria destes jornais, apesar de ter tido implicitamente uma orientação religiosa, não pode ser classificada como representante da imprensa católica em virtude de, diferentemente da revista, ter sido iniciativas individuais não ligados à Igreja.

3.1 A Revista

Janeiro de 1910. Era dado à luz da publicidade o primeiro número d'*A Paladina*. Nada mais que a primeira revista escrita e redigida por mulheres na Bahia, cujo público era intencionalmente o feminino.¹⁹³ O periódico que surgiu da iniciativa de um grupo de mulheres católicas, integrantes da Liga Católica das Senhoras Baianas, objetivava com a fundação da revista, segundo palavras de suas próprias redatoras, “propagar idéas moralizadoras e conhecimentos uteis, [...] por isso de grande auxilio às mães de familia na tarefa de educar seus filhos”.¹⁹⁴ Continuou neste intuito, publicando-se mensalmente, até o ano de 1917 quando sem explicação a publicação foi interrompida.

Dentro do limite de 32 páginas, a revista de tamanho de aproximadamente 22x16 cm, continha seções sobre literatura, educação, ciências, artes, seção noticiosa, crônica de moda e pequenas notas recreativas. Comportava, portanto, as temáticas tradicionais associadas aos primeiros periódicos femininos brasileiros, que no dizer de Buitoni “é continente para tudo que se relacione com mulher e/ou família”.¹⁹⁵

¹⁹³ Apesar de a revista indicar como local de publicação a Bahia, cabe esclarecer que se trata especificamente da cidade de Salvador. Tal generalização pode ser entendida por ter sido comum à época a identificação da capital como cidade da Bahia.

¹⁹⁴ *A Paladina*. Bahia, anno I, n.º. 1, jan. 1910.

¹⁹⁵ BUITONI, op. cit., p. 10-11.

Sob direção do abade do Mosteiro de São Bento D. Majolo de Caigny, *A Paladina* teve seu primeiro número impresso na Imprensa Nova de Tosta & C., situada à Rua Corpo Santo, n. 57; do segundo exemplar ao número 7 de 1911 foi impressa na oficina tipográfica do Liceu Salesiano conhecida por Escola Typ. Salesiana e daí por diante, na Typ. Benedictina, pertencente ao Mosteiro.¹⁹⁶

Durante todo o período em que circulou, *A Paladina do Lar* poderia ser adquirida pagando-se pela assinatura anual ou semestral e, ainda, comprando o número avulso. Havia uma diferença sutil em relação aos valores referentes às assinaturas para dentro e fora do estado da Bahia, cobrando-se para o estado os valores de 5\$000 réis para o ano, 3\$000 réis o semestre e 500 réis o avulso; ao passo que para outros estados os valores aumentavam respectivamente para 6\$000, 4\$000 e 600 réis. Os preços mantiveram-se inalterados até o último ano da publicação tendo um único acréscimo a partir do número 7 de 1911 na venda avulsa para outros estados, que passou a custar 700 réis.

No verso da capa, a revista trazia além das informações sobre as condições de assinatura, outras de útil interesse para os assinantes. Assim, quem quisesse enviar correspondências deveriam endereçá-las para a secretária da *Paladina* D. Maria Elisa Valente Moniz de Aragão, à Rua de S. Pedro, n. 36, Bahia; para remeter o valor das assinaturas deveriam dirigir-se à tesoureira D. Rita de Athayde Cunha, à Rua Senador Nabuco, n. 10; por outro lado, quem tivesse interesse em publicar anúncios de colégios, casas comerciais e modistas poderiam procurar o proprietário da Livraria Queirolo, o Senhor Coronel Augusto Cardoso da Cunha, na Cidade Baixa. A revista recebia colaboração para as seções literárias, científicas e recreativas, desde que dentro do seu programa moral; ademais se dispunha a permuta com outros periódicos brasileiros.

A revista não menciona a tiragem, mas algumas informações retiradas do próprio periódico provam que ela alcançou uma circulação que transcendeu as barreiras do estado. No seu relatório do ano de 1910, publicado no número 3 de 1911, a secretária registrou aquela que seria a única informação referente ao número de assinantes. Segundo Maria Elisa Valente Moniz de Aragão, naquele momento a publicação contava 751 assinaturas, estando em primeiro plano, logo após o estado da Bahia, o do Ceará. Maria Elisa agradeceu, então, a

¹⁹⁶ O Mosteiro da Ordem Beneditina seguia a Regra de São Bento e das Constituições. Em 1909, D. Majolo João Pedro de Caigny, abade do Mosteiro à época, fundou e instalou uma tipografia na antiga portaria do Mosteiro. A Tipografia Beneditina, onde a referida revista passou a ser publicada, foi o grande prêmio que os religiosos de São Bento deram ao povo da Bahia, no que tange à propagação dos evangelhos e da memória da cidade. Encerrou suas atividades no ano de 1981. Ver: ROCHA, Dom Paulo; AMOROSO, D. Timóteo; VALLADARES, Clarival; REGO, Walddoir. *400 anos do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: Mosteiro de São Bento da Bahia. Construtora Odebrecht S. A, 1982.

solicitude e benevolência do bispo D. Manoel d'Oliveira Lopes por ter angariado 80 assinantes deste estado para a *Paladina*. Mais tarde, no primeiro número de 1913, a secretária mencionou no seu relatório o vago número de “seiscentos e tantos” assinantes, o que mostra que o número deles tinha diminuído, embora reafirmasse que permanecia, como nos anos anteriores, no mais perfeito equilíbrio financeiro.

Algumas inferências a partir da leitura da revista indicam que ela teve circulação ampla, tanto dentro quanto fora do estado. A partir das colunas *Noticias e Notas* e *Recebemos e Agradecemos* encontramos indícios de que *A Paladina* circulou amplamente pelo interior – e não somente no Recôncavo – como, por exemplo, nas cidades de Caetité, sertão da Bahia, onde também se fundou uma Liga de Senhoras Católicas, Feira de Santana, Alagoinhas, Santo Amaro, Cachoeira e Inhatá. Algumas leitoras destas localidades participaram interativamente enviando informações, particularmente, sobre os eventos religiosos aí realizados, além de remeter jornais católicos estrangeiros e nacionais; o que prova a participação efetiva das mulheres no atendimento aos propósitos da revista.

O periódico chegou a circular em cidades de outros estados como em Uberaba – Minas Gerais, Niterói – Rio de Janeiro, Bragança – São Paulo, Recife – Pernambuco, Manaus – Amazonas, Fortaleza – Ceará e outras. *A Paladina* manteve contato com órgãos estrangeiros como os da Liga da França, Uruguai e Espanha, ligação que mostra o alcance da revista baiana fora da cidade de Salvador.

Toda essa movimentação indica que ocorreu com *A Paladina do Lar* aquilo que Zahidé Muzart chamou de rede de *sororidade*, segundo ela, muito comum nos periódicos femininos do século XIX e início do XX, que congregava mulheres de norte a sul. A permuta entre os jornais colaborou para fortalecer essa rede e, nesse caso, em particular, a imprensa católica. Amélia Rodrigues, primeira redatora-chefe da revista, teve livre trânsito nesta categoria atuando fortemente na imprensa religiosa carioca no período em que esteve no Rio de Janeiro. *Sororidade*, então, é entendida aqui como “expressões de solidariedade unindo escritoras/leitoras”, definição de Maria Nilda Pessoa, o que contribuiu para dar grande impulso ao desenvolvimento da nascente imprensa feminina.¹⁹⁷

Como já afirmado, *A Paladina* surgiu em meio a um processo de transformações na imprensa, momento de desenvolvimento industrial, cujas conseqüências levaram, entre outras

¹⁹⁷ MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na Imprensa das Mulheres no século XIX”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(1): 225-233, jan./jun., 2003, p. 231. PESSOA, Maria Nilda. “O Bordado das Relações Jornal/ Leitoras ou a Rede de Sororidade”. In: SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos et. al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995, p. 92-93.

coisas, à alteração do parque gráfico. Por isso, encontramos na *Paladina* o uso recorrente de gravuras e imagens, com destaque especial para as fotos. As cores também foram usadas pela revista, que, apesar dos textos em preto e branco, estiveram presentes nos detalhes que ornavam a capa, a contracapa e algumas poesias. Aliás, a preocupação com a parte artística da revista pode ser notada nos esforços empreendidos com vistas a aumentar seus rendimentos para melhoramento da parte material.

A capa da revista, de maneira geral, era composta por um sumário e outras informações gerais ornada com uma borda clássica, constituída por flores e folhas, variando apenas o tipo da flor e o tom de seu colorido. No entanto, cabe ressaltar a imagem presente na capa dos números nove do ano de 1910 ao doze de 1911, pois são as que mais destoam dos outros exemplares. Nela aparece o desenho de uma mulher vestida de branco, assemelhando-se às vestes romanas, simbolizando a pureza e virgindade feminina, com asas de anjo, pairando sobre o planeta sobre o qual ela parece semear pétalas de flores. Sob seus pés aparece a palavra *Pax*, sob o desenho representativo da terra e no sol, acima de sua cabeça, a palavra *Veritas*. (Figura 1)

Segundo a secretária da revista o desenho foi ofertado à *Paladina* pelo pintor católico e baiano Sr. Prof. Manoel Lopes Rodrigues. Para Maria Elisa a paz e a verdade eram como divisas, asas protetoras em torno da revista, necessárias para a manutenção e prosperidade das boas obras; e, apesar da supressão deste lema do frontispício, este continuaria sendo o espírito da revista.

FIGURA 1: Capa da *Paladina*Revista *Paladina*, ano II, n. 10, outubro de 1911.

O desenho parece condizente com a proposta da revista que é reafirmada no próprio título. A figura da mulher com asas, vestindo branco, rodeada por elementos delicados como as flores, transparece uma imagem de pureza coerente com o estereótipo que ela queria imprimir: uma mulher pura, abnegada à família e verdadeira *paladina* para o bem desta e da sociedade.

Paladino, segundo o *Grande Dicionário Etimológico – Prosódico da Língua Portuguesa*, era um adjetivo que designava os famosos Doze Pares de França, os componentes do séquito de Carlos Magno. Posteriormente, passou a protótipo do cavaleiro destemido, leal, defensor das causas justas. Contemporaneamente, é usado apenas com o significado de defensor de uma causa, o propugnador de nobres idéias.¹⁹⁸ Desta forma, as redatoras devem ter adotado o nome usando-o no feminino, embora não exista neste gênero, com a mesma acepção: guerreiras e defensoras da fé, contra os infiéis, pela conservação da família e dos costumes.

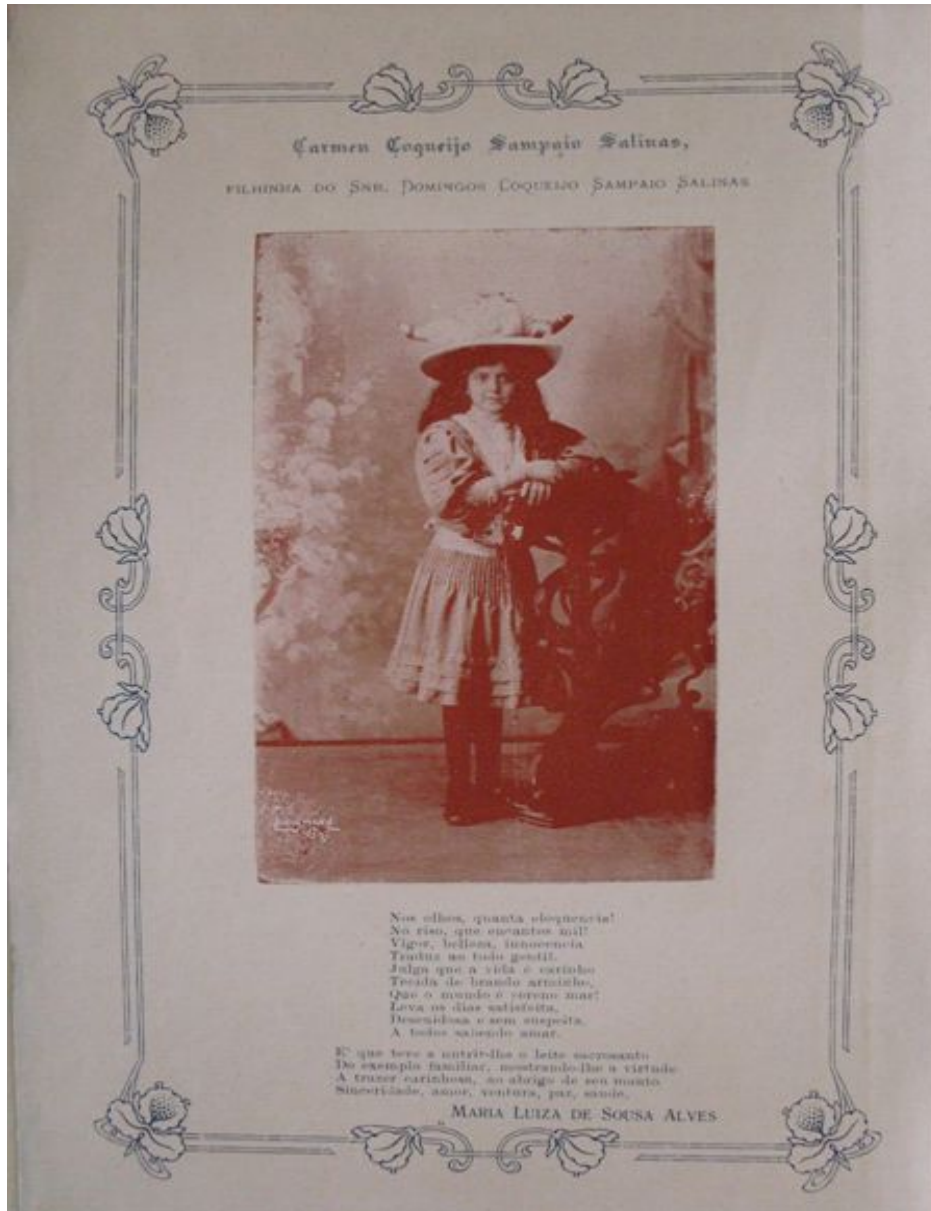
Nas palavras da própria Amélia Rodrigues as mulheres da Liga Católica das Senhoras Baianas haviam sido chamadas para a Guerra Santa,¹⁹⁹ pois a Igreja Católica vinha perdendo os fiéis e a sociedade se laicizando em virtude da sua separação com o Estado. Neste sentido, a mulher tornou-se uma aliada na luta contra os infiéis que ameaçavam a influência do catolicismo na vida social, portanto, *paladinas* (cavaleiras) na luta pela preservação da fé e moral católicas.

A contracapa da revista lançou mão do novo recurso gráfico, naquele momento ainda em desenvolvimento: a fotografia. Em geral, esta folha foi composta pelo retrato dos filhos de alguém atuante na sociedade, identificados somente pelo nome paterno, o qual vinha acima da imagem, muitas vezes, destacando-se sua profissão. Abaixo da foto as redatoras escreviam alguns versos dedicados às crianças. (Figura 2)

¹⁹⁸ SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Grande Dicionário Etimológico – Prosódico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1966, vol VI.

¹⁹⁹ *Paladina*. Bahia, anno I, n. 5, mai. 1910.

FIGURA 2: Contracapa d'A *Paladina*



Revista Paladina, ano II, n. 2, fevereiro de 1911.

Ao ocultar o nome das mães, inversamente, dando menção apenas ao elemento masculino, mesmo em casos em que ele já fosse falecido, a revista traduziu, desta maneira, um pouco do seu espírito conservador. Além de ter sido uma atitude bastante contraditória, pois por ser uma publicação destinada ao público feminino, que tanto valorizou o papel de mãe e o exercício da maternidade e, portanto, deveria dispensar-lhe um espaço e atenção

especial, o que se vê nesta página é justamente o contrário: mais uma vez, a preponderância do homem sobre a mulher.

O periódico publicou seções permanentes tais como os artigos de fundo, chamados de editoriais, geralmente, escritos pela redatora-chefe, poesias, romances ou contos, passatempos e piadas, curiosidades históricas, colunas sobre música, moda e ciência e uma seção noticiosa denominada *Noticias e Notas*. Havia ainda alguns artigos sobre assuntos específicos publicados com certa descontinuidade, como por exemplo, as traduções católicas.

Os anúncios fechavam a revista, por meio dos quais davam publicidade aos institutos de educação, em regime de internato e externato (em particular, para meninas), cuja diretora de um deles era a própria Amélia Rodrigues, que dirigia o Instituto Maria Auxiliadora, livrarias, inclusive do Rio de Janeiro, com ênfase para as religiosas, lojas de fotografia e artigos religiosos, e propaganda dos serviços do Dr. Egas Moniz, especialista em moléstias de pele. Percebe-se que os anunciantes mantinham algum tipo de relação com a revista como é o caso da redatora-chefe Amélia Rodrigues, do Dr. Egas que publicou algumas poesias no periódico e do proprietário da Livraria Queirolo que, ao mesmo tempo em que anunciava sua livraria, era quem tratava das condições de publicação com os interessados em publicar anúncios.

Até aqui analisamos os aspectos físicos e visuais da revista, que no dizer de Chartier produzem efeitos nas condições de recepção e compreensão do leitor,²⁰⁰ a partir de então se faz necessário conhecer os sujeitos representativos e constitutivos desta imprensa, para, assim, entender o tom de seu discurso. Inicialmente a direção do periódico esteve a cargo do abade do Mosteiro de São Bento, D. Majolo de Caigny, o qual serviu como assistente eclesiástico até o número 6 de 1915; daí em diante até o número 12 do mesmo ano apenas menciona-se “com aprovação eclesiástica” sem especificar algum nome; os exemplares dos anos de 1916 e 1917 nada mencionam sobre algum tipo de assistência eclesiástica. O abade deve ter deixado a direção da revista em virtude de sua transferência para o templo beneditino de Trindade, nas Antilhas, em 1915, o que foi muito lamentado pelas colaboradoras.

Ressaltamos a importância desta revista por ter sido a primeira a ser escrita por e para mulheres da Bahia. No entanto, ela apresenta algumas limitações que justificam seu teor conservador como o fato de, além de ter sido uma publicação católica, ter tido inicialmente a direção de um abade, o que comprova que ela passou pelo crivo do elemento masculino antes de ser publicada. Portanto, diante disso, não devemos exagerar quanto ao nível de

²⁰⁰ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Unb, 1999.

independência dessas mulheres na publicação da revista, o que explica muitas vezes o posicionamento delas em alguns artigos diante de determinados assuntos, em especial, aqueles ligados ao pressuposto mundo feminino.

Em contrapartida, ainda assim a iniciativa dessas mulheres foi válida tanto por ter contribuído para o desenvolvimento desse tipo de imprensa quanto por ter aberto espaço às mulheres escritoras para publicar seus textos. Além do mais, mesmo que marcado pelo conservadorismo, ao tornar pública a discussão das questões vividas pela mulher até então no âmbito privado, a imprensa feminina deu grande impulso para o questionamento daquela ordem vigente, que a tratava como ser inferior e, finalmente, contribuiu para a modificação dessa realidade ao contestar seu papel na sociedade.

As colaboradoras d'A *Paladina* se bem que católicas, antes de tudo, também foram mulheres que discutiram questões, por assim dizer, femininas enfrentadas por elas mesmas, como a limitação de sua educação. Elas constituem o principal elemento contraditório da revista, uma vez que, ao tempo em que defendiam certa liberdade para a mulher, a colocava, novamente, em seu restrito papel de mãe e esposa, o que mostra o quanto a influência católica estava arraigada na mentalidade da época.

Durante os oito anos em que circulou, a revista teve duas redatoras-chefe. A primeira, Amélia Rodrigues, esteve à frente d'A *Paladina* de janeiro de 1910 até janeiro de 1912, quando sem explicação afastou-se e assumiu em seu lugar Maria Luiza de Sousa Alves, que permaneceu até o fim da publicação. Oliveira acredita ter havido dissidências entre as duas, pois após sua saída Amélia Rodrigues não publicou mais nenhum artigo n'A *Paladina* e, além disso, Maria Luiza modificou não só o título, para *A Paladina do Lar*, como o próprio teor do periódico. Um ano depois, Amélia Rodrigues fundou outro periódico, também de orientação católica, *A Voz da Liga Católica das Senhoras Baianas*, mais tarde somente *A Voz*, que se apresentou como o verdadeiro representante da Liga e circulou até o ano de 1920.²⁰¹

Amélia Rodrigues, escritora e educadora conhecida, nasceu no dia 26 de maio de 1861, na Fazenda Oliveira dos Campinhos, município de Santo Amaro, Recôncavo baiano. Teve seus talentos revelados muito cedo com auxílio dos ensinamentos do seu primoroso guia o Cônego Alexandrino do Prado. Aos 19 anos, a imprensa baiana já havia publicado alguns de seus trabalhos, a exemplo de *Filenila*. Habilitou-se para o exercício do magistério no colégio mantido pela senhora D. Cândida Alvarez dos Santos, pois naquela época não havia obrigatoriedade do Curso Normal. Destacou-se com obras em várias áreas da literatura, teatro,

²⁰¹ OLIVEIRA, op. cit., p. 41-42.

poesia e livros para o público infanto-juvenil e adulto; também participou de muitas associações religiosas como a Associação das Damas de Maria Auxiliadora, Oblatas de São Bento e a Liga Católica das Senhoras Baianas, da qual foi presidente. No ano de 1918 mudou-se para o Rio de Janeiro, fundando em 1919 uma agremiação feminista, denominada Aliança Feminina, período em que teve forte atuação na imprensa católica. Amélia Rodrigues faleceu em 1926 em Salvador sem honras nem recursos.²⁰²

A outra criadora da revista, Maria Luiza de Sousa Alves, também se destacou na área da literatura, educação e jornalismo. Nascida em Salvador, em 27 de agosto de 1862, por falta de recursos foi educada no Colégio das Órfãs do Coração de Jesus, onde se diplomou professora, em 1861. O domínio da língua francesa permitiu que traduzisse inúmeras obras literárias. Além de professora foi diretora escolar, participando em 1890 da comissão que organizou o projeto de regimento interno das escolas primárias. Mulher de formação católica firme participou de várias instituições religiosas, muitas das quais ao lado de Amélia Rodrigues, sendo vice-presidente da Liga Católica das Senhoras Baianas. Faleceu em 28 de maio de 1945, aos 83 anos de idade.²⁰³

Afora essas duas escritoras, conhecidas inclusive fora do estado, outros nomes femininos de senhoras respeitáveis da sociedade baiana também figuraram correntemente na revista, muitos dos quais também de mulheres pertencentes à Liga. Como foi o caso de D. Maria Elisa Valente Moniz de Aragão, 2ª secretária da Liga e secretária da revista, que publicou um número significativo de artigos, em particular, na coluna *Palestras Musicas*.

Outra notória escritora baiana a deixar sua contribuição foi Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, que publicou poesia, artigos e o editorial do número 7 do ano de 1911. Distinta escritora baiana, Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, destacou-se pela escrita em prosa e verso. Além dos inúmeros romances escreveu, também, artigos e poemas que foram publicados em vários periódicos de Salvador, como o *Diário da Bahia*, onde publicou, em 1921, o romance *Abigail* em forma de folhetim e, ainda, em outros fora da cidade, exemplo do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, de Lisboa.²⁰⁴

Anna Ribeiro nasceu em Itapicuru, a 31 de janeiro de 1843, dentro de tradicional família rural, e viveu em Catu até seu casamento em 1865. Após a morte de seu marido,

²⁰² PASSOS, Elizete. *Amélia Rodrigues (1861–1926)*. Salvador: EDUFBA/FACED, 2005, p. 13-30.

²⁰³ *Dicionário de Autores Baianos*. Salvador: SEC/BA, 2006.

²⁰⁴ CARVALHO FILHO, Aloysio de. “Jornalismo na Bahia: 1875-1960”. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005, p. 61 e p. 72, nota 8.

mudou-se para Salvador, em 1909, onde passou a residir com seus filhos. Nesta cidade veio a falecer em 31 de dezembro de 1930, aos 87 anos de idade.²⁰⁵

A revista deu lugar tanto a escritoras que já vinham escrevendo em jornais, quanto para as iniciantes, que, segundo Ívia Alves, eram mulheres da classe média que já exerciam uma profissão, em geral de professoras. Para esta pesquisadora, escritoras de “outras regiões do interior do estado, filhas de fazendeiros, afluíram a Salvador a fim de completar seus estudos no Instituto Normal, trazendo ou sendo renovadas por uma mentalidade mais ventilada”.²⁰⁶

Desta forma, foram estas mulheres que se inseriram na luta pelo voto feminino ou como Eufrosina Miranda, poeta que publicou inúmeras poesias n’*A Paladina*, trabalharam no ensino médio.²⁰⁷ Eufrosina Amélia de Miranda nasceu em Minas do Rio das Contas em 1880 e, logo, mudou-se para Feira de Santana. Ao instalar-se nesta cidade estudou ao lado de suas irmãs num colégio particular montado pela família. Seguindo a carreira dos pais, Eufrosina se formou em Magistério, pelo Instituto Normal da Bahia. Passou a lecionar nesta instituição ao mesmo tempo em que desenvolvia sua vida literária. Conviveu com os poetas de sua geração como Affonso Costa, Altamirando Requião, Luiz de Salles, Deraldo Neville, Sílio Bocanera e Anísio Melhor. Foi sócia do Ateneu Moniz Barreto e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Sua produção encontra-se dispersa em vários periódicos, entre eles, *A Paladina*. Entre suas obras destaca-se Efluvios: primeiros poemas, cuja segunda edição teve prefácio de Pethion de Villar e Bento Murilla.²⁰⁸

Entretanto nem todas as colaboradoras podem ter traçada algumas linhas sobre suas origens como essas mais conhecidas, isso porque a grande maioria delas foi de escritoras desconhecidas, que no mais das vezes, quando não assinaram somente com as iniciais, usaram pseudônimos, recurso muito utilizado por aquelas que temiam se expor por meio das letras, atividade considerada inadequada para a mulher.

Neste sentido, podemos destacar os nomes mais constantes como Cecy, que escreveu sobre modas; Ruth, em cuja coluna *Respigando* tratava de assuntos diversos sempre enfocando a instrução moral; e Dora, que também abordou o tema da moda. Estava, ainda, entre as missões da revista, afirmada por ela própria, a formação das mães para melhor

²⁰⁵ *Dicionário de Autores Baianos*, op. cit. Ver também: ALVES, Lizir Arcanjo. *Mulheres Escritoras na Bahia: as poetisas, 1822-1918*. Salvador: Etera Projetos Editoriais, 1999 e FONTES, Nancy Rita Vieira. *A Bela Esquecida das Letras Baianas: a obra de Anna Ribeiro*. Salvador: UFBA, 1998. (dissertação de mestrado)

²⁰⁶ ALVES, Ívia. “Os difíceis caminhos percorridos pelas escritoras baianas (1880-1950): mapeamento e temáticas”. In: BRANDÃO, Izabel (org.). *A mulher na literatura*, v. VIII, ANPOLL, 2000, p. 75.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ *Dicionário de Autores Baianos*, op. cit.

educarem seus filhos. Num momento de transformações urbanas, que levaram inclusive a modificações nas mentalidades, fazia-se preciso que as mulheres fossem orientadas para não faltarem com seus papéis tradicionais.

As meninas também foram incluídas entre o público d'A *Paladina*, afinal era preciso educá-las desde cedo dentro dos princípios tradicionais e cristãos. Desta maneira, figuraram nomes de meninas que colaboraram com traduções para a revista, como Annita Mariani Bittencourt, Laura Coqueijo S. Salinas, Maria Mercedes Gomes Passo, Helena Costa, “constante leitorazinha”, que publicou um trabalho literário e Lina de Villar, pseudônimo de Evangelina Moniz de Aragão de Goes Araújo. Esta última era filha do Dr. Egas Moniz Barreto de Aragão, o Pethion de Villar, e de D. Maria Elisa de Lacerda Moniz de Aragão, ambos colaboradores da revista. A menina recebeu educação esmerada, uma vez que cresceu em meio a intelectualidade local, em virtude de seu pai ser um escritor conhecido, além da *Paladina* colaborou também para a *Noel*.²⁰⁹ As colaboradoras da *Paladina do Lar* faziam votos para que as meninas continuassem nos esforços das lides da imprensa e, assim, dessem continuação ao trabalho promovido pela revista.

A escrita, assim como a imprensa, era um espaço notadamente masculino, portanto negado às mulheres. Daí elas terem recorrido a estratégias para publicar, mesmo sabendo que enfrentariam a crítica mordaz por parte dos homens e da sociedade. O meio encontrado por muitas delas foi recorrer ao aval do pai, irmão ou marido, ou ainda de um ou de um grupo de poetas ou críticos, que, segundo Alves, foi o caso de Eufrosina Miranda.²¹⁰ Essa atitude passa pela idéia da necessidade de aceitação que, como afirma Elizabeth Siqueira, levava a maior parte destes jornais, embora destinados a um público feminino específico, à “busca da convivência masculina aos propósitos empreendidos ou à aceitação da sociedade de maneira geral”.²¹¹

A via encontrada pela *Paladina do Lar* foi recorrer à proteção da Igreja Católica, que inspirava respeitabilidade às escritoras livrando-as das maledicências. Entretanto, como já comentado, a estreita ligação religiosa impunha limitações aos textos, uma vez que eles deveriam estar de acordo com a moral e conveniência católicas. Do mesmo modo, a revista também contou com um grande número de textos de autoria masculina, que contribuiu ainda mais para a credibilidade do periódico.

²⁰⁹ ALVES, Ívia. “Biografia e Trajetória Literária. Lina de Vilar (1897-1927)”. Disponível em: <http://www.escriptorasbaianas.ufba.br/>, acesso em 28/12/2009.

²¹⁰ ALVES, op. cit., p. 76.

²¹¹ SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos. “Dos alfinetes aos ideais”. In: _____ et. al. op. cit, p. 49.

Os homens estiveram muito presentes n'A *Paladina*, em particular, publicando poesias. Suas opiniões, muitas vezes, foram expressas em artigos de cunho religioso e concordavam com o conteúdo geral da revista, cujo princípio era orientar o comportamento da mulher para a nova sociedade. Eram-lhe dadas noções de higiene para melhor cuidar da casa e garantir a saúde da família, como fez o Dr. Egas Moniz Barreto de Aragão no número inaugural da revista. Este médico se destacou, também, por suas poesias, tendo publicado poemas sob o pseudônimo Pethion de Villar. Médico ilustre, nasceu em Salvador a 4 de setembro de 1870, onde diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi membro de várias instituições científicas, como indicava a própria *Paladina*, participou da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, da Sociedade de Medicina de Paris e do Instituto Real de Coimbra.

Pethion de Villar colaborou em inúmeras revistas, a exemplo dos *Anais da Bahia*, *Simbolistas* e *Cultura Alemã* publicadas, respectivamente, no Rio de Janeiro, Paraná e Bahia, além de ter exercido o cargo de redator-chefe do *Gazeta Acadêmica* – III (1891-1892), publicação da Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1900, publicou a *Suprema Epopéia*, síntese lírica em três contos. Após sua morte suas poesias foram publicadas em Lisboa com prefácio de Eugênio de Castro. Dr. Egas morreu em 1924, em Salvador.²¹²

Evidentemente, tendo em vista *A Paladina do Lar* ser uma representante da imprensa católica, era de se esperar a presença de religiosos entre os seus colaboradores. Entre eles destacou-se o próprio diretor do periódico D. Majolo de Caigny, que além de publicar artigos, também usou o espaço da revista para lutar a favor da fé. O abade dedicou um número especial, em setembro de 1912, para protestar contra um projeto do governo de demolir o Mosteiro de São Bento e construir em seu lugar um teatro. Ainda em 1912, em artigo publicado em julho, D. Majolo reclamou contra dois jornais vespertinos da Bahia, embora não cite seus nomes, pelo fato destes não terem publicado um pedido de retificação a uma nota impressa que versava sobre um Curato, que, segundo o prelado, dava margem a interpretações errôneas. Os jornais não publicaram sua carta e o eclesiástico, então, aproveitou a ocasião para esclarecer não só este fato, como alertar aos fiéis contra a falta de criteriosidade em relação às notícias religiosas publicadas pela imprensa dita mundana.

Outro religioso que merece atenção é o Mons. Z. Luz, que publicou uma série de artigos intitulados *Mães Christans* nos quais versou sobre a educação cristã. O eclesiástico enfatizou a importância das mães na educação de seus filhos e a necessidade delas serem

²¹² Ver: *Dicionário de Autores Baianos*, op. cit. e SOUZA, Antônio Loureiro de. "Apontamentos para a história da Imprensa na Bahia". In: TAVARES, op. cit., p. 84 e p. 94.

católicas, pois isso é que garantiria sua dignidade. Segundo Luz quando não cristão o sentimento maternal degenera em egoísmo, daí ser preciso que ele se harmonize com o espírito de Deus. Esses artigos são muito significativos para a formação do perfil da boa mãe, um dos papéis atribuídos à mulher nessa época, enfatizado pela *Paladina*.

Mantendo essa linha religiosa, embora não propriamente um religioso, o autor Neves Costa também teve participação expressiva. Nome muito frequente n’*A Paladina*, este autor, em geral, escrevia colunas de fundo moral. Por meio de personagens da Sagrada Família ou sob a metáfora de fatos bíblicos seus textos procuravam imprimir nas leitoras exemplos edificantes que deveriam ser seguidos por todos da sociedade. Por vezes dissertava também sobre fatos históricos, ressaltando a exaltação à pátria. Neves Costa traduziu, ainda, o romance *A scentelha* (originalmente *L’Etincelle*) da francesa M. Delly.²¹³

A *Paladina* também transcreveu pensamentos e versos de escritores reconhecidos como Victor Hugo, Camilo Castelo Branco, Cassimiro de Abreu, Machado de Assis, Rousseau, Platão e Sêneca, para citar os mais afamados. Em determinados artigos, as colaboradoras citavam nomes de autores conhecidos, o que ajudava a dar credibilidade ao texto; por outro lado, esta atitude demonstra que elas tiveram uma educação mais diversificada, a qual incluía a leitura de clássicos. Maria Luiza de Sousa Alves escreveu, numa série de artigos, sobre educação e citou um vasto número de pensadores notáveis à época, dentre alguns Fenelon, Foussagrives, Gustave Le Bon, Jules Simon, Locke, Montaigne e Spencer.

Assim, mulheres e homens de nomes ilustres ou simplesmente desconhecidos ajudaram a compor *A Paladina*. Todos eles, em que pese algumas divergências de opiniões, trouxeram o mesmo tom à revista, em conformidade com os princípios católicos. Não é à toa que os contos e historietas, incluindo os folhetins, e, em geral, as colunas e artigos da revista incentivaram a prática da caridade, a humildade e ajuda aos mais necessitados e, principalmente, a obediência aos ditames da fé, enfocando sempre a importância do dever cristão, em especial o das mães, cujo comportamento era crucial para a felicidade das suas famílias.

²¹³ Este romance conta a história de uma avó que criava sua neta com rigorosa disciplina. A senhora, depois de ter perdido seus filhos, achava que havia sido uma mãe ruim por ter feito todas as suas vontades e, após a morte deles, sentia-se arrependida. Por isso, com sua neta adotara uma postura diferente: preparava-a para ser uma boa dona-de-casa, porém minava a sua imaginação não lhe dando espaço para distrações. A imaginação segundo a narrativa era a *scentelha* que Deus havia concedido aos homens na terra e a menina estava sendo criada sem a sua. Ela passava os dias trabalhando sem lazer até que um dia encontrou amigos que lhe questionaram sobre sua falta de sentimentos, em virtude de sua criação opressora. Infelizmente, com a interrupção da publicação da *Paladina do Lar* em 1917, não pudemos conhecer o enlace final da narrativa. Este romance foi publicado do número 5 ao número 12 do ano de 1917.

3.2 Imprensa e Religião

A proclamação da República em 1889 trouxe mudanças não só do regime político, mas, também, das esferas econômicas, sociais e culturais. Para o progresso era necessária a profusão de ideias menos conservadoras como, por exemplo, a mentalidade da Igreja Católica que atravancava o desenvolvimento por pregar uma organização da sociedade fundamentada no direito divino, sendo a Igreja Católica sua legítima representante.

A mudança de regime instituiu um Estado laico, regido por regras próprias, sem ligação com nenhuma Igreja. As idéias positivistas e liberais que apoiaram o movimento republicano tentaram neutralizar a influência católica há muito enfronhada no poder. Assim deu-se a separação entre Igreja e Estado, deixando as relações instáveis entre ambas. Desde o período colonial a Igreja esteve ligada ao Estado brasileiro pelo padroado. O regime foi criado pelas monarquias ibéricas, a partir do século XVII, e transplantado para o Brasil colonial, sendo, posteriormente, incorporado à Constituição de 1824. O objetivo consistia em estabelecer alianças entre os reis e a Igreja, por meio de concessões a esta em troca do seu controle pela Coroa.²¹⁴

Desta forma, a Igreja Católica organizou-se, em todas as questões eclesiásticas, sob subordinação direta ao rei de Portugal e, depois, ao Imperador do Brasil de modo que dependia disso o seu funcionamento. Porém, essa relação foi se deteriorando e a insatisfação de ambos os lados fez com que a separação fosse então almejada. De um lado, o padroado era acusado de esvaziar as funções episcopais; por outro, o Estado não via com bons olhos o poder que a Igreja detinha sobre a população, exercendo uma espécie de autoridade não oficial. O rompimento ocorreu, embora não como a Igreja esperava, pois mesmo que a República tenha posto fim ao Padroado, a separação igualava o catolicismo às seitas protestantes minoritárias.²¹⁵

A Igreja promoveu seu progressivo afastamento do Estado ao aproximar-se, cada vez mais, do ultramontanismo, movimento composto pela hierarquia católica, que jurava fidelidade a Roma, localizada além dos Alpes – daí ultramontano – e propunha reestruturar e

²¹⁴ SOUSA, Alina Silva. *A Família na República: imprensa e casamento civil em São Luís na década de 1890*. São Paulo: USP, 2007, p. 125. (dissertação de mestrado)

²¹⁵ MOURA, Sérgio Lobo e ALMEIDA, José Maria Gouvêa. “A Igreja na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, tomo III, v. 2, p. 325.

verticalizar o poder da Igreja em torno da figura do Papa com o mesmo vigor ocorrido quando da Reforma Tridentina no século XVI.²¹⁶ A aproximação com o Papa dependia tanto da libertação da Igreja em relação ao trono, que impedia sua expansão e vinculação aos princípios da Cúria, quanto da reorganização interna, como a purificação das práticas religiosas e disciplina do clero e das ordens religiosas, para, assim, fortalecer-se enquanto instituição.

Segundo Alina Sousa, no Brasil, essa reforma se deu de maneira lenta e complexa, atingindo várias áreas. Para ela, a

introdução do ultramontanismo enquanto doutrina em voga na Europa colocou a Igreja no mesmo patamar das elites reformistas e ilustradas [...] a Igreja conservadora acompanhou o processo de modernização e europeização ocorrido no final do Brasil Imperial, com o intuito de transformar o catolicismo tradicional, em catolicismo renovado.²¹⁷

O projeto reformista estava, pois, ligado aos acontecimentos da Europa, aonde o ideário liberal vinha se expandindo e havia atingido o Brasil. Ao se dar conta de que o ideário cristão estava sendo ameaçado pelo movimento liberal, que, cada vez mais, se impunha no funcionamento do Estado brasileiro a Igreja viu que tal aliança já não mais convinha e reagiu; uma de suas ações para conter esse avanço foi a disseminação das ideias do Papado pelo mundo: o objetivo era recristianizar a sociedade.

As idéias de liberdade e igualdade provindas do liberalismo ameaçavam a ordem do direito divino. Por isso, o ultramontanismo colocava-se não só a favor do Papa como contra qualquer coisa que fosse considerada como ameaça à sociedade. Portanto, o papado tornou-se o centro de reação contra o avanço liberal e os perigos que ameaçavam o que a Igreja considerava como a ordem natural das coisas, cuja religião católica seria a única aceita.

No Brasil, as atitudes ultramontanas desembocaram no que a historiografia denominou por “Questão dos Bispos”. Em 1870 foi reconhecido o dogma da infabilidade papal, que o dava autoridade incontestável. A partir daí os bispos brasileiros iniciaram uma busca pela recuperação da autonomia da Instituição, alinhando-se ao movimento em direção a Roma, conhecido por romanização.²¹⁸

Em 1872-73 ocorreu a Questão Religiosa, considerada como o ápice do movimento de reforma que pretendia o fim do padroado, uma vez que este transformava o clero numa

²¹⁶ SOUSA, op. cit., p. 118. A Reforma ocorrida no século XVI também procurou conter a ruptura ocorrida em Roma pela ameaça do protestantismo. O Concílio de Trento (1545-1563) estabeleceu pontos fundamentais para a reestruturação da Igreja que passaram a ser seguidos daí por diante pela cristandade romana.

²¹⁷ Idem, p. 116-117.

²¹⁸ Idem, p. 124.

espécie de funcionalismo público e permitia a interferência do governo nos negócios da Igreja.²¹⁹ Os bispos que compuseram este episódio foram D. Vital e D. Macedo, os quais tornaram público o projeto da Igreja, que vinha ocorrendo sob cautela, pois apesar desta desejar o rompimento com o Estado, sua efetivação poderia causar danos maiores como a descristianização da sociedade.

A atitude dos bispos mostrou a força do movimento ultramontano e revelou o desejo da Igreja de reforma e a insatisfação desta em relação à ligação com o Estado. A separação, então, se deu a partir da proclamação da República pelo decreto de 9 de janeiro de 1889. A Igreja, por conseguinte, deu continuidade ao processo de romanização, embora o quadro que se configurou para ela não tenha sido vantajoso, uma vez que ela “sempre conduzira e solidamente se enraizara na vida do país”.²²⁰ Por outro lado, para conter a descristianização a Igreja reagiu em várias frentes, entre elas por meio da imprensa, considerada grande arma para a propaganda católica.

A criação de jornais católicos, como estratégia de reação, estava de acordo com a doutrina do ultramontanismo que pregava a renovação da Igreja Católica no Brasil a partir de ações como fundação de jornais “empenhados em defender os valores do catolicismo, sua atuação na sociedade, sua interferência, enfim, na formação da família”. Assim, a Igreja utilizou de um meio que ela própria condenava, pois a imprensa, como obra desse mundo, eliminava a compreensão de Deus das coisas.²²¹ Por outro lado, percebeu a influência que ela tinha na vida das pessoas, por isso era preciso reverter este instrumento a seu favor.

Segundo Sousa, o papel da imprensa perpassava uma visão maniqueísta, ou seja, o debate sobre a liberdade de imprensa era uma questão de diferenciar a boa da má, pois uma vez educativa ela deveria se colocar sempre ao lado do bem.²²² Isto mostra que a Igreja enxergava o alcance de influência que a imprensa exercia sobre as consciências humanas e, desta maneira, para contornar a situação ela classificava o jornalismo que pregava contra os princípios católicos como mau, elemento de corrupção social, e, assim, encarava sua tarefa como uma missão para

defender os princípios que concorrem para o bem da sociedade em geral e da família em particular, entendendo-se que o bem era o que estivesse de acordo com os ensinamentos da Igreja e promovesse a conciliação das classes sociais.²²³

²¹⁹ MOURA; ALMEIDA, op. cit., p. 325.

²²⁰ SOUSA, op. cit., p. 128.

²²¹ Idem, p. 148.

²²² Idem, p. 164.

²²³ Ibidem, p. 165.

Neste sentido, *A Paladina do Lar* esteve inserida nesse contexto de recuperação dos fiéis e de luta contra os males que ameaçavam degenerar a família e a sociedade. Por isso, é constante nos textos da revista a defesa pela moral e costume católicos tão ameaçados neste período, assim como pedidos de apoio à imprensa católica. *A Paladina* alertava as leitoras contra os perigos da imprensa anti-católica, em que o aperfeiçoamento das máquinas fazia brotar dilúvios de tinta venenosa.

A colaboradora Judith no texto *Urgente appello* falava sobre esta pujante arma na luta entre as doutrinas boas e más, que se travava sob forças desiguais, tendo preponderância a propaganda contrária, destruidora dos bons princípios, cujo objetivo era a descristianização. A autora incitava a população a descruzar os braços e lutar contra as forças que podem vir a corromper todo o meio social, para isso cita as palavras do pontífice, o qual clama pela ação católica para opor-se ao mau. Nas palavras do pontífice aparece a visão maniqueísta da imprensa e a força potente desta arma,

Ah! A imprensa! Ainda não se comprehende o seu alcance. Nem os seculares, nem o clero, della se occupam como devem. Ouve-se às vezes dizer a homens já de idade, que a imprensa é uma invenção nova e que também se podem dirigir as almas sem se occupar muito com os jornaes. Sim; nos tempos passados, era isso possível, mas não devemos esquecer que antigamente não estava tão disseminada a má imprensa e portanto o equilibrio entre esta e a boa imprensa não era então de uma necessidade tão absoluta como hoje.

Não basta, pois, ver como era outr'ora, mas devemos agir como exigem os tempos modernos. É um facto que o povo christão está sendo hoje em dia enganado e corrompido pelos maus jornaes. De que serve levantar egrejas, organizar missões, construir escolas? Todas as boas obras, todos os esforços dos catholicos serão improficuos uma vez que não comprehendam utilizar-se ao mesmo tempo, como devem, da imprensa catholica como arma ofensiva.²²⁴

A Paladina foi criada como órgão da Liga Católica das Senhoras Baianas. Inaugurada em 1º de novembro de 1909, a Liga foi fundada por um grupo de senhoras consideradas respeitáveis da elevada sociedade baiana, a exemplo de outras das cidades americanas e europeias. O objetivo desta associação era, segundo a presidente Amélia Rodrigues, combater a pornografia nos livros e nas artes, melhorar os costumes, a higiene moral, a orientação religiosa, que seriam introduzidas nas famílias e, daí no meio social, pela influência feminina. Apesar de reconhecer que era uma tarefa pesada para as mulheres, a quem chamou de sexo frágil, Amélia Rodrigues justificou a iniciativa com o argumento de serem elas parte constitutiva do povo escolhido por Deus, os católicos, e que a ação de alertar já era um passo para seguir o caminho do dever.

O Conselho da Liga foi composto pelos seguintes membros:

²²⁴Judith. "Urgente appello". *Paladina*. Bahia, anno I, n. 11, nov. 1910.

Diretor: D. Majolo de Caigny, abade do Mosteiro de São Bento;

Presidente: D. Amélia Rodrigues

Vice-Presidente: D. Maria Luiza de Sousa Alves

1ª Secretária: D. Cordula Spinola de Athayde

2ª Secretária: D. Maria Elisa L. Valente Moniz de Aragão

Tesoureira: D. Ritta Spinola de Atahyde Cunha

Conselheiras: D. Antonia Wanderley, Vicencia do Amaral Pedrosa, Candida Pinto Dias, Elisa Almeida, Maria da Conceição Gomes Ferrão, Maria da Piedade Junqueira e Maria Francisca Moniz de Aragão, que renunciou o cargo sendo substituída por D. Laura Macedo de Aguiar Matos, proposta pelo abade.

Entre as deliberações desse conselho destacamos a adesão à idéia do abade de incorporar todas as obras existentes em São Bento a esta associação; o envio de uma lista de assinaturas de senhoras à Câmara dos Deputados pedindo a rejeição da lei do divórcio; a criação de uma biblioteca popular; e, em particular, a aprovação dos estatutos da revista *A Paladina*. Além disso, a Liga ainda aderiu ao Centro da Boa Imprensa, criado em 1910, ao Centro da União Católica e ao Congresso da Liga Parisiense, realizado em Bruxelas.

A Liga Católica das Senhoras Baianas foi, segundo relatos da própria revista, a primeira deste gênero no Brasil. Suas obras foram iniciadas em 1909 e era ligada ao Mosteiro de São Bento e filiada à União Internacional de Mulheres Católicas, sendo o órgão oficial da Liga *A Paladina*. Em 1915, a associação passou a chamar-se Liga Católica das Senhoras Brasileiras e o periódico representativo da revista passou a ser *A Voz – Órgão da Liga Católica das Senhoras Brasileiras*.

Segundo Oliveira, ocorreram dissidências na Liga que levaram ao seu término. Posteriormente, ela foi reaberta na Catedral da Bahia, sob direção do Arcebispo da Bahia, D. Jeronymo Thomé da Silva, e todas as integrantes foram substituídas, com exceção de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt.²²⁵ Apesar das desavenças ocorridas na Liga e da ruptura com o Mosteiro, *A Paladina do Lar* continuou sob a égide dos beneditinos até o último ano de sua publicação. De acordo com Alves

os beneditinos foram a principal ordem religiosa a acolher desde os anos dez até os anos cinquenta as gerações de mulheres que estariam mais em contato com as ondas feministas. Diminuindo o ímpeto de suas declarações, eles estavam a frente e monitorando as idéias dessas escritoras diante do impacto do feminismo.²²⁶

²²⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 43.

²²⁶ ALVES, op. cit., p. 78.

Como afirmamos, anteriormente, em fevereiro de 1912 Maria Luiza de Sousa Alves assumiu a direção da revista, em virtude da saída de Amélia Rodrigues. A nova redatora acrescentou ao título *A Paladina* o complemento *do Lar*, sinalizando para uma sutil mudança do conteúdo da revista. No entanto, os esforços para a disseminação da doutrina católica assim como o apelo por incentivo à imprensa religiosa continuaram presente no discurso do periódico.

Segundo a secretária da revista Maria Elisa V. Moniz de Aragão, a idéia de fundar *A Paladina* surgiu antes mesmo da inauguração da Liga. O propósito das conselheiras era criar um órgão para a associação e, ao mesmo tempo, preencher uma lacuna no meio jornalístico desenvolvendo um tipo de leitura, literária e artística, de cunho moral. O periódico foi a primeira criação da Liga e, para a secretária, a principal, pois, por meio dele, é que se propagariam as sãs doutrinas do catolicismo. No entanto, para que tivessem êxito seria necessário o auxílio dos católicos à imprensa católica, sobre o que, para reforçar seu pedido, Maria Elisa fez referência a uma passagem da *Encyclica aos Bispos de Itália* escrita por Leão XIII:

Aos escriptos é preciso oppôr os escriptos. Que este instrumento tão poderoso para a ruína se torne poderoso para a salvação dos homens e que o remedio dimanhe da propria fonte do veneno. É dever dos christãos sustentar a bôa imprensa, quer recusando ou retirando todo o favor à má, quer concorrendo directamente para manter ou fazer prosperar a bôa, cada qual na medida das suas posses.²²⁷

A necessidade de apoio à imprensa católica por parte dos cristãos é patente na revista, haja vista as declarações das colaboradoras. Nos artigos que dissertaram sobre o assunto é comum as escritoras recorrerem à autoridade do Sumo Pontífice que é sempre citado. Como no exemplo acima, elas mencionam as palavras do Papa para incentivar a adesão dos fiéis. Afinal Leão XIII ordenou aos católicos que amparassem a imprensa católica e o Papa de então, Pio X, também não fora menos solícito para com a mesma. Deste modo, transcrições das expressões dos pontífices sobre o tema não faltaram, como no caso do Papa Pio IX que ressaltou a importância da imprensa católica e exortou os fiéis a apoiarem-na:

onde estão os auxilios prestados à imprensa? [...] se a imprensa religiosa não é animada, mantida, levantada a um grande poder que infunda respeito, não deveis estranhar que as egrejas fiquem, cada vez, mais desertas, quando não queimadas e demolidas: que as casas de caridade e as escolas sejam arrebatadas à Religião que as funda.

De todo o coração pedimos o apoio e, com maior predilecção, aos que animados do espirito de Deus, consagram a vida em publicar jornaes que diffundam e defendam a doutrina catholica.

²²⁷ Maria Elisa V. Moniz de Aragão. “Relatório da Revista”. *A Paladina*. Bahia, anno I, nº. 1, jan. 1910.

Um bom jornalista catholico vale e faz mais do que meia duzia de pregadores.²²⁸

As mulheres foram aliadas da Igreja Católica na luta pela recristianização da sociedade. Como sugere o título da revista, *Paladina*, elas agiram como tal, como cavaleiras combatentes na Guerra Santa. Neste combate os infiéis foram a desmoralização e o afastamento dos costumes católicos, por meio da propagação dos princípios do liberalismo, o qual, em particular, defendia o individualismo sobrepondo-se à sociedade, ao contrário do que pregava o catolicismo. Não é à toa que o conteúdo da revista em geral, sobretudo através dos contos e historietas e mesmo dos folhetins, demonstrava a força das ações católicas e a importância desta religião para se ter uma vida digna.

²²⁸ *A Paladina do Lar*. Bahia, anno VI, n. 7, jul. 1912.

CAPÍTULO IV

EM DEFESA DO FEMININO CRISTÃO

“[...] Quero a mulher instruída, reunindo os fulgores da instrução ás perolas da virtude. [...] Não quero que a mulher seja reduzida á condição de *coisa*, porque jamais será *escrava*. Tem funcções muito mais nobres que as do homem. [...] Cada vez mais se ergue no seu pedestal de gloria, que reúne a innocencia da *filha*, a majestade da *esposa*, a sublimidade da *mãe*. [...] Mulher! não precisas te emancipar, que não estás sob a tutela nefasta de quem domina o mundo! [...] A mulher, nascida de um pedaço do homem, é a sua melhor amiga, sua mais devotada companheira; deve desempenhar-se de funcções elevadíssimas.”²²⁹

Entender *A Paladina do Lar* inserida no contexto da imprensa católica, uma das frentes de ação do movimento de romanização, ajuda a compreender o posicionamento desta revista em relação aos temas, por assim dizer, femininos por ela tratados. Buitoni ressaltou algumas temáticas abordadas pela imprensa feminina tradicional, dentre elas: casamento, família, educação, sociedade, moda, maternidade e religião.²³⁰

A referida revista abarcou estes e muitos outros temas que são como que uma porta de entrada para adentrarmos neste universo da imprensa feminina, embora seja feita a ressalva: sob a ótica de mulheres católicas. Esta observação é importante porque deu à revista um viés conservador, o que foi responsável pela limitação de algumas de suas opiniões em relação a assuntos mais progressistas, como o feminismo.

4.1 Religião, Ciência e Família

Por ser representativa da imprensa religiosa nada mais natural que o tópico religião fosse comentado pela revista. Para *A Paladina do Lar* a religião era como que a luz para a existência dos homens na terra. Todas as benesses das quais o homem pôde desfrutar em toda a história da humanidade, segundo o periódico, decorreram da religião católica. Há de se

²²⁹ Antonio Dantas Barbosa. “Mulher instruída, Mulher emancipada”. *A Paladina do Lar*. Bahia, anno VIII, n. 2, fev. 1917.

²³⁰ BUITONI, op. cit.

ressaltar que para as colaboradoras da revista a Igreja Católica era a única via para se alcançar a salvação e, desta forma, desprezavam qualquer outra religião, entre elas a maçonaria e o candomblé, particularmente, refutadas pela revista.

O conteúdo da revista deixa transparecer essa preocupação com a formação religiosa dos leitores, em especial, as mulheres, a quem o periódico era destinado. Desta maneira, os artigos procuravam incentivar a participação mais ampla delas na prática religiosa, dando exemplos, inclusive por meio dos folhetins, que provavam a importância da fé para a vida das pessoas. Segundo a opinião d'A *Paladina* só se poderia ser feliz e alcançar a vida eterna, anseio do catolicismo, sendo partícipe da Igreja Católica. Para isso, era importante conhecer a história do cristianismo, relatada em algumas edições da revista.

O ensino religioso era de suma importância para a formação cristã da sociedade; por causa disso, os religiosos lamentavam o fato da educação ter se laicizado, o que aconteceu após a separação entre Igreja e Estado. Os adversários da religião católica, filiados a outras correntes de pensamento, como o positivismo, apontavam-na como entrave ao progresso e, por conseguinte, defendiam a ciência e o ensino leigo.

Em contrapartida, *A Paladina* reafirmava que a religião não era contrária ao progresso, nem à ciência, embora a primeira se sobrepusesse à segunda. Alguns trechos da revista ajudam a esclarecer as asserções:

[...] A religião não teme a luz, não é adversaria ao progresso social nem à instrução dos povos.

Foi ella que da velha Roma, corrompida até a medulla, fez nascer a Roma portadora da civilização universal; [...]

Ainda hoje, onde houver um cerebro que mendigue instrução, um espirito que implore a graça da liberdade, somente da plenitude de seus thesouros inexgotaveis, elles receberão uma e outra.

[...] somente a religião é capaz de operar semelhantes prodigios [...] ²³¹

[...] O progresso consiste, amaveis leitores, no aperfeiçoamento intellectual, economico, domestico, social e moral, que somente é possivel ao homem cuja consciencia reconhece os deveres que tem para Deus, para a sociedade, para comsigo.

Não julguemos que a pratica das maximas religiosas, ensinadas por Jesus Christo, seja incompativel com o alargamento dos horizontes da sciencia: grandemente avultado é o numero dos crentes que foram sabios [...]

Consenti que vos ponha tambem debaixo dos olhos, leitores meus, as phrases eloquentes e insuspeitas de Victor Hugo:

‘Creio profundamente nesse mundo melhor, aqui o declaro, e quero sinceramente, digo mais, ardentemente o ensino religioso’ [...] ²³²

²³¹ Maria Luiza de Sousa Alves. “Conferencia de D. Maria Luiza de Sousa Alves sobre a ‘Imprensa’”. *A Paladina do Lar*. Bahia, anno III, n. 11, nov. 1912.

²³² Maria Luiza de Sousa Alves. “Instrui e Educai”. *A Paladina do Lar*. Bahia, anno IV, n. 8, ago. 1913.

Desta forma, para a revista a verdadeira religião teria Deus por base, uma vez que não poderia haver incompatibilidade entre fé e razão.

A *Paladina do Lar* apresenta-se como um periódico dedicado a instruir moralmente as mães para melhor educarem seus filhos, futuros cidadãos da nação. Neste sentido, elas merecem atenção especial por serem as responsáveis por manter a harmonia dentro do lar que funciona como metáfora da pátria. De acordo com a revista a família seria como que uma pequena célula do Estado; todas as ações praticadas em um seriam correspondentes ao outro.

Esteio central do cristianismo, a família figura, por assim dizer, no primeiro plano de ação da revista. Desta forma, as mães, os “anjos do lar”, tinham o dever de orientar seus filhos e, por conseguinte, a família dentro dos princípios cristãos, pois o contrário levaria à dissolução dos costumes e a degenerescência da sociedade. Assim,

Restaurada a familia, está consequentemente restaurada a sociedade pela moral do Evangelho, pois a sociedade é um conjuncto de familias; e é na familia que se forma o futuro cidadão para a grande sociedade, nas diferentes occupações que têm de exercer, prestando, na geral harmonia, o seu concurso para a felicidade commum. Ai da Patria, ai da sociedade, si a primeira educação, a educação domestica for descurada ou formada em bases falsas!..
Grandes serão as ruinas no edificio social, si os cidadãos assim formados vierem a Constituil-o!...²³³

Neste processo, pai e mãe exerceriam papéis específicos. A mãe guiada pelo coração agiria com carinho, benevolência e devotamento; o pai, por outro lado, orientando-se pela inteligência, atuaria ao lado da razão, da justiça e do direito; deste modo, segundo a revista, somente quando ambos se encontrassem a meta seria atingida. Mais uma vez, o que se depreende desta leitura é a percepção da separação das esferas, coerente com as idéias da época: homem/razão; mulher/emoção. Podemos afirmar que, como fruto de seu tempo, *A Paladina do Lar* reproduziu tais noções que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para reforçar os estereótipos antigos, se bem que, por vezes, também ajudou a questioná-los e reformulá-los ou mesmo construir novos.

As relações entre os gêneros eram, pois, diante disso, bem demarcadas dentro desta sociedade. *A Paladina* depositou na mulher a responsabilidade pelo bem estar do Estado, uma vez que da mulher dependia a família e desta o futuro da pátria e o progresso da humanidade. Desta maneira, a mulher fazia parte de uma rede, da qual ela era o elo principal e o mais responsável.

Diga-se de passagem, esta responsabilidade, que lhe conferia tanta importância, cabe ressaltar, não ultrapassava as barreiras do lar, quando ao máximo chegava à Igreja ou às obras

²³³ Z.L. “Mães Christians”. *A Paladina do Lar*. Bahia, anno VI, n. 1, jan. 1915.

de caridade. O homem era quem detinha o “verdadeiro” poder e o mais importante, por ser o mais pesado; era ele que cuidava da vida pública do país e geria o andamento da sociedade, além de ser também ele quem decidia e velava por sua família.

Pode parecer contraditório, mas ao dar à mulher um papel de destaque na criação dos filhos era como que recompensá-la. Na verdade, justamente pelo fato de os pais estarem ocupados com questões mais gerais que envolviam a sociedade como um todo e, ainda, trabalhar para trazer o sustento do lar, a mulher era quem, dentro de casa com o tempo livre, deveria zelar cuidadosamente pela formação dos filhos. Não é à toa que as mulheres foram educadas para pouparem seus maridos de qualquer aborrecimento ao chegar em casa, antro sagrado da família.

Uma das funções da revista era orientar as mulheres para o casamento, no caso de ainda serem solteiras, e aconselhar as casadas como ter uma vida conjugal feliz. Afinal, mesmo que as colaboradoras já discutissem a questão da educação e profissionalização feminina o fim de todas elas ainda era o casamento, visto como a base para a formação da família, segundo o ideal católico. A *Paladina do Lar* procurou, então, entre outras coisas ensinar a mulher a se comportar na sociedade e no casamento, como fez ao publicar *Os dez mandamentos da mulher catholica*. Embora longo, merece ser transcrito na íntegra:

- 1º Cuidado com a primeira briga, si a houver, procure acabal-a bem... E é do maior interesse que nella obtenha a victora.
- 2º Não se esqueça de que se casou com um homem, e não com um Deus, afim de que não lhe causem surpresa as suas imperfeições.
- 3º Não incommode seu marido constantemente com dinheiro, mas procure regular-se com o dinheiro estabelecido para a semana.
- 4º Si o seu marido não tem coração com certeza tem estomago. Por isso o melhor será ter uma mesa bem posta, para alcançar-lhe as boas graças.
- 5º De vez em quando, não sempre, deixe a seu marido a ultima palavra, isto lhe agradará e não a prejudicará.
- 6º Além das noticias de nascimento, casamento e fallecimentos, leia também o resto do conteudo dos jornaes, e esteja a par das cousas que podem ser uteis; então poderá contentar-se em casa, e não será obrigada a fazer visitas.
- 7º Seja sempre delicada nas dissensões. Lembre-se de que admirava seu marido, quando era seu noivo, agora não o despreze.
- 8º De vez em quando, permitta-lhe que seja o mais sabio; conservará assim o seu valor proprio, ao passo que lhe trará vantagem confessar que não é infallivel.
- 9º Seja para seu marido uma amiga, sendo elle um homem prudente; si não o for, procure eleva-lo como seu amigo, mas não condescenda com elle, no mal.
- 10º Estime a familia do seu marido principalmente a sua mãe, lembre-se que Ella o amou em primeiro lugar.²³⁴

A revista ensinava “truques” para uma vida conjugal tranqüila, na qual todos os esforços partiriam da mulher. Ela tinha que ceder, demonstrar inferioridade, agradar, poupar o

²³⁴ A *Paladina do Lar*. Bahia, anno VI, n.6, jun. 1915.

marido de incômodos para que ambos fossem felizes. Por outro lado, nos *Mandamentos dos paes catholicos*, também publicado pela revista, exigia-se do homem manter a autoridade, dar bom exemplo aos filhos, ser um trabalhador diligente e garantir a boa educação dos filhos, que seria ministrada pelas mães. Portanto, a divisão dos papéis, outra vez, colocava o homem como a autoridade incontestada e a mulher como um ser de inteligência menor.

Livrando-nos dos preconceitos de ver a mulher por um viés vitimizador, perceberemos nas entrelinhas uma atitude um tanto ardilosa, indicada pela própria revista. Ao mesmo tempo em que orientava a mulher a ceder, agradar, que podem ser vistas como atitudes estratégicas, a revista ainda a ensinava a ser astuta, afinal a briga deveria terminar a seu favor, ou deixá-lo pensar que era sábio, o que tiraria a responsabilidade dela de ter que se mostrar sempre infalível.

Em relação às estratégias utilizadas pela mulher para atuar numa estrutura de poder doméstico masculino, Maria Lúcia Rocha-Coutinho afirma que ela exerceu muito mais poder do que se costuma admitir. Adotando a visão foucaultiana do poder Rocha-Coutinho entende por estratégias de controle “as formas de um agente social levar uma pessoa a pensar, sentir ou agir de um modo que nem sempre partiria espontaneamente desta pessoa”.²³⁵ Para esta autora, uma vez que as mulheres estiveram, freqüentemente, fora da posição de poder e autoridade “elas vão fazer uso de estratégias sutis e manipuladoras para exercer o controle e influenciar aqueles à sua volta, como o marido e os filhos”.²³⁶ Entretanto, a autora ressalta que

a utilização da palavra *estratégias* não nos deve levar a pensar que seu uso seja sempre consciente. Ao contrário, nem sempre quem faz uso delas tem plena consciência de que está tentando controlar o outro. Do mesmo modo, uma vez que estas estratégias são construídas com base em nossas normas de interação social, a maior parte das vezes elas não são percebidas por quem está sendo controlado, a menos que suas experiências acerca de quem o está controlando sejam violadas.²³⁷

Interpretamos as atitudes indicadas pela revista nos *Dez mandamentos*, como ceder, agradar, fingir, como “estratégias” utilizadas pelas mulheres nesta acepção de Rocha-Coutinho. Desta forma, elas exerceram o poder no domínio que foi sempre seu, a família, através de atitudes como “tornar dependentes dela o marido e os filhos, por trás de uma máscara de perfeição, solicitude, compreensão e retidão, doce e rígida”.²³⁸ Este pensamento enquadra-se numa maneira de interpretar a questão do poder feminino que afirma que a mulher não detém o poder, mas exerce poderes.

²³⁵ ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 20-22.

²³⁶ Idem, *ibidem*.

²³⁷ Idem, p. 142.

²³⁸ Idem, *ibidem*.

Segundo Carla Bassanezi, as mulheres são capazes de artimanhas e manobras para exercê-los frente aos homens e, além disso, possuem o controle do espaço doméstico, seu verdadeiro domínio. De acordo com esta autora, este modo de pensar é mais

característico dos anos 80, quando as atenções se voltam para o cotidiano. A parcialidade de muitas leis, costumes e moral a favor dos homens não é negada. Entretanto, nessa perspectiva, os poderes femininos têm bastante peso no jogo de poderes definido a cada momento das relações cotidianas.²³⁹

Essa interpretação é oposta àquela que segue os moldes das críticas feministas comuns dos anos 70, que afirma que o poder está nas mãos dos homens. Segundo esta abordagem, que privilegia o aspecto da manipulação e subordinação da mulher, a relação entre homens e mulheres é uma relação de dominação e subordinação, e os chamados poderes femininos, dentre eles o “jeitinho feminino” e a “rainha do lar”, são meras ilusões que não fazem mais que perpetuar a hegemonia masculina.²⁴⁰

Bassanezi chama a atenção para não se exagerar na avaliação dos poderes da dona-de-casa, pois esta atitude poderia minimizar as relações sociais concretas que contextualizam estes poderes e estabelecem seus campos de ação; e, também, para o fato de que o “jeitinho feminino” e a figura da “rainha do lar” não só reproduz o sistema desigual, mas, por outro lado, ameaça e até contribui para subverter este mesmo sistema. Portanto, para a autora

determinações e contestações aos limites do sistema estão articuladas na construção, reprodução e possível reformulações destas relações. E, mesmo nestes casos, os relacionamentos entre homens e mulheres, além de um jogo de forças, podem envolver intimidade, dedicação, afeto, amor...²⁴¹

Assim, para as colaboradoras d’A *Paladina do Lar*, lar e sociedade eram questões intrincadas. A pátria seria formada por um conjunto de famílias, cuja formação se daria pelo casamento. Segundo a mentalidade católica, o matrimônio era o primeiro passo para se constituir uma família, considerada a base do Estado. Da união surgiriam pais e mães responsáveis por educar e formar os futuros cidadãos da nação.

Neste sentido, a revista, seguindo os preceitos católicos, incentivava as mulheres a se casarem e se tornarem mães, considerando estas atitudes como a realização mais completa do ser mulher e contribuía para a reprodução das relações entre os gêneros ao naturalizar funções sociais como intrinsecamente ligadas ao biológico.

²³⁹ BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945/1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 332-335.

²⁴⁰ Idem, p. 332.

²⁴¹ Idem, p. 346.

Muito foi falado, até aqui, sobre as funções da revista. Entre as principais estava a preocupação em orientar as mulheres, incluindo aí as meninas, para se tornarem mães, melhor preparadas para educarem seus filhos. Além disso, também se objetivava que ela desenvolvesse um perfil cultural mais amplo para ter o que falar com seu marido e não enfastiá-lo com conversas fúteis. Discutia-se, ainda, a necessidade de a mulher se especializar em alguma profissão, a mais admitida era o magistério, para que, em caso da falta do cônjuge, ela tivesse condições de sustentar a si e a seus filhos.

A principal educação que se poderia dar aos filhos seria a educação doméstica, ressalta a revista. Ministrada pelos pais e mães, ela ensinaria mais que somente ler e escrever, o que se aprenderia nas escolas, mas daria a eles o hábito da virtude, através dos bons exemplos, fundamentais para que se tornassem “bons pais e excelentes mães de família”. Pai e mãe eram os papéis fundamentais a serem exercidos pelos cidadãos da sociedade. Portanto, era preciso educar para o lar, por meio de ensinamentos religiosos.

Neste sentido, a revista assinala a diferença entre educação e instrução. Para Maria Luiza de Sousa Alves,²⁴² instruir ligava-se ao intelecto, enquanto educar tinha um alcance mais amplo, uma vez que desenvolvia a virtude. Por isso, esta última ficaria a cargo da família, em particular das mães, responsável por ministrar o ensino religioso. Num momento em que este não era mais obrigatório na rede de ensino do Estado republicano era imprescindível que as mães não descurassem do mesmo.

Por outro lado, era importante cuidar da educação da mulher para que ela não se perdesse com frivolidades. Os efeitos de uma educação medíocre eram funestos, pois silenciavam certas senhoras quando se tratava de assuntos mais elevados. Mesmo com o marido e os filhos não eram capazes de desenvolver uma conversa mais séria que ultrapassasse as ninharias. As mulheres assim educadas eram consideradas pueris e isso era incompatível com a missão que tinham na sociedade: semear a seiva cristã. Portanto, uma reforma na educação da mulher era necessária para o seu próprio bem e o da pátria.

A professora Cordula Spinola de Atahyde, em conferência pronunciada no Congresso de Instrução Primária e Secundária, foi quem apresentou ideias mais avançadas. Em palestra intitulada *Que circulação deve ter no paiz o ensino profissional?*, a professora discutiu a situação da educação feminina naquele momento e defendeu um novo tipo de educação que pudesse oferecer à mulher um meio de sobrevivência. Ela questionou a posição secundária a que era relegada a mulher, que a deixava fora das decisões que lhes interessavam e culpou,

²⁴² Maria Luiza de Sousa Alves. “Instrui e Educai”. *A Paladina do Lar*. Bahia, anno IV, n. 8, ago. 1913.

por isso, a falta da oferta do ensino profissional no país. Apesar de mostrar-se favorável à causa feminina Cordula Spinola, por outro lado, também ficou presa à hierarquia entre os sexos, pois

para que a mulher seja educada em harmonia com a delicadeza e a fraqueza de sua compleição e as funções a que seu sexo a destina, é necessaria a abertura de escolas profissionaes, onde a educação marche de accordo com as exigencias da sociedade actual e que, sem destruir nenhuma de suas faculdades, as equilibre perfeitamente, fazendo-lhe compenetrar-se de sua missão de educadora, mãe e esposa, dando-lhe salutare lições, que lhe despertem a noção de todas as virtudes, que precisa de exercitar, em todo o correr da existencia, a par do auxilio que deve prestar à familia e à sociedade; faz-se mister que receba uma instrucção solida para que, não achando no casamento protecção natural, saiba por si mesma proteger-se, ganhando o necessario à vida, em profissões que lhe sejam próprias e adequadas.²⁴³

Cordula defendeu o ensino profissional, porém ele deveria ser compatível com as outras funções de mãe e esposa, as principais e mais importantes era aprender uma profissão, pois seria um complemento para ajudar na economia doméstica e, por último, ser exercida somente quando o marido faltasse. Em contrapartida, em sua defesa calorosa ela cita exemplos de mulheres que conquistaram cargos públicos, na Europa, para o que concorreu o incentivo do feminismo lá aceito. É interessante notar como em seu discurso mesclam-se opiniões contraditórias que ora colocam a mulher em posição de inferioridade, ora ressaltam suas qualidades.

Embora ella não possa, pela sua mesma natureza, reivindicar uma igualdade completa, em relação ao genio inventivo, scientifico, literario ou artistico do homem, pois nunca se poderá gabar de grandes descobertas nem de invenções notaveis ou composições originarias e poderosas, fazendo inscrever seu nome entre os dos grandes philosophos ou notaveis artistas, que fizeram a honra do genero humano, comtudo ella se tem celebrisado, muitas vezes, na poesia, no romance, em certos estudos descriptivos, dado prova de talento musical, manejado com graça o pincel e, algumas vezes mesmo, como habil esculptora; assim nada lhe impede de se medir com o homem, applicando-se aos trabalhos profissionaes e intellectuaes,²⁴⁴

A professora, por um lado, reconheceu uma diferença natural que colocaria o homem em posição de superioridade, que não poderia ser alcançada, e, por outro, afirmou que nada impediria a mulher de se medir com ele em relação aos trabalhos profissionais e intelectuais, demonstrando ter um mínimo de conhecimento da situação de inferioridade a que estavam relegadas as mulheres.

Cordula Spinola é representativa daqueles que propuseram uma reforma na educação feminina com vistas ao seu crescimento. Mesmo, por vezes, a partir de uma visão limitada,

²⁴³ Cordula Spinola de Athayde. “Que circulação deve ter no paiz o ensino profissional?” *A Paladina do Lar*. Bahia, anno IV, n. 10, out. 1913.

²⁴⁴ Cordula Spinola de Athayde. “Que circulação deve ter no paiz o ensino profissional?”. *A Paladina do Lar*. Bahia, anno IV, n. 11, nov. 1913.

que a confinava no lar, estas discussões foram um passo importante para que a situação da mulher começasse a ser alterada. Afinal, como observou Rocha-Coutinho, a constatação, por parte das mulheres, de que seu comportamento está sujeito a todo um sistema de limitações “não necessariamente as torna conscientes da relação de poder entre os sexos”,²⁴⁵ o que não dizer naquela época, por isso foi um processo lento e que encontrou muita resistência.

4.2 A dinâmica da leitura

A nova conformação que a cultura tomava, longe dos princípios cristãos, ameaçava a ordem do catolicismo. A Igreja Católica logo percebeu que o livro e a imprensa poderiam explicitar os indicativos desta crise, uma vez que sempre considerou os leitores católicos como fracos e inocentes, e daí tratou de se ocupar dessas leituras de modo a defender seus interesses. Deste modo, *A Paladina do Lar* além de instruir as mulheres para melhor criar seus filhos, futuros cidadãos da pátria, também se preocupou em orientar a leitura das mães e filhas, para que não se corrompessem pelas leituras ímpias e, assim, degenerassem a célula base da sociedade: a família.

Neste sentido, a imprensa católica atuou de maneira a orientar o comportamento das mulheres nesta fase de mudança das mentalidades. Particularmente, *A Paladina* buscou guiar a mulher baiana neste momento de transformações urbanas que alteravam, por conseguinte, os hábitos sociais. Uma das formas utilizadas por essa imprensa foi propagar a boa leitura e condenar aquelas que consideravam como má influência.

Ao estudar a trajetória do Frei Pedro Sinzig, religioso que se dedicou ao desenvolvimento da imprensa católica e à criação de um manual de orientação para a leitura sã, Aparecida Paiva apontou em seu estudo, por meio deste Frei, a preocupação da Igreja Católica para com os meios de comunicação. O censor “embarca no projeto ‘mercadológico’ desses meios e passa a anunciar os ‘bons pomares abençoados’ que existem no Brasil, produtores e propagadores de bons livros, plantados em jardins católicos”.²⁴⁶

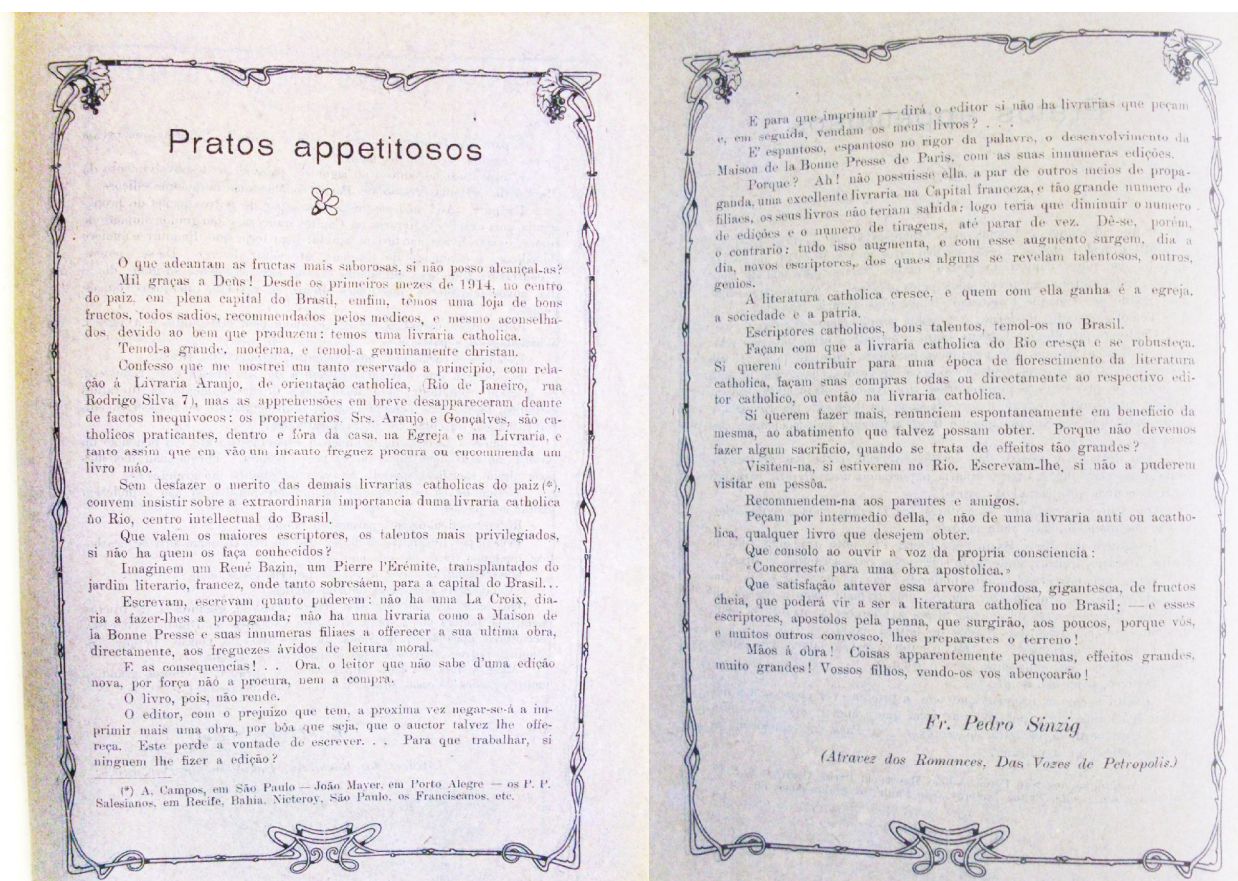
A própria *Paladina* chegou a publicar um artigo do Frei fazendo propaganda das livrarias católicas. Intitulado *Pratos apetitosos*, o texto saúda a existência de uma livraria

²⁴⁵ ROCHA-COUTINHO, op. cit., p. 142.

²⁴⁶ PAIVA, Aparecida. *A voz do veto: a censura católica à leitura de romances*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997, p. 75.

católica, propriedade de católicos praticantes, em plena capital do país, o Rio de Janeiro, centro intelectual do Brasil.

FIGURA 3: Anúncio – Livrarias Católicas



Revista *A Paladina do Lar*, ano VI, n. 11, novembro de 1915.

Esta passagem é indicativa da percepção por parte dos religiosos da força que o veículo impresso exercia sobre a sociedade e, por isso, passou a usá-lo para confrontar o inimigo e propagar a doutrina cristã. Uma das formas utilizadas era essa: usar os periódicos católicos como uma corrente, ao longo do país, para incentivar o apoio à imprensa católica e aos livros religiosos. A preocupação com as leituras feitas pelos católicos levou o Frei Sinzig a publicar uma espécie de guia de leitura, *Através dos romances: guia para as consciências*, publicado pela editora Vozes,²⁴⁷ cuja co-autora foi Amélia Rodrigues.

²⁴⁷ À época esta editora tinha sua linha editorial voltada para o ensino, tanto religioso quanto leigo, para a literatura de ficção e para a música. A atuação do Frei Sinzig, ao fundar jornais e revistas católicas e publicar livros de cânticos sacros, marcou determinadamente a orientação religiosa desta editora, que se destacou pelas

Neste livro, Sinzig representa o papel de um censor para a leitura dos católicos trazendo o que, para ele, seria uma leitura infalível, saudável. Diante dos desafios impostos pela proliferação da imprensa, seu projeto dava-lhe a ilusão de um controle da Igreja sobre a leitura dos cristãos, pois orientava por meio do guia a escolha literária, impedindo que os “lares católicos fossem invadidos pelo veneno corruptor do ‘lixo literário’”.²⁴⁸ O censor também se dedicou a classificar os autores, deste modo, condenava ou aprovava escritores e escritoras, a partir de critérios deferentes para ambos,

Para os escritores ele reserva comentários ao romance propriamente dito e até manifesta uma certa condescendência quanto ao futuro aperfeiçoamento do seu trabalho como romancista. No caso das escritoras, os comentários recaem sobre a pessoa, o comportamento, e a virulência de seu julgamento moral é gritante.²⁴⁹

O *Guia para as consciências* foi publicado pela primeira vez em 1915 e, no número quatro deste ano, a revista noticiou sua publicação na coluna *Noticias e Notas*. Com enorme exaltação *A Paladina do Lar* divulgou para as famílias brasileiras esta obra, da qual tanto necessitavam, pois nela o autor analisava mais de 10.000 romances em várias línguas e indicava sua leitura ou não. Para *A Paladina*, este era um grande serviço aos pais de família, uma vez que grande parte destes não sabia se permitia ou não certas leituras aos filhos. A partir de então, não teriam mais desculpa para que os livros nefastos habitassem seu lar.

Da mesma maneira, *A Paladina do Lar* se preocupou com o perigo das más leituras. Numa época de controle da mulher, era natural que essa vigilância acontecesse. A revista condenava todos os tipos de imoralidade literária como romances, poesias, gravuras, almanaques “publicações de veneno barato e onde nem ao menos a verdadeira Arte desculpa ou atenua a incompstura e o despudor”.²⁵⁰ Como boas representantes católicas, as colaboradoras chegaram a publicar o *Credo dos que sabem ler*:

1º. Creio que a leitura é o alimento moral do espirito e que as doutrinas repetidas formam o caracter dos homens, como prova o adagio: Dize-me quem frequentas e dir-te-ei quem és.

2º. Creio que o temperamento intellectual se forma, como temperamento corporal, pela nutrição que recebe.

3º. Creio que é impossivel ao carcter, por mais energico, resistir ao influxo de um assumpto perseverante da leitura: o habito é sempre victorioso.

4º. Creio que um livro máu é um amigo corrompido e corruptor.

5º. Creio que as más leituras são tão perigosas ao espirito quanto os venenos ao corpo.

publicações católicas. Exemplo marcante da ação do Frei foi a fundação da revista *Vozes de Petrópolis*, em 1907; sua repercussão e aceitação foi tanta que levou a mudança do nome da editora de Tipografia da Escola Gratuita de São José, seu nome inicial, para o de Administração da *Vozes de Petrópolis*, em 1911. Ver: PAIVA, op. cit., p. 40

²⁴⁸ Idem, p. 53.

²⁴⁹ Idem, p. 82.

²⁵⁰ Amélia Rodrigues. “Limpeza nos correios”. *Paladina*. Bahia, anno I, n. 6, jun. 1910.

6°. Creio que leitura dos romances tiram a gravidade do character, a seriedade da vida, a pureza do coração, a energia da vontade.

7°. Creio que muitas pessoas se illudem a respeito das leituras, não as escolhendo para si, nem para seus subordinados.

8°. Creio que as pessoas que permitem, facilitam, aconselham ou impõem leituras frívolas, perigosas, ou más, contraem, perante Deus, terrível responsabilidade.

9°. Creio que, na hora da morte, grande numero de illusões se dissiparão, com prejuizo de muitas almas.

10°. Creio que, se as almas comndenadas pelas más leituras nos apparecesem de repente, ficaríamos admirados de seu grande numero.

11°. Creio que, se os livros falassem, revelariam coisas espantosas, relativas ao apostolado de perdição que exerceram nas almas.

12°. Creio que um catholico perderá seu dinheiro, comprando máus livros, seu tempo, sua intelligencia e sua alma, lendo-os, e que, se por acaso os possui, deve queimal-os.

E creio tudo isto em nome do bom senso, da experiencia e da fé.²⁵¹

A revista propunha-se a lutar contra as más leituras e a pornografia que invadia os cinemas e os teatros. Os livros eram considerados como bons companheiros desde que atentos à moral, por isso era importante que os pais vigiassem a leitura dos filhos. O romance era o maior vilão, segundo as colaboradoras, pois “as leituras frívolas, *os romances licenciosos* que tanto deleitam à mocidade, roubando-lhe horas preciosas, tiram-lhe do character a gravidade; da vida a seriedade; do coração a pureza; da vontade a força”.²⁵² (grifo nosso) Em suma, a mulher poderia ler desde que fosse uma leitura pura e escolhida, diga-se, pelos homens, religiosos ou não, pois eles teriam o discernimento maior do que seria uma leitura sã.

O ato de escrever era-lhe até permitido, pois poderia fixar o que lera. Ler poesias também era admitido, considerando que não fosse inútil, mas sã e cristã. A preocupação ia das leituras das moças às mulheres casadas. Uma forma de ação encontrada pela *Paladina do Lar* para disseminar a leitura moral e cristã foi a fundação de uma biblioteca popular no Mosteiro de São Bento, onde as leitoras poderiam encontrar obras de todo o gênero, embora dentro da moralidade.

A Biblioteca Santo Thomaz de Aquino funcionava no Mosteiro de São Bento e oferecia obras escolhidas que poderiam ser consultadas pelas mães de família em seus lares por uma módica quantia. Por dois mil réis anuais, as senhoras teriam horas de distração instrutiva. A biblioteca, animada pelas redatoras d’A *Paladina do Lar*, contava com a colaboração e apoio da sociedade, inclusive aceitando doações de bons livros. A direção ficava a cargo da senhora D. Candida Almeida Pinto Dias, associada da Liga Catholica.

Recomendando sempre leituras adequadas, a revista apresentava indicações bibliográficas comentando a pertinência das obras, geralmente católicas. Essa era uma forma

²⁵¹ *Paladina*. Bahia, anno I, n. 3, mar. 1910.

²⁵² A. C. “Os maus livros”. *Paladina*. Bahia, anno I, n. 8, ago. 1910.

de animar a imprensa e literatura religiosas. A própria *Paladina* publicou romances seriados – os folhetins – que segundo dizia não eram contrários à fé e, tampouco, causavam mal às leitoras.

A literatura, temática cara à imprensa feminina, como vimos em capítulo anterior, teve a mesma função para este periódico. Porém, ao ser publicado por uma imprensa católica, era de se esperar que fossem obras que seguissem esta orientação. Em sua maior parte traduções de autores estrangeiros católicos, os contos e historietas narravam histórias de fé e virtude. De maneira geral, o conteúdo das histórias ressaltava a importância da família, em especial, das mães presentes em casa, incentivavam a prática da caridade e da religião e contavam a história do cristianismo. Sobre este último assunto tratou os romances *A Hora da Graça* e *A Sybilla*, escritos pela pena católica da escritora francesa Violette des Pyrénées. Alguns folhetins chegaram a durar um ano ou mais, como foi o caso de *O violino do cigano* e *O Rei da Fava*, ambos do autor francês M. Delly, que duraram 23 e 13 meses respectivamente.²⁵³ Nota-se, portanto, que *A Paladina* também recorreu ao folhetim como meio de entretenimento e atração das leitoras, se bem que, segundo as redatoras, de acordo com uma leitura sadia.

Finalmente, há de se ressaltar a presença n' *A Paladina do Lar* das escritoras. Mulheres que publicizaram sua escrita e passaram a integrar com isso um mundo notadamente masculinizado ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, pregavam a importância das mães e esposas dentro de casa cuidando de seus filhos. Por serem senhoras pertencentes às classes mais remediadas da sociedade, naturalmente, essas mulheres dispunham de tempo livre para freqüentar reuniões, realizar obras sociais e escrever.

Neste momento, mais do que nunca, elas precisavam provar que eram capazes de se aventurar por novos caminhos, sem, contudo, se desviar dos afazeres domésticos, considerados suas funções naturais. Sabendo disso, essas mulheres publicaram e exerceram suas funções “naturais” utilizando de certas “estratégias” que lhes permitiram manter-se no

²⁵³ *O Violino do Cigano* narra a história de uma menina filha de pai cigano e uma mãe herdeira de uma família rica. Sua mãe havia fugido para casar-se com seu pai, pois sua família não aceitava sua origem cigana. Com a morte de seus pais, ela ficou órfã e tornou-se a herdeira da fortuna. Como ela era muito pequena suas tias a raptaram e passaram a criá-la como uma criada, escondendo-a para que ninguém a reconhecesse e ela não pudesse reclamar a herança quando crescesse. Porém, a menina conheceu um príncipe que se encantou com ela e passou a protegê-la dos maus tratos da tia. Além disso, ele a ajudou a descobrir a verdade sobre sua origem livrando-a daquela vida miserável. Finalmente, seus familiares usurpadores foram punidos e eles se casaram tornando-se um casal feliz e piedoso. O outro romance, *O Rei da Fava*, apresenta a história de um menino oriundo de uma família falida e, por isso, sofreu durante sua infância muitas humilhações. Na região em que vivia, apenas a menina Luz, que morava com os tios, não o humilhava, ao passo que sua tia e prima desprezavam o menino. Porém, quando cresceu o menino tornou-se um poeta famoso, o que despertou o interesse de muitas pessoas, em especial, de Clara, a prima de Luz que o humilhara na infância. No entanto, o poeta decidiu casar-se com Luz, quem sempre o amara. O casamento provocou inveja à sua tia e prima, mas mesmo assim eles se casaram e foram viver felizes em Paris.

modelo socialmente imposto. Afinal, o novo perfil feminino que se esboçava não poderia ameaçar a antiga ordem estabelecida.

Segundo Marluce de Oliveira Dantas, a estratégia utilizada foi o emprego de atitudes de avanços e recuos, para ela “essas mulheres mostram-se, muitas vezes, receosas e como que tentando salvaguardar e manter aquela parte que tradicionalmente lhes foi conferida na sociedade: o resguardo, o não confronto”.²⁵⁴ Ainda de acordo com esta autora, outra atitude adotada pelas mulheres foi manter uma postura de humildade “não apenas por reconhecimento de suas próprias limitações sociais, mas ainda talvez como estratégia para não representar uma ameaça, após ter podido assumir um espaço ainda não configurado como seguro e permanente”.²⁵⁵

Assim, percebemos que essas mulheres demonstraram ter conhecimento do lugar que ocupavam na sociedade. O fato de aconselharem as outras a exercerem bem seus papéis dentro de casa nem sempre quer dizer aquilo que parece evidente, a saber, que não tiveram discernimento de enxergar sua situação social. Ao contrário, pode ser entendido, como foi falado, como um recurso estratégico, pois elas não poderiam simplesmente quebrar os preconceitos que existiam diante da figura feminina de forma repentinamente. Preconceitos, aliás, muitas vezes internalizados por elas próprias, pois como disse Rocha-Coutinho “as normas que regem a interação social são naturalizadas, isto é, elas se apresentam com a aparência de evidências, passando despercebidas, exatamente, porque são consideradas como perfeitamente ‘naturais’”.²⁵⁶

4.3 Feminismo “no bom sentido, no sentido cristão”

Como vimos, *A Paladina do Lar* foi uma publicação católica, nascida sob direção de um abade. Este fato pode explicar o teor conservador da revista, pois ela teve de passar por um duplo crivo: religioso e masculino, o que deve ter contribuído para amenizar o tom das falas das colaboradoras. Por conseguinte, pode também ter eliminado qualquer possibilidade de publicação de textos de outras autoras (es) que destoavam de suas idéias por serem mais progressistas.

²⁵⁴ DANTAS, Marluce de Oliveira. “Em busca da legitimação do discurso/estratégias para entra em cena”. In: SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos et. al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995, p. 72.

²⁵⁵ Idem, p. 77.

²⁵⁶ ROCHA-COUTINHO, op. cit., p. 142.

O tema mais controverso, por ser o mais aparentemente progressista, o feminismo, foi tratado com ressalvas pelas redatoras. Enquanto este movimento andava a passos largos na Europa e nos EUA, no Brasil, neste período, ele ainda esboçava as primeiras formas, marcado por preconceitos e prevalecia a ideia de feminismo por um viés romântico, de um lado defendendo certa emancipação feminina, como o direito à educação; por outro, seu lugar dentro da família, em seus papéis tradicionais de mãe e esposa. As colaboradoras d'*A Paladina* nem sequer mencionavam o direito ao voto, antes eram contrárias a ele.

A primeira onda, por assim dizer, do movimento feminista brasileiro não questionou as raízes da opressão da mulher. Segundo Branca Moreira Alves, era o feminismo “domesticado”, “o único que poderia levar a bom termo as reivindicações de reformas básicas, o único que poderia ser aceito pelo sistema político que procurava influenciar e que era veículo para a realização de seus objetivos”.²⁵⁷ Aquelas mulheres que conseguiram romper com os preconceitos, a inércia e a passividade que atingiu parcelas da população feminina no século XIX, entenderam que o primeiro passo estava na educação, “era necessário primeiro tirar-lhes as vendas dos olhos, para que depois pudessem reivindicar seus direitos políticos e jurídicos”.²⁵⁸

O feminismo que aparece n'*A Paladina* mescla-se com os ideais das Ligas Católicas. Para as colaboradoras, a defesa dos princípios católicos e a luta contra os males que vinham atingindo a sociedade, por meio da campanha anti-religiosa, eram as mais belas causas pelas quais as mulheres poderiam lutar. Muito diferente, portanto, do feminismo “ridículo” que outras mulheres inventaram para o seu mal, pois no dizer de Amélia Rodrigues

não levantamos a bandeira do feminismo-suffragista, nem advogamos os pseudo-direitos da mulher moderna, que pretende stultamente (sic) invadir o terreno da acção masculina, deixando a herva crescer no seu.

Se feministas somos é no bom sentido, no sentido christão, como tantas senhoras o tem sido no decorrer dos seculos e o são agora em alguns paizes europeus e americanos.²⁵⁹

A fala das colaboradoras é bastante marcada por esta distinção. Para elas existiam dois tipos de feminismo: o revolucionário e o cristão. No primeiro, as mulheres queriam usurpar o lugar dos homens, enquanto no outro, que era o que professavam, desejava-se apenas a elevação da mulher, porém nas raíais do cristianismo.

²⁵⁷ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 139.

²⁵⁸ Idem, p.89.

²⁵⁹ Amélia Rodrigues. “Surge, qui dormis”. *A Paladina*. Bahia, anno I, n. 1, jan. 1910.

A Igreja Católica, segundo a revista, foi quem tinha transformado a condição da mulher, dando-lhe o prestígio de tornar-se a “rainha do lar”, coadjuvante e companheira do homem. Mais uma vez, a diferença biológica justificava a divisão dos papéis, pois a mulher não poderia ocupar o lugar do homem já que não era dotada de força, mas de delicadeza, brandura, solicitude e devotamento.

A mesma naturalização dos papéis foi aludida por Anna Ribeiro de Góes Bittencourt. Ao escrever sobre o feminismo no editorial da revista, a escritora reafirmou as noções em voga, na época, sobre o assunto. Anna Ribeiro fez questão de declarar-se contrária ao falso feminismo, pois as mulheres não precisavam tomar o cetro do homem, ocupando suas funções. Cada um havia sido feito para desempenhar ocupações específicas na sociedade e, por isso, não se deveria ir contra a natureza.

Quanto à instrução, a autora, reconhece que se devia ministrá-la às mulheres, uma vez que “Deus a dotou de intelligencia em nada inferior à do altivo rei da criação”. Anna Ribeiro Bittencourt não considerava a instrução perniciosa ou desnecessária à mulher, embora reconhecesse que ela não teria tempo, em virtude dos afazeres domésticos, para se dedicar a este ofício como os homens, que exerceriam cargos públicos.

Em contrapartida, Anna Ribeiro aconselhava as mulheres a aperfeiçoarem-se em alguma arte, fosse manual ou intelectual, para que, com isso, pudessem tanto ser uma boa preceptora para os filhos, quanto ajudar a família quando necessário. Mas fazia a ressalva:

Não desejamos que ella se instrua para ser uma *précieuse*, exhibindo seu espirito e illustração nos salões, para satisfazer sua vaidade, sem proveito proprio ou alheio, mas sim escrevendo, doutrinando, emfim derramando idéas proveitosas, e sendo com justiça uma gloria para as lettras patrias, como já temos muitas que eu nomearia, se não receasse melindrar sua modestia, algumas das quaes se acham empenhados na redacção d’esta util Revista, da qual esperamos excellentes resultados para nossa terra natal.

Que a sociedade precisa ser regenerada, é uma verdade ha muito enunciada por muitos espiritos reflectidos e penso tambem que esta grande missão compete à mulher, sem que para isso seja preciso votar, tomar assento nas camaras , exercer cargos, que têm sido até hoje da exclusiva competencia do sexo forte.²⁶⁰

Ou seja, a mulher poderia educar-se, mas não para exhibir-se e sim servir aos propósitos do cristianismo: tornar-se uma apóstola de Deus, regenerando o homem para regenerar a sociedade. E, para isso, não precisaria tomar o lugar do homem, bastava “dominar-o pelo coração”. Em que pese algumas afirmações preconceituosas da escritora, vale a pena ressaltarmos sua preocupação com a educação e, até, profissionalização – o magistério – da mulher, uma vez que ela não a considera desnecessária.

²⁶⁰ Anna Ribeiro de Góes Bittencourt. “O Feminismo”. *Paladina*. Bahia, anno II, n. 7, jul. 1911.

A visão das colaboradoras d'A *Paladina do Lar* em relação à profissionalização era, em certo sentido, limitada, no entanto de acordo com sua época. Como já tratado, a profissão mais aceitável, para as mulheres das classes mais abastadas, era a de professora e qualquer outra atividade manual, que por acaso aprendessem, seria praticada somente em caso da falta do marido ou necessidade extrema.

De maneira geral, elas eram a favor do trabalho, pois a própria bíblia condenava o ócio, mas encaravam o trabalho feminino como falsa emancipação, lisonja à vaidade feminina, que lhe tiraria o trono de “rainha do lar”. O lugar da mulher era no lar e tirá-la de sua razão natural era “desnaturar a mulher, corromper o seu carácter e desmorrionar a obra social”.²⁶¹

A atividade remunerada mais aceita para as mulheres neste período, era o exercício do magistério. Aos poucos esta profissão foi se feminizando e, segundo Jane Soares de Almeida, passou a ser considerada em definitivo como trabalho feminino “e representou uma das primeiras conquistas das mulheres em adquirir independência financeira e maior liberdade pessoal, ainda que restrita aos padrões sociais vigentes e normatizada pela religião católica e pelas relações de poder entre homens e mulheres”.²⁶² No entanto, a competência no lar era ainda o qualificativo para a competência profissional.

A *Paladina do Lar* também demonstrou uma visão conservadora no tocante ao tema do divórcio, uma das causas defendidas pelo “falso” feminismo. As redatoras eram terminantemente contra esta atitude destruidora dos lares católicos. Uma das ações mais categóricas foi o envio, por parte do conselho da Liga, em 1910, à Câmara dos Deputados de uma representação acompanhada de uma lista de assinaturas das senhoras católicas pedindo a rejeição da lei que legalizava este ato, pois elas lutavam pela prosperidade do casamento.

Anna Ribeiro de Góes Bittencourt pronunciou-se decididamente contra o divórcio. Em artigo escrito sobre o assunto chegou a pedir que “Deus inspire os homens rectos e sensatos, para que não entre, em nossa sociedade, esse elemento dissolvente da família”.²⁶³ Aliás, a revista saudava a sociedade brasileira pelo fato de que até aquele momento ter rejeitado a idéia do divórcio na família. Apesar de ser a expressão da opinião de uma revista de cunho conservador, este exemplo serve para demonstrar que esta causa assim como outras consideradas mais progressistas, ainda não encontrava condições de serem discutidas dentro

²⁶¹ Mons. Z. Luz. “Mães Christans”. *Paladina*. Bahia, anno II, n. 2, fev. 1911.

²⁶² ALMEIDA, Jane Soares de. “Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, MEC/INEP, 79 (191): 31-41, jan./jun., 1998, p. 39.

²⁶³ Anna Ribeiro de Góes Bittencourt. “O Divorcio”. *A Paladina do Lar*. Bahia, anno III, n. 11, nov. 1912.

de uma sociedade conservadora, como o Brasil e, em particular, a Bahia, naquela época. No dizer de Alves,

Nenhuma mudança social ocorre sem que a sociedade tenha já caminhado no sentido de possibilitá-la. A mulher brasileira [...] ainda estava ainda muito próxima do estilo de vida da época colonial, fechada em seu ambiente cerceado, sem que pudesse tomar consciência de sua condição de ‘cidadã de segunda classe’, e da necessidade de lutar para superá-la.²⁶⁴

O mesmo ocorreu com o tema da sexualidade, praticamente ignorado pela revista. A mulher republicana representava-se na imagem comteana da “mulher-mãe com qualidades morais altruísticas, a fêmea humana, bondosa, redentora”.²⁶⁵ Para *A Paladina do Lar*, esta continuava sendo a representação que se esperava da “rainha do lar”. Desta maneira, era difícil admitir qualquer situação ligada à sexualidade em vista de uma mulher que se colocava no santuário do lar e santificada pela maternidade.

4.4 Moda

A moda, como disse Buitoni, foi um dos dois fatores impulsionadores, ao lado da literatura, do desenvolvimento da imprensa feminina. Responsável pelo grande número de tiragens este recurso foi utilizado, em grande escala, pela imprensa feminina brasileira. Como vimos no capítulo anterior, no entanto, ele não foi empregado pelos jornais femininos baianos que circularam nos oitocentos. Por outro lado, *A Paladina do Lar* lançou mão deste editorial, embora não para divulgação de moldes, mas para descrever modelos e tecidos em voga na França e, ao mesmo tempo, julgar sua pertinência em relação à moral católica.

A Paladina do Lar chegou a ter, por um período, uma coluna fixa sobre moda, assinada ora por Cecy, ora por Dora. Em geral, elas dissertavam sobre modelos de roupa ou acessórios que haviam se tornado ultrapassados e davam dicas das últimas novidades das casas de Paris, que deveriam ser, ao mesmo tempo, elegante e sem exageros. A influência da moda estrangeira, particularmente da França, indica a idealização que se fazia nesta época do conceito de civilidade, cujo padrão era o europeu.²⁶⁶

As articulistas criticavam a postura mundana das leitoras que só se preocupavam com as “inutilidades fantásticas” das modas, e as chamavam de desocupadas. Elas esperavam uma

²⁶⁴ ALVES, op. cit., p. 97.

²⁶⁵ ALMEIDA, op. cit., p. 32.

²⁶⁶ Sobre este assunto ver LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Salvador: UFBA, 1997. (dissertação de mestrado)

atitude sensata das ditas distintas senhoras que deveriam se preocupar apenas em parecerem equilibradas. A crítica mais acentuada da revista era em relação à exagerada preocupação com a moda. Segundo as redatoras, muitas mulheres viam-na como a um Deus e esqueciam-se de seus próprios afazeres domésticos. Ou mais, entretidas com bailes, teatros e modas elas “nem se lembram, sequer, de que têm uma alma, quanto mais de que os outros a têm, para perdê-la ou salvá-la”, como observou Amélia Rodrigues na conferência da Liga.²⁶⁷ O perigo estava não em gostar da moda, mas em se dedicar inteiramente a ela abandonando o Deus verdadeiro, o bom livro, a virtude.

Os contos também narravam atitudes exacerbadas das mulheres que somente se preocupavam com o luxo. Em *Scenas da Actualidade Parisiense. Tudo pelo Deus prazer!*, de Pierre l’Ermite, traduzido e oferecido à redação da revista por Dr. Macedo Costa, uma mãe chegou a envenenar a própria filha ao dar-lhe uma dose alta de chá de papoula para que a menina dormisse e ela pudesse ir ao baile tão esperado. O conto narra a impaciência da mulher, que se apresenta como frívola, com o marido no momento em que se vestia, pois o desejo mundano de parecer bela diante da sociedade falava mais alto.

A condenação recaía também sobre as mães que passavam fome para enfeitar suas filhas descuidando da saúde física e moral. No texto *Rendas e Fitas*, Amalia Barboza Lopes suscita as mulheres a seguirem o exemplo de Maria, mãe de Deus, a qual apesar de pobre deu ao seu filho o mais importante, o amor do coração materno. Para Amalia, era inconcebível que a mulher de origem tão nobre e elevada – criada a partir de um osso do homem, de cuja região palpitava o órgão dos sentimentos – tivesse esse tipo de atitude em relação à moda. Ao contrário, era preciso que ela mostrasse mais dignidade em suas ações “reabilitada no Calvario!”.²⁶⁸

É interessante notar, que a moda é colocada no mesmo patamar de perigo e frivolidade que os romances, os maus livros, os bailes, enfim, de todas as perdições mundanas. Para combater essas ameaças era necessário que a mulher conhecesse o verdadeiro amor de Deus, da pátria, da família e da prática das boas obras. O objetivo da revista era, pois, disciplinar a mulher pela religião para que ela não se perdesse do caminho do bem, tornando-se escrava das modas e das paixões. Por esse posicionamento, as colaboradoras da *Paladina*, tinham consciência de que recebiam a alcunha de “*velhas beatas, gente atrasada e inimiga do progresso*”, mas ainda assim afirmavam que continuariam nesta luta.

²⁶⁷ *Paladina*. Bahia, anno II, n. 11, nov. 1911.

²⁶⁸ Amalia Barboza Lopes. “Rendas e Fitas”. *A Paladina do Lar*. Bahia, anno III, n. 8, ago. 1912.

Além desses aspectos, por assim dizer, morais, *A Paladina* também se preocupou com o reflexo do uso em demasia da moda sobre a saúde física da mulher. Maria Luiza de Sousa Alves condenou o uso descomedido do espartilho pelas mulheres, pois a compressão deste poderia causar danos irreversíveis a órgãos essenciais. O mesmo acontecia com as ligas apertadas, prejudiciais à circulação e não se deveria sacrificar a saúde pelo ideal de uma beleza frívola e tola.²⁶⁹

A censura de Maria Luiza era reafirmada pelos médicos. Para estes o espartilho não passava de um sinal de “falsa civilização”. Segundo Adriana Reis, o espartilho, padrão importado da França, “não estava em sintonia com a proposta médica de maternidade e casamento e do papel da mulher na sociedade”²⁷⁰, pois poderia causar problemas de saúde na mulher. Cabe lembrar, que este momento foi de ressonância das discussões sobre o projeto de civilização, no qual se destacou o discurso higienista encabeçado pelos médicos, que tentavam racionalizar e padronizar os costumes femininos.

Assim, o que se esperava era que a mulher dosasse o uso da moda com os requisitos da moral e da higiene. Ela precisava atentar para as exigências higiênicas para não prejudicar o exercício de sua função biológica, que era parir e tornar-se mãe. Do mesmo modo, não podia se descuidar da firmeza do caráter, atributo indispensável para a formação da família.

²⁶⁹ Maria Luiza de Sousa Alves. “A educação”. *Paladina*. Bahia, anno I, n. 7, jul. 1910.

²⁷⁰ REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: CEB, 2000, p. 125.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa dirigida para mulheres ao divulgar e reproduzir as representações culturais da identidade feminina possibilitou, em contrapartida, a sua afirmação enquanto sujeito. Se o objetivo inicial era entreter, orientar comportamentos e, no máximo, dar vazão aos anseios literários femininos, no meio do caminho ela assumiu papel importante para chamar a atenção da mulher acerca de sua posição social. A partir das discussões das questões femininas, que assumiu tons de discurso político, ao serem publicizadas, as mulheres começaram a caminhar no sentido de sua emancipação.

Na Bahia, em virtude da permanência de uma lógica paternalista, esse processo ocorreu mais lentamente. O fato de ter sido homens os redatores dos primeiros jornais dirigidos às mulheres baianas, nos quais elas tiveram apenas uma participação eventual, pode, em parte, ser explicado pela presença marcante de uma mentalidade conservadora que permeava toda a sociedade oitocentista. Não sem propósito, fazemos esta afirmação diante da evidência de neste mesmo período, ou até anterior a ele, mulheres de outros estados já participarem, ativamente, como redatoras deste tipo de publicação. O que na Bahia só aconteceu no despontar do século XX, quando elas passaram a exercer esta atividade.

A mulher baiana sempre esteve envolta em mitos e marcada por estereótipos que nem sempre estiveram de acordo com a sua realidade. A imagem mais divulgada foi a da mulher submissa, reclusa em casa não só nos tempos coloniais, mas também durante todo o século XIX. O estudo mais detido da sociedade baiana desta época mostrou níveis de autonomia e, muito pelo contrário, atividade das mulheres que somos impelidos a discordar de tais afirmações. Por outro lado, sabemos que esse foi o meio encontrado para negar a elas o direito à sua história e, assim, marginalizá-las da narrativa oficial.

Nos meios abastados, de onde provieram as mulheres envolvidas neste processo, imperava a lógica paternalista. Na Bahia, estes traços foram intensamente vividos tanto no campo econômico, quanto no domínio das relações homem/mulher. De certo modo, esta situação impediu a atuação das mulheres no mundo público, no qual eram vistas com receio. Da mesma forma, a função que lhe dispensaram a sociedade – mãe e esposa – dificultou que elas próprias vencessem preconceitos internalizados dentro si próprias.

Um longo percurso foi trilhado até as mulheres baianas iniciarem o processo de emancipação. Durante o século XIX, muito se discutiu acerca de sua instrução e do lugar que

deveriam ocupar na sociedade. Se antes a Igreja as condenava a aceitar o fardo de viverem reclusas para sua família, a partir deste século os médicos higienistas, não os únicos, mas particularmente eles, acabaram por reforçar com base nas teorias científicas o privado como seu lugar por excelência.

A tônica do discurso passou a ser outra, ao invés da justificação divina, recorreram, de novo, à diferença biológica, embora a partir da perspectiva de valorização dos novos papéis. Essa virada se deu, em especial, nos anos iniciais da Primeira República quando a onda de modernização iniciada desde os tempos do Império chegou à Bahia neste período. Além de transformar a estrutura da cidade, precisava-se, ao mesmo tempo, melhorar os comportamentos da população. Este processo marcou a integração do Brasil à ordem social burguesa. Surgiram, então, propostas inovadoras para a organização da sociedade, o que afetou diretamente a estrutura da família. Esta, vista enquanto metáfora da pátria, era a principal responsável pela formação dos seus novos cidadãos, em cuja tarefa a mulher passou a assumir papel primordial.

Definiu-se a partir daí os espaços a serem ocupados por homens e mulheres e, mais uma vez, elas ficariam reservadas ao âmbito privado. Esta delimitação foi refletida na modesta participação da mulher no mundo público neste período. Na sociedade baiana, no que diz respeito à sua integração ao processo da prática da escrita, a restrição ficou evidente na timidez com que ela assinou sua produção literária, o fazendo por meio de pseudônimos, maneira que encontrou para se preservar.

No mundo da imprensa, quando as mulheres tomaram a iniciativa de fundar um periódico, elas tiveram que recorrer ao patronato da Igreja Católica, como forma de lhes garantir respeito, tentando se beneficiar com o aval desta instituição. Ao estudarmos os periódicos para mulheres, que circularam na Bahia no século XIX, tivemos conhecimento de como funcionava a imprensa naquele período.

Partimos dos momentos iniciais desta imprensa, ainda não profissional, onde se acreditava ser a função jornalística civilizadora, emancipatória, em especial, para a formação do sexo feminino. Vimos, também, as estratégias utilizadas pelos redatores para atrair leitoras e, por fim, refletimos acerca das imagens femininas difundidas por esses periódicos.

Diferentemente do jornalismo informativo, os jornais daquela época dedicavam-se, majoritariamente, à opinião. De onde se depreende o quanto suas idéias tinham peso na vida daquela população. Com base nesta afirmativa foi que buscamos entender a importância que estes jornais tiveram na construção do perfil feminino nessa época.

É interessante refletir sobre essas publicações a partir de sua interação com a sociedade, como num jogo de influências. Procuramos, então, abordar a imprensa feminina a partir de uma perspectiva que a utiliza não somente como fonte, mas, sobretudo, como agente no processo histórico que intervém nos acontecimentos de uma sociedade.

Apesar das dificuldades encontradas por esses jornais para circularem e manterem-se, às vezes, por mais de um número sequer, eles exerceram certa influência nesta sociedade. Da mesma forma que *A Paladina do Lar* buscou orientar o comportamento das elites femininas, nos primeiros anos do século XX. Este periódico, associado à Igreja Católica, conseguiu ao que parece, pelo número de anos em foi publicada, superar os obstáculos financeiros e técnicos enfrentados por seus precedentes do século anterior.

Publicada em Salvador na década de 1910, *A Paladina do Lar* buscou orientar o comportamento feminino na época em que novos papéis foram atribuídos à mulher. Embora de orientação católica, ela concordou em muitos aspectos com os ideais modernizadores, em voga naquele momento. Da mesma forma o periódico contribuiu para definir e, até, transformar aspectos da então naturalizada divisão sexual. Há que se dizer que sua visão conservadora concorda com o pensamento paternalista característico da sociedade baiana de então.

A imprensa feminina baiana do período estudado significou para aquelas mulheres os primeiros passos para sua emancipação. Se, por um lado, dava oportunidade para discutir questões “femininas”, a saber, os princípios de sua educação, comportamento, o lugar que deveriam ocupar no espaço urbano, temas em voga num momento em que as autoridades formulavam modelos de civilização para a sociedade em progresso; por outro, ao permitir a concretização da mulher leitora, abria a possibilidade às mulheres para a elaboração, posteriormente, dos seus próprios jornais.

Ao fim das nossas pesquisas, compreendemos estas publicações sob dois ângulos: primeiro, como uma tentativa de moldar comportamentos femininos, ao cristalizar imagens femininas que passaram a serem as únicas aceitas na sociedade; e, depois, como um importante passo dado em direção à emancipação da mulher, ao possibilitar-lhe abrir os olhos às novas oportunidades de socialização e profissionalização. Esse foi, por assim dizer, um dos primeiros obstáculos a que tiveram de vencer para daí em diante alçarem vôos mais altos.

Diante do que foi exposto sobre as funções da imprensa para mulheres e, à luz do que observamos nas publicações dirigidas a elas na Bahia, no período de 1860-1917, nos resta indagar: o surgimento destes periódicos foi fruto de uma atuação progressista, ou antes de

simbolizar um avanço apenas seguiu o “curso da história”? Seria a imprensa o caminho mais aceito, talvez porque neste setor a mulher seria mais tolerada por não se constituir numa séria ameaça, para que se iniciasse o questionamento da sua diferença social e biológica?

É difícil afirmar se esse seria o único caminho a ser seguido. O contexto no qual surgiram estes periódicos indica que a mulher não mais permaneceria reclusa, haja vista as exigências da própria sociedade que a empurrava para fora de casa. Neste momento, se abria oportunidades de profissionalização e educação para a mulher, que, conseqüentemente, abalaria o seu entendimento sobre o lugar que ocupava na sociedade, embora, ainda, se valorizasse e se acreditasse naquele que seria o papel fundamental: o de mães e esposas. Seja como for, o fato é que na prática as publicações tiveram atuação fundamental.

LISTA DE FONTES**ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA/APEB****1. Jornais:**

A Chrysalida – 1879

A Grinalda –1869-1870

A Roseira –1868

Espelho das Bellas –1860-1861

Recreio das Senhoras –1861

2. Revistas:

Almanach das Familias – 1878

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA/BPEB**1. Revistas:**

Álbum Familiar – 1876

Almanak das Familias –1880

A Paladina do Lar – 1910-1917

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. “Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, MEC/INEP, 79 (191): 31-41, jan/jun., 1998.

ALMEIDA, Maria Amélia F. de. *Feminismo na Bahia (1930-1950)*. Salvador: UFBA, 1986. (Dissertação de Mestrado)

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Ívia. “Os difíceis caminhos percorridos pelas escritoras baianas (1880-1950): mapeamento e temáticas”. In: BRANDÃO, Izabel (org.). *A mulher na literatura*, v. VIII, ANPOLL, 2000.

_____. “Biografia e Trajetória Literária. Lina de Vilar (1897-1927)”. Disponível em: <http://www.escriptorasbaianas.ufba.br/>, acesso em 28/12/2009.

ALVES, Lizir Arcanjo. *Mulheres Escritoras na Bahia: as poetisas, 1822-1918*. Salvador: Etera Projetos Editoriais, 1999.

AMARAL, Marivaldo Cruz do. “Da comadre para o Doutor”. *A maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia Republicana (1910-1927)*. Salvador: UFBA, 2005. (Dissertação de Mestrado)

ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial. Bahia 1831-1833*. São Paulo: USP, 1995. (Tese de Doutorado)

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O tutu da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Izabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945/1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BATISTA, Elisabeth. *Entre a literatura e a imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil*. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado)

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “O Bello Sexo: Imprensa e Identidade Feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Vértice, 1989.

BRANCO, Lúcia Castelo. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. “A Igreja Católica e a redefinição das relações familiares e das identidades de gênero no alvorecer do século XX”. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *História e Historiografia*. Recife: Bagaço, 2006.

BRITO, Luiz André Neves de. *O discurso da mulher esclarecida na produção jornalística de Clarice Lispector: o caso Feira de Utilidades*. São Paulo: USP, 2006. (Dissertação de Mestrado)

BROCA, Brito. *Românticos, Pré-Românticos, Ultra-Românticos, vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis/INL/MEC, 1979, vol. I.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CARVALHO FILHO, Aloysio de. “Jornalismo na Bahia: 1875-1960”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 82, 1958-1960, p. 17-27.

CARVALHO, Alfredo de. “A Imprensa Bahiana de 1811 a 1899”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v.21, 1899, p. 397-407.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Kátia de. “A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural”. *Ciência da Informação*. Brasília, vol. 24, n. 1, jan/abr. 1995.

_____. *O Diário da Bahia e o Século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. “Introdução” In: _____ (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, vol.1.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

_____. “As práticas da escrita”. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. “Do livro à leitura”. In: _____ (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. “Leitoras e leitores “populares” da Renascença ao Período Clássico”. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999, vol.2.

D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e Família Burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DA MATTA, Roberto. *A casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

Dicionário de Autores Baianos. Salvador: SEC/BA, 2006.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v.1.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Salvador: UFBA, 1994. (Dissertação de Mestrado)

FERREIRA, Verônica C. “Entre Emancipadas e Quimeras – imagens do feminismo no Brasil”. *Cadernos AEL – Arquivo Edgard Leuenroth: mulher, história e feminismo*, n. 3/4, Campinas, SP: AEL, 1995/1996.

FONTES, Nancy Rita Vieira. *A Bela Esquecida das Letras Baianas: a obra de Anna Ribeiro*. Salvador: UFBA, 1998. (Dissertação de Mestrado)

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Salvador: UFBA, 1997. (Dissertação de Mestrado)

_____. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

LEITE, Miriam Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Idéias de civilização cenas de anti-civilidade, em um contexto de modernização urbana: Salvador, 1912-1916*. Salvador: UFBA, 1996. (Dissertação de Mestrado)

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. “*Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da Imprensa Feminista Brasileira*”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1): 234-241, jan./jun., 2003.

LYONS, Martyn. “Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários”. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999, vol.2.

MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do Mundo Feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil: República, da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: um itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

_____. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Basto Pereira das; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *História e Imprensa – representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2006.

MOURA, Sérgio Lobo e ALMEIDA, José Maria Gouvêa. “A Igreja na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, tomo III, v. 2.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na Imprensa das Mulheres no século XIX”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(1): 225-233, jan./jun., 2003.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

O’BRIEN, Patricia. “A História da Cultura de Michel Foucault”. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, Aline Paim de. *A Paladina do Lar: escrita feminina baiana (1910 – 1917)*. Salvador: UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado)

PAIVA, Aparecida. *A voz do veto: a censura católica à leitora de romances*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PASSOS, Elizete. *Amélia Rodrigues (1861 - 1926)*. Salvador; UFBA/FACED, 2005.

PÉCORA, Alcir. “O campo das práticas da leitura, segundo Chartier”. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Unesp, 1995.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: CEB, 2000.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____; AGUIAR, Márcia G. D. De. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, 1996.

RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROCHA, Antonio Carneiro da. “Centenário da Imprensa da Bahia”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, v. 37-39, pp. 47-54, 1911-1913.

ROCHA, Dom Paulo; AMOROSO, D. Timóteo; VALLADARES, Clarival; REGO, Walddoir. *400 anos do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: Mosteiro de São Bento da Bahia/Construtora Odebrecht S. A, 1982.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. “Imprensa de mulheres no Brasil (1852-1982)”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, 2 (1-2): 189-205, mar./jun., 1984.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul./dez., 1992.

_____. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. “Prefácio a ‘Gender and Politics of history’”. *Cadernos Pagu*, n. 3, Campinas/SP, 1994, pp. 11-27.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Grande Dicionário Etimológico – Prosódico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1966, vol VI.

SIQUEIRA, Elizabeth Santos et.al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

- SOARES, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. Salvador: UFBA, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, nº. 54, 2007.
- SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOUSA, Alina Silva. *A Família na República: imprensa e casamento civil em São Luís na década de 1890*. São Paulo: USP, 2007. (Dissertação de Mestrado)
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SOUZA, Paulo César. *A Sabinada. A revolta separatista da Bahia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.
- TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- TORRES, João N. & CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa da Bahia. 1º Centenário, 1811 a 1911*. Bahia, Typ. Bahiana, de Cincinnato Melchides, 1911.
- VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VANIN, Iole Macedo. *As Damas de branco na Biomedicina Baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Salvador: UFBA, 2008. (Tese de Doutorado)
- VILLELA, Heloisa de O. “O Mestre-escola e a professora”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes de Faria e VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WITTMAN, Reinhard. “Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?”. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999, vol.2.